



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MILENE ROCHA LOURENÇO

**COMUNICAÇÃO DE RISCO COMO PROCESSO: UMA
ANÁLISE DO CASO SHELL/BASF**

Londrina
2015

MILENE ROCHA LOURENÇO

**COMUNICAÇÃO DE RISCO COMO PROCESSO: UMA
ANÁLISE DO CASO SHELL/BASF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade – da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Regina Marchiori

Londrina
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Lourenço, Milene Rocha .

Comunicação de risco como processo : uma análise do caso Shell/Basf / Milene Rocha Lourenço. - Londrina, 2015.
138 f. : il.

Orientador: Marlene Regina Marchior.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2015.
Inclui bibliografia.

1. Gestão ambiental - Tese. 2. Empresas multinacionais - Tese. 3. Desenvolvimento sustentável - Tese. 4. Percepção do risco - Tese. I. Marchior, Marlene Regina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

MILENE ROCHA LOURENÇO

**COMUNICAÇÃO DE RISCO COMO PROCESSO: UMA ANÁLISE DO
CASO SHELL/BASF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade – da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Regina Marchiori
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Fábio Vizeu Ferreira
Universidade Positivo - UP

Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 06 de Agosto de 2015.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Luís de Camões

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Geraldo e Cida, por todo incentivo que me deram e por toda luta que fizeram para garantir meus estudos. Mesmo não entendendo muito bem o que de fato eu estudava, sempre me apoiaram e estiveram do meu lado em todas as minhas escolhas. Obrigada pai e mãe por deixarem de fazer por vocês para fazer por mim e por acreditarem em mim e na minha força, que muitas vezes eu mesmo duvidava;

Ao meu querido esposo, Airton Leitzke, pela compreensão diária. Obrigada por ter sido tão companheiro, paciente e compreensivo comigo. Sem o seu amor nestes anos eu não teria tido força para continuar. Você me ensinou o quanto somos fortes e capazes de superar os obstáculos que possam surgir em nossas vidas;

À minha irmã, meu cunhado e meus sobrinhos, por compreenderem a minha ausência como tia e irmã e por me darem força todos os momentos em que eu demonstrava cansaço, medo e incerteza. Obrigada por me ajudarem, desde os meus primeiros anos de estudo fora de casa. Vocês compartilharam comigo mais uma etapa da minha vida;

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Marlene Marchiori, que durante tantos anos trilha comigo este caminho da ciência, me ensinando o quanto a pesquisa nos enriquece e nos faz olhar o mundo com outras lentes. Obrigada eterna professora por toda paciência e dedicação comigo. Acima de tudo, obrigada por ter se tornado minha amiga e por acreditar no meu potencial, dizendo todos os dias que eu seria capaz;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação (PPGA) da UEL, sempre dedicados e prontos a ajudar. Obrigada por me ensinarem a refletir criticamente sobre a realidade e por me mostrarem que o mundo é complexo;

Aos professores que aceitaram participar da defesa e compartilhar comigo suas experiências, conhecimento e sabedoria, obrigada!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que me foi concedida, sem a qual não seria possível realizar minha pesquisa;

Por fim, mas não menos importante, agradeço todos os meus amigos, por todo apoio que me deram e por toda compreensão que tiveram. Vocês entenderam toda correria destes anos, tiveram paciência em me ouvir falar somente de um assunto: mestrado, e continuaram me amando e me convidando para fazer parte de suas vidas.

Finalizo esta etapa muito feliz e realizada!

LOURENÇO, Milene Rocha. **Comunicação de Risco como processo**: uma análise do caso Shell/Basf. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

Os riscos sempre estiveram presentes na história da humanidade, sendo, portanto, inerentes à própria existência humana, apresentando diferentes sentidos e significados quando analisados em seus respectivos contextos históricos. Com o advento da modernidade os riscos se globalizaram, aumentando o sentimento de medo e insegurança especialmente, por estarem relacionados a eventos inesperados frutos do desenvolvimento e do progresso, que ao passo que modernizam a sociedade, impulsionam a sensação de instabilidade. Graves incidentes e catástrofes naturais que ocorreram por volta dos anos 70 e 80 causaram sérios danos ao meio ambiente e à saúde das pessoas. Este cenário despertou o interesse de pesquisadores sobre percepção de risco, os quais notaram que um dos fatores que colaborava para o aumento da sensação de incerteza e dificultava a tomada de decisão sobre os riscos a fim de mitigá-los, era a lacuna existente entre o real significado do risco, determinado por técnicos e cientistas, e a percepção do risco pelos *stakeholders*. Neste viés, foi pensado um processo de comunicação, intitulado comunicação de risco, com o fito de proporcionar entendimento mútuo e aproximar as múltiplas percepções sobre os riscos. Este processo, pautado em uma perspectiva interpretativa, se revela a partir das conversações e das trocas de experiências entre os sujeitos que, em interação tornam-se conscientes sobre os riscos, pois possibilita a construção de significados embasada no entendimento e no conhecimento. Conscientes, os sujeitos passam a ter opções de escolha e futuros alternativos, modificando sua própria existência. Partindo dessas considerações, o presente estudo buscou no caso Shell/Basf compreender quais as revelações da comunicação de risco, tendo como pressuposto que estas organizações por serem produtoras de substâncias que ofereciam riscos e por pregarem em seus discursos prerrogativas sobre sustentabilidade, agiriam pautadas na responsabilidade, em relacionamentos autênticos, éticos e idôneos. Para tanto, o presente trabalho se dividiu em duas partes: teórica e empírica. Na parte teórica são abordadas duas temáticas: a) considerações sobre comunicação de risco, apontando aspectos que envolvem o histórico de sua origem, concepções sobre risco e sobre percepção de risco, revelando seu viés processual fundamentado na perspectiva constitutiva da comunicação; e b) apontamentos sobre possíveis aproximações entre comunicação de risco e sustentabilidade, propondo ser a comunicação de risco uma entre outras práticas sustentáveis. A pesquisa empírica se caracteriza como um estudo de caso qualitativo, desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas e analisadas com base na teoria da comunicação de risco. Os dados foram apresentados de acordo com questões que emergiram das entrevistas e que trouxeram à tona conteúdos não evidenciados e pouco aprofundados na teoria, o que possibilitou elaborar um redesenho da comunicação de risco como processo. Dessa forma, a pesquisa tem o intuito de proporcionar uma releitura da comunicação de risco e apresentar novas contribuições para os estudos organizacionais, revelando questões recorrentes no mundo contemporâneo, as quais podem ser tratadas a partir de relações humanizadas, onde os sujeitos se observam no outro e refletem sobre si.

Palavras-chave: Comunicação de risco. Percepção de risco. Consciência. *Stakeholders*. Sustentabilidade.

LOURENÇO, Milene Rocha. **Risk Communication as a process**: an analysis of the Shell/Basf case. 2015. 138p. Dissertation (Masters in Business) – Graduate Program in Business, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

Risks have always been present in human history, and therefore, inherent to human existence, with different senses and meanings when analyzed in their historical contexts. With the advent of modernity, risks became globalized, increasing the feeling of fear and insecurity, especially because they are related to unexpected events, outcomes of development and progress, while modernizing society, the feeling of instability increases. Serious incidents and natural disasters which occurred around the 70's and the 80's caused serious damage to the environment and to people's health. This scenario aroused the interest of researchers on risk perception, who noted that one of the factors that collaborated to the heightened sense of uncertainty and difficult decision-making process about the risks in order to mitigate them, was the gap between the real meaning of risk, determined by experts and scientists, and the perceived risk by stakeholders. In this sense, a process of communication has been thought, called risk communication, with the aim of providing mutual understanding and approaching the multiple perceptions of the risks. This process, based on an interpretive perspective, is exposed from the conversations and experiences among the subjects that when interacting with each other become aware of risks as it enables the construction of meanings grounded in understanding and knowledge. Once they are aware, the subjects now have choices and alternative futures, modifying their own existence. Based on these considerations, this study sought, in the Shell/Basf case, understanding of what the revelations of risk communication, with the assumption that these organizations are producing substances that offered risks and assure in their prerogatives discourses on sustainability, would act guided by the responsibility in authentic ethical and reputable relationships. To this end, this study was divided into two parts: theoretical and empirical. In the theoretical part two themes are addressed: a) consideration of risk communication, pointing aspects involving the history of its origin, conceptions of risk and on risk perception, revealing its reasoned procedural way in the constitutive perspective of communication; b) notes on possible approaches between risk communication and sustainability, proposing risk communication as one among other sustainable practices. An empirical research is characterized as a qualitative case study, developed from semi-structured interviews and analyzed on the basis of the risk communication theory. The data were presented according to questions that emerged from the interviews and that brought up content not evidenced and little depth in theory, allowing us to develop and redesign the risk communication as a process. Thus, the research is intended to provide a risk communication rereading and present new contributions to organizational studies, revealing recurring questions in the contemporary world, which can be treated from humanized relationships where the subjects are observed in the other and are reflected on themselves.

Keywords: Risk Communication. Risk perception. Awareness. Stakeholders. Sustainability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Riscos mais e menos aceitos pelas pessoas	37
Quadro 2 -	Percepção do risco em relação ao grau de intensidade	38
Quadro 3 -	Diferentes percepções do risco - especialistas e público.....	39
Quadro 4 -	Objetivos da comunicação de risco e níveis de análise.....	44
Quadro 5 -	Diferenças essenciais da comunicação informacional e comunicação constitutiva - Ascraft, Kuhn e Cooren (2009).....	56
Quadro 6 -	Discriminação da função dos entrevistados e nomes fictícios	70
Quadro 7 -	Principais questões que emergiram a partir dos depoimentos.....	84
Quadro 8 -	Considerações teóricas que emergiram da análise do caso Shell/Basf	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunicação de Risco ao longo da história	35
Figura 2 - Efeitos da Ampliação Social do Risco	41
Figura 3 - Tipos de Comunicação de Risco	45
Figura 4 - Processo de Comunicação de Risco	47
Figura 5 - Processo de Comunicação e Risco na perspectiva de Leiss e Krewski	48
Figura 6 - Características históricas da comunicação organizacional.....	53
Figura 7 - Imagens atuais da região do caso Shell/Basf	80
Figura 8 - Comunicação de Risco como processo - uma prática sustentável	110

LISTA DE SIGLAS

EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCO	Comunicação Constitutiva da Organização
CR	Comunicação de Risco
CS	Comunicação Sustentável
NRC	National Research Council – Conselho Nacional de Pesquisa
PPB	Parte por Bilhão
PPM	Parte por Milhão
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVO GERAL	16
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.3	RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA	17
1.4	DIRETRIZES TEÓRICAS DA PESQUISA	20
2	COMUNICAÇÃO DE RISCO UMA ABORDAGEM CONTEMPORANEA	23
2.1	RISCOS – CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES	23
2.2	MODERNIDADE TRAZ CONSIGO OS RISCOS DO PROGRESSO E O ENSEJO PELA COMUNICAÇÃO DE RISCO	27
2.3	DIFERENTES PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO DE RISCO	31
2.4	PERCEPÇÃO DE RISCO	36
2.5	COMPREENDENDO A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO DE RISCO E SUA CARACTERÍSTICA PROCESSUAL.....	42
2.6	APROXIMAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO DE RISCO E COMUNICAÇÃO CONSTITUTIVA DA ORGANIZAÇÃO	51
3	COMUNICAÇÃO DE RISCO: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA SUSTENTABILIDADE	59
3.1	SUSTENTABILIDADE: UM CONCEITO PERMEADO POR CONTRADIÇÃO E COMPLEXIDADE.....	60
3.2	COMUNICAÇÃO DE RISCO COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL	62
3.3	SUSTENTABILIDADE: UMA REALIDADE POSSÍVEL	64
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
5	REPERCUSSÕES HISTÓRICAS SOBRE O CASO SHELL/BASF DE PAULÍNIA/SP	72
5.1	CONHECENDO A SHELL	74
5.2	CONHECENDO A BASF	76
5.3	O CASO SHELL/BASF PAULÍNIA	76

6	RELATO DA PESQUISA	82
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
	APÊNDICES	124
APÊNDICE I -	PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DE RISCO (IMAGEM AUMENTADA).....	125
APÊNDICE II -	IMAGENS ATUAIS DA REGIÃO DO CASO SHELL/BASF (IMAGEM AUMENTADA).....	126
	ANEXOS	127
ANEXO I -	CÓPIA DA REVISTA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS, CEDIDA NA VISITA REALIZADA - REPERCUSSÃO DO CASO NA JUSTIÇA	128
ANEXO II -	RELAÇÃO DE PESSOAS FALECIDAS ATÉ O ANO DE 2012. OS RELATOS E OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÕES EVIDENCIAM QUE ATÉ O PRESENTE MOMENTO FORAM CONTABILIZADOS 70 PESSOAS QUE PERDERAM A VIDA.....	132
ANEXO IV -	MATERIAIS ESTUDADOS SOBRE O CASO	134

1 INTRODUÇÃO

Desde o período moderno, vem se processando progressivamente a destruição da natureza pelas organizações industriais que seguem a lógica da acumulação da riqueza. Considerando isso, Prestes Motta e Pereira (1983) ponderam que as organizações se tornaram o motor da modernidade, e como afirmam Beck e Holzer (2007), elas se transformaram em fontes de produção e disseminação de riscos.

Frente a esta realidade, esta dissertação emerge com a intensão de estudar os riscos na perspectiva da comunicação e dos sujeitos que vivenciam os impactos das ações das organizações. Desta forma, explora-se um conceito ainda incipiente, especialmente no campo dos estudos organizacionais: comunicação de risco.

O termo comunicação de risco (CR) começou a ser estudado por pesquisadores da área de percepção do risco, que observaram que um dos fatores que influenciava no aumento da incidência e do impacto dos riscos era a falta de entendimento e conhecimento dos sujeitos sobre as situações de riscos que estão expostos (SANDMAN, 2001; SLOVIC, 2002; RENN, 1991). Estes estudiosos observaram que existia uma lacuna entre o real significado do risco, atribuído por cientistas e técnicos do risco, e a percepção que os sujeitos tinham sobre os riscos (SLOVIC, 2002). Isso demonstra que, o que era sentido e percebido pelo público em geral, em muitos casos não correspondiam ao que realmente o risco representava, causando assim um descompasso entre o que era percebido e o que de fato o risco representava.

Com o intento de resolver esta lacuna, estudiosos deste campo - percepção do risco, concluíram que haveria a necessidade de se pensar em um processo de comunicação que tornasse os riscos evidentes, a ponto de habilitar os sujeitos para tomada de consciência sobre as situações, na intenção de diminuir as chances de materialização dos riscos, ou seja, evitar incidência de crises e garantir que estes sujeitos tenham opções de escolhas e futuros alternativos (LEISS, 1992; COVELLO, 1992; PALENCAR, 2005).

Neste intento, surgiram as primeiras concepções sobre CR. O Conselho nacional de pesquisa dos Estados Unidos (NRC), foi o primeiro a conceituar o termo, descrevendo que o mesmo poderia ser entendido como “processo interativo, de troca de informações e opiniões entre indivíduos, grupos e instituições sobre um risco potencial para saúde humana ou para o meio ambiente” (NRC, 1989). Covello; Sandaman (1987), Fischhoff (1995) e Leiss (1996) são pioneiros nos estudos sobre este conceito. Estes autores

descrevem as distintas características e especificidades que a prática da comunicação de risco assumiu ao longo da história. Em consonância, Renn (1991); Slovic (2002) trazem uma vasta consideração sobre percepção do risco, que como será observado, é a base para que a comunicação de risco aconteça como um processo.

Considerando estas observações, esta dissertação se propôs a compreender a CR como um processo, que acontece por meio da interação e do diálogo entre os sujeitos, uma vez que as conversações e a dialogicidade possibilitam ampliar e desenvolver consciências sobre as situações de risco.

Nesta perspectiva, falar sobre CR implica compreender os sujeitos em sua essência, o que significa identificar suas expectativas, seu grau de entendimento sobre determinada situação, seu contexto sócio histórico e cultural, suas experiências e suas percepções sobre as realidades. Essa compreensão posiciona o sujeito no processo de gerenciamento de riscos e perigos.

Para tal é fundamental processos interacionais e transacionais que possibilitem trocas de experiências, de saberes e de sentimentos por meio dos diálogos (GODEMANN; MICHELSEN, 2011). Neste movimento de interação os significados podem ou não fazer sentido naquele momento de conversação. Estes processos, quando emergem de forma natural e espontânea nas relações entre organizações e sujeitos, possibilitam relacionamentos autênticos. Dessa forma, admite-se que a CR impulsiona a interação entre os sujeitos, que em diálogo, compartilham seus olhares e ampliam seus horizontes em torno dos riscos.

Tendo em mente estas considerações, buscou-se aproximar os estudos de CR com os estudos sobre sustentabilidade, por compreender que a CR praticada como um processo, pode alterar realidades e transformar a vida dos sujeitos. Goldemann e Michelsen (2011) defendem a CR como uma das possíveis práticas capaz de tornar a Sustentabilidade uma realidade, pois, para essas autoras não se pode discutir sustentabilidade sem observar, em primeiro plano, os seres humanos e o relacionamento que desenvolvem entre si e com a natureza. Elas descrevem que a CR seria, portanto, uma entre outras práticas sustentáveis, que ao enaltecer as relações entre os sujeitos proporciona o entendimento mútuo sobre sustentabilidade.

Neste intento, ao falar sobre sustentabilidade utiliza-se autores que defendem que as organizações, especialmente as grandes corporações, são as grandes responsáveis pela poluição e degradação do planeta, além de promotoras da desigualdade e da exploração da mão de obra (BOFF, 2012; FOLADORI, 2001; BECK, 2010 e LEFF,

2010). Além disso, utiliza-se autores que ainda afirmam que as corporações são as principais produtoras e reprodutoras do risco na sociedade (BECK, 2010). Assim, neste viés, considera-se sustentabilidade não condiz com o modelo econômico vigente de acordo com as proposições de autores como Boff (2012); Foladori (2001) e Beck (2010).

Dessa forma, ao tecer passagens entre CR e Sustentabilidade, alguns desafios foram enfrentados, pois ao descrever sobre sustentabilidade este estudo traz para discussão autores críticos, que consideram incompatíveis o sistema econômico vigente e as propostas por um ambiente sustentável. E ao descrever sobre CR apresenta-se autores interpretativos, que defende a possibilidade de se acreditar na potencialidade dos sujeitos e na existência de práticas que podem ser transformadoras, capazes de alterar a realidade dos indivíduos e garantir um futuro que garanta condições e qualidade de vida igual ou superior ao presente.

Contudo, ponderar sobre a visão dos autores críticos se fez necessária para esclarecer que, embora se acredite na possibilidade de haver mudanças nas relações entre os sujeitos, e que a prática da CR é uma prática transformadora, há a consciência do autor da dissertação em ponderar que vivemos em um contexto sócio histórico e cultural que dificulta mudanças e que impulsiona a degradação e destruição do Planeta.

Isto posto, a partir deste quadro teórico foi realizado um estudo de caso exploratório, a fim de observar as possíveis revelações da CR no caso Shell/Basf que aconteceu na cidade de Paulínia-SP. Esta escolha se baseou no conhecimento de que estas duas organizações se configuravam como grandes produtoras de risco na região em que atuavam, e por isso, partiu-se do pressuposto de que seriam socialmente e ambientalmente responsáveis pelos riscos produzidos, considerando que esta responsabilidade se expressa no cuidado com o ser humano, na preocupação com a saúde física e mental de todos os envolvidos em seus ambientes.

No desenvolvimento primeiro capítulo que trata do referencial teórico, volta-se o olhar para as organizações e para os riscos provocados por elas às pessoas e ao meio ambiente. Conhecidas essa realidade, discorre-se sobre concepções sobre riscos, suas denominações e classificações; apresenta-se a essência da CR levando em consideração sua evolução histórica, teórica e terminológica; ressalta-se a importância das percepções dos riscos, do envolvimento e da interação entre a organização e seus *stakeholders*, com a intenção de compreender, de maneira minuciosa, todo processo de avaliar, identificar, gerenciar e comunicar os riscos. Junto disso, no bojo deste capítulo, compreendendo ser a CR um processo, discorre-se sobre a abordagem constitutiva da comunicação nas

organizações, a qual fundamenta as discussões interacionais e transacionais que embasam as prerrogativas da CR.

No segundo capítulo, aponta-se para sustentabilidade, que é discutida como um caminho capaz de alterar o cenário provocado pela crise ambiental, consequência da modernidade. As discussões sobre sustentabilidade não desprezam as contradições existentes em torno deste conceito, mas se centram na perspectiva de autores que defendem o ser humano e seu relacionamento com o Planeta como pontos centrais de discussão sobre um ambiente sustentável. Esta discussão visa promover aproximações entre CR e Sustentabilidade, na busca de reconhecer a CR como uma das práticas possíveis para que os ambientes se tornem sustentáveis.

Seguindo uma abordagem interpretativa sobre os fenômenos sociais que admite que a realidade seja construída a partir da experiência subjetiva e intersubjetiva de cada indivíduo (MORGAN, 2007, p. 16), foi realizado um estudo de caso essencialmente qualitativo, desenvolvido a partir de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que viveram o caso Shell/Basf.

As empresas exibiam um histórico de contaminação do meio ambiente e das pessoas, tanto as que trabalhavam nas organizações como as que residiam nas chácaras do bairro Recanto dos Pássaros, vizinhos, sendo, portanto, um contexto onde os riscos já haviam se materializado. O material produzido pela Shell já havia sido proibido nos Estados Unidos por conta das consequências negativas que apresentavam. Mesmo diante deste impedimento, foi autorizado a produção dos mesmos componentes no Brasil. A atividade desta organização foi devastadora, destruindo o solo, o ar e a água da região. Os trabalhadores, por consequência, também se contaminaram.

A Shell vendeu sua planta industrial para Cyanamid, que no ano 2000 fechou negócio com a Basf, que, ao assumir suas atividades, atribuiu à Shell a responsabilidade de sanar todas as consequências ambientais que havia causado na região. Porém, sobre a saúde dos trabalhadores não houve nenhum tipo de manifestação. As organizações informavam que nenhum de seus *stakeholders* corriam riscos de vida e, estes acreditavam nos discursos proferidos, pois além de não terem acesso às informações reais sobre os riscos aos quais estavam expostos, os percebiam como se fossem naturais, como algo que tinham controle e conseguiriam evitar, considerando que não poderiam ser ofensivos à vida.

A falta de conhecimento e de entendimento sobre os riscos, reflexos do não gerenciamento da percepção que tinham sobre a situação iminente, teve como

consequência a falta de oportunidade de mudanças, a não opção de escolha. Os sujeitos envolvidos, sem consciência sobre a realidade que viviam, não tiveram a chance de cuidar da saúde, de se prevenir das doenças e de escolher se aceitariam ou não aquela situação.

A Basf finalizou suas atividades no ano de 2002 e despediu todos os seus funcionários, sem um pronunciamento sobre essa situação. A comunidade vizinha foi amparada pela Shell, que concedeu novas moradias aquelas pessoas, mas não ofereceu suporte à saúde.

Estas constatações revelam que neste caso a CR, bem como compreendida na perspectiva teórica, não aconteceu. Verificou-se ações de transmissão de informações sobre os riscos, o que difere de um movimento comunicativo, pois não visa gerar compreensão e entendimento e muito menos se preocupa com a construção do sentido real do risco. Em um processo comunicativo, essa ação se torna possível quando se evidenciam espaços que possibilitam a interação e que estimulem o diálogo entre todos os envolvidos. E isso não foi evidenciado no caso estudado. Pelo contrário, pode-se compreender que a comunicação foi utilizada ferramenta de manipulação dos sentidos, onde os sujeitos envolvidos foram conduzidos a perceber os riscos de uma maneira contrária a seu real significado, deixando claro que a CR aconteceu de modo a distorcer a construção do sentido do risco.

Nos relatos percebe-se que os entrevistados demonstram o desejo em terem tido outro relacionamento com as organizações, relacionamentos sinceros, autênticos, pautados na ética e no respeito. Eles demonstram o anseio por outras atitudes das organizações; por terem compreendido coerentemente o que os riscos representavam; e por terem tido a consciência sobre tudo o que poderia acontecer. Para os entrevistados, essas atitudes teriam tornado o futuro de cada um diferente.

Evidenciou-se que a base para todas as reflexões sobre CR se fundamenta nos relacionamentos entre os sujeitos e neste caso, entre as organizações e seus *stakeholders*. Outro ponto que a teoria não enaltece e se ressaltou na pesquisa, é discutir a CR em um contexto onde os riscos já se materializaram e vive-se uma situação de crise. A CR neste caso seria um caminho para mitigar os impactos causados pelos riscos da crise.

Frente a essa análise, amplia-se o entendimento sobre CR, na proposição de uma discussão teórica que tem como fundamento os principais pontos que emergiram nesse estudo e que enaltecem o campo teórico da CR, pois fundamentam e ampliam a compreensão sobre a percepção do risco e sobre os processos interacionais que permeiam as relações na CR, os quais permitem práticas reflexivas que possibilitam que o sujeito se

habilite para ações conscientes frente às situações enfrentadas. Ações estas que fortalecerão a possibilidade de outras escolhas e a possibilidade de construção de futuros alternativos, prezando pela vida.

Estas considerações foram propostas a partir de um redesenho da teoria apresentada, destacando a perspectiva constitutiva e dialógica da comunicação, enaltecendo as interações, a troca de experiência e a reflexividade que incitam compreender a CR como processo. A partir da discussão teórica, posiciona-se a CR como um processo e como uma prática sustentável que emerge naturalmente nas organizações, pois, acredita-se que a proposta de se compreender a CR como processo permite evidenciar que os estudos neste campo carecem não só de novos estudos, mas de conteúdos que fundamentem seu exercício e sua expressividade.

As discussões teóricas apresentam reflexões que carecem de novos estudos para que o grau de compreensão da CR, como fenômeno nas organizações da contemporaneidade seja uma realidade. O campo teórico não expressa o quão complexo são os sujeitos e a realidade social, e conseqüentemente, não expressa o quão complicado se torna colocar um processo de CR em prática, considerando que os valores teóricos da CR não condizem com os valores do capital. Além disso, não se evidencia na teoria teóricos que retratam a incompatibilidade de se desenvolver CR em um ambiente onde as organizações são as grandes produtoras e reprodutoras do risco, como afirma Beck (2010).

Estas questões são explicações que justificam a escassez de estudos na área e por isso carecem de pesquisas que aprofundem estes apontamentos. Assim, considera-se que ainda há um vasto campo de pesquisa a ser explorado na perspectiva da CR e na busca de identificar as múltiplas questões que envolvem este contexto na contemporaneidade.

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender de quais maneiras a comunicação de risco se revelou no caso Shell/Basf.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar como os sujeitos compreendiam as situações de riscos que estavam expostos;
- Analisar as percepções dos riscos dos sujeitos e da organização;

- Identificar e caracterizar ações da comunicação de risco no caso Shell/Basf;
- Evidenciar no caso Shell/Basf ações no sentido de mitigar a materialização dos riscos;
- Compreender as aproximações entre comunicação de risco e sustentabilidade no caso Shell/Basf.

1.3 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

Os estudos sobre CR tiveram seu início em meados da década de 70, quando se sentiu a necessidade de fazer com que o público compreendesse os riscos aos quais estava exposto. Era evidente que a falta de conhecimento embaraçava o processo de gerenciamento das situações de ameaça (LEISS, 1996). Sensação de pânico, incertezas e inseguranças dificultavam o trabalho para minimização dos eventuais impactos que poderiam ocorrer.

Acreditava-se que a informação sobre o risco diminuiria sua incidência e, conseqüentemente, garantiria a saúde e a integridade física dos sujeitos envolvidos. Porém, evidenciou-se que as primeiras práticas da CR estavam relacionadas a um processo de comunicação linear e sistemático, que priorizava a transmissão das informações e a relação entre emissor e receptor, sem atentar para compreensão e para o entendimento proporcionado por elas (LEISS, 1996; FISCHHOFF, 1996; COVELLO; SANDMAN, 2001).

Nesse período, o público era visto como expectador e não como parte integrante dos processos de decisões sobre os riscos, o que dificultava a comunicação e o enfrentamento das situações de ameaça. Com o decorrer dos anos e vendo-se a necessidade de ouvir os públicos, a CR passou de um processo informacional, tipicamente funcionalista, para um processo dialógico da comunicação, que se fundamentava nos processos interacionais entre os sujeitos e na produção de significados sobre os riscos que emergiam nessas interações (LEISS, 1996; FISCHHOFF, 1996; COVELLO, SANDMAN, 2001).

Nessa perspectiva, há um processo contínuo de troca de informações que valoriza as experiências pessoais, as expectativas, os anseios, as angústias e as percepções sobre os riscos existentes. É evidente, então, que o trabalho para minimizar os impactos e/ou mitigar os riscos, obstando a que se tornem crises com proporções maiores, é visto como viável.

Compreende-se, com isso, que a CR pode ser uma via para conscientização dos públicos, e essa tomada de consciência pode favorecer um pensar sobre futuros alternativos (BECK, 2010), oferecendo assim, opções para lidar com as situações de riscos reais e potenciais.

Essas considerações levam a admitir que a relevância desta dissertação é propiciar ao campo dos estudos organizacionais um novo olhar sobre a comunicação e sobre os relacionamentos com *stakeholders* em situações que envolvem riscos. Nas buscas realizadas em periódicos, teses e dissertações, em base de dados importantes como: *web of Science*, Spell, Periódicos Capes e banco de teses e dissertações da Capes, verificou-se que no campo dos estudos organizacionais a temática da CR não tem visibilidade.

Há uma quantidade incipiente de produções referentes à temática da CR, principalmente no Brasil. Além disso, quando se relaciona sustentabilidade a busca, os números são ainda mais inexpressivos.

Gurabardhi, Gutteling e Kuttschreuter (2004) realizaram um levantamento, por meio de análise bibliométrica, a respeito da produção de artigos que tratavam da CR. Eles coletaram os dados em *journals*, disponíveis na base de dados do *Web of Science*, totalizando 349 artigos publicados nos anos de 1988 a 2000. Nesta busca constatam que, dos 11 autores que se destacavam nas produções, seis eram estadunidenses e os demais da Europa ocidental.

Apesar dos números apresentados por Gurabardhi, Gutteling e Kuttschreuter (2004) representarem a realidade de outro período histórico, ainda pode ser associado às produções sobre CR na atualidade. Para esta dissertação, em pesquisas recentes realizadas nas mesmas bases de dados supracitadas, constatou-se que as produções sobre CR, pouco se alteraram.

No campo dos estudos organizacionais não houve ocorrência, especificamente para a temática da CR. Evidenciou-se pesquisas relacionadas à governança de riscos, à gestão e análise dos riscos ligados à área financeira e algumas produções que davam ênfase à importância da comunicação de crise, diversa da CR, como abordado na discussão teórica. Poder-se-ia aventar que a prática da CR diminuiria a possibilidade da emergência de crises, não sendo este um ponto a ser discutido nessa dissertação como evidenciado.

Além da busca por artigos, houve o interesse também por pesquisar teses e dissertações sobre essa temática. Por isso, foi feito um levantamento no Banco de Teses

e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando-se os mesmos critérios empregados na busca por artigos em periódicos nacionais e internacionais.

Na área da administração, por exemplo, a comunicação é compreendida, em alguns casos, como tipicamente funcionalista por priorizar os processos de troca de informação entre emissor e receptor (BLIKSTEIN; ALVES; GOMES, 2009). Além disso, os estudos existentes sobre riscos e crises, centram-se na perspectiva da comunicação de crise, que muitos confundem com CR. A comunicação de crise é uma prática que se realiza, em alguns casos, quando não houve uma gestão permanente dos riscos e quando a comunicação de risco não ocorreu como um processo contínuo e preventivo (SMITH, 2013).

Em razão disso, esta dissertação leva os estudos organizacionais a considerar os riscos, na perspectiva da comunicação, e a valorização da interação entre os sujeitos como um processo que produz significados e pode conseqüentemente evitar com que as crises aconteçam. Essa prerrogativa transcende a perspectiva linear e funcionalista existente nos estudos sobre comunicação e centra-se na concepção interpretativa das relações sociais que promove a construção e reconstrução dos contextos. Assim, a apresentação da CR como uma visão dialógica e interacional é uma evolução nesse campo.

Outra contribuição consiste em considerar a CR como um caminho possível para reflexões sobre sustentabilidade. Para tanto, essa afirmação se embasa em uma série de ressalvas que considera a sustentabilidade uma temática complexa, permeada de argumentos contraditórios. Consideradas as concepções sobre esse tema, adota-se a visão de que a sustentabilidade está interligada com as mudanças sociais, com o respeito, com os hábitos e com os estilos de vida etc. (LEFF, 2001, 2010, 2013).

O processo de CR, ao possibilitar o encontro entre os sujeitos, o diálogo, a decisão conjunta e a tomada de consciência, oferece possibilidades para que haja mudanças em suas realidades. Acredita-se, portanto, que são agires como estes que podem impulsionar profundas transformações.

Por fim, estudar um caso que culminou em uma crise de repercussão mundial - notadamente reflexo da falta de consideração das organizações com os riscos produzidos, com seus impactos e com as reclamações dos sujeitos expostos a esta situação - possibilita refletir sobre a importância da prática da CR como um processo que envolve desde a análise de potenciais riscos até a comunicação e a tomada de decisão coletiva, entre organização e público envolvido, conscientes das conseqüências existentes.

A análise do caso à luz da CR possibilita enxergar os sujeitos como seres humanos, naturalmente respeitados, que requisitam a possibilidade de escolha e a alternativas para evitar consequências irreversíveis em suas vidas. Essa análise também contribui para observar os possíveis aspectos que podem dificultar a viabilização do processo de CR.

Desse modo, dentro dos estudos contemporâneos a CR se faz presente e não deixa de ser um avanço da própria possibilidade da prática da sustentabilidade, que mesmo que aconteça na esfera micro social, pode transformar realidades, especialmente no sentido de possibilitar a não incidência dos riscos e diminuir a possibilidade de ocorrência de impactos. O desenvolvimento desse estudo pode acrescer em novas leituras de um tema que é fundamental para sobrevivência da sociedade, tanto no que se refere às organizações, como em relação aos relacionamentos com os *stakeholders*.

1.4 DIRETRIZES TEÓRICAS DA PESQUISA

Diante do que se propõe a apresentar neste estudo, cabe esclarecer os principais termos e expressões utilizados. A prática da CR é um processo de comunicação capaz de promover o relacionamento com os *stakeholders* no sentido de torná-los habilitados para lidar com os riscos que poderão afetar sua saúde e integridade física, possibilitando-lhes escolher seus diferentes futuros (COVELLO, 1992; PALENCAR, 2005; HEATH, 2000; RENN, 1992; RINALDI, BARREIROS, 2007). Essa prática é dinâmica que encontra nas percepções das partes interessadas as prerrogativas para promover o engajamento, a conscientização, o entendimento e a compreensão sobre as possíveis situações de riscos, o que possibilita a concretização da confiança e da credibilidade.

Cabe ressaltar que embora muitas vezes sejam utilizados como sinônimos, as expressões comunicação de risco e comunicação de crise, não têm o mesmo sentido. Para Smith (2013) a CR está “voltada para o futuro na medida em que identifica antecipadamente situações em que a tomada de decisão é necessária em face da incerteza”. Isso demonstra que essa prática previne a ocorrência de crises, especialmente pelo suporte que oferece nessas situações. Segundo a autora, a crise ou a comunicação de crise acontece quando um desastre não pôde ser evitado e houve, por conseguinte, a materialização do risco.

Ao abordar o termo sustentabilidade, ainda que considere a existência de vários pontos de vista, esta dissertação defende a concepção de que a sustentabilidade é um

conceito que envolve mudança de hábitos e comportamentos e é capaz de alterar aspectos culturais e sociais (LEFF, 2001, 2010, 2013).

De acordo com esse olhar, a sustentabilidade se efetivará quando as pessoas alterarem seu estilo de vida e se empenharem na conservação do planeta e igualdade entre os homens. Para tanto, essa perspectiva requisita uma mudança de paradigma e de racionalidade. Para expor essa realidade, a dissertação apresenta visões de autores que criticam o utilitarismo da concepção usual da sustentabilidade, atendo-se em considerar o contexto sócio histórico no qual as relações sociais se desenvolvem.

Assim, a CR, ao facultar aos indivíduos mudanças significativas em suas vidas se torna um caminho possível para a sustentabilidade, visto que possibilita-lhes vislumbrar alternativas para um futuro diferente, ajudando-os a evitar ocorrência de crises e oferecendo a escolha para uma vida melhor (GODEMANN; MICHELSEN, 2011).

O termo *stakeholders*, embora represente as partes interessadas na organização, que segundo Freeman (1984, apud ALMEIDA, BERTUCCI, 2010, p. 193) são “aqueles que afetam e são afetados pelas ações das organizações”, nesta dissertação, quando esse termo for utilizado se estará fazendo referência à comunidade vizinha e aos funcionários da organização e não aludindo a todos os públicos. No caso abordado, Shell/Basf, serão trabalhados os seguintes *stakeholders*: antigos moradores da região afetada pela contaminação e os funcionários que trabalhavam nas empresas e sofreram os impactos das atividades das organizações.

Por fim, ressalta-se que ao descrever-se o contexto em que sentiu a necessidade da prática da CR, esta dissertação utiliza autores que adotam abordagens críticas à realidade, o que, todavia, não exclui a possibilidade de esta pesquisa ter um caráter interpretativista, pois, há uma conversa entre a realidade que contextualiza a origem desses estudos e a realidade que vai se constituindo a partir da prática da CR.

Ter um olhar crítico da história não exime pensar que a realidade se constrói com base nos relacionamentos que se criam e se desenvolvem. Por isso, admite-se que a CR é um processo que constrói e altera os contextos, pois o entendimento e a compreensão sobre os riscos advêm de um movimento que envolve diálogos, aproximações e comprometimento. Nessa perspectiva, as realidades vão sendo construídas à medida que os relacionamentos vão se estabelecendo e a confiança vai-se constituindo com a percepção e a consciência sobre os riscos.

2 COMUNICAÇÃO DE RISCO UMA ABORDAGEM CONTEMPORANEA

Este capítulo tece considerações contextuais, terminológicas e conceituas sobre o tema, trazendo revisão sobre a comunicação e sobre os riscos no contexto organizacional. Neste intento, este tópico se dedica a compreender a origem dos estudos sobre CR; sua evolução; desvelar as prerrogativas de sua prática e visualizar a sua importância para sociedade. Para isso, aborda-se primeiramente a questão dos riscos, perigos e suas origens na abordagem dos estudos organizacionais; em seguida explora-se o contexto histórico que fez despertar as primeiras discussões sobre CR. Posteriormente apresenta-se aproximações possíveis entre o viés constitutivo da comunicação - CCO e a CR, uma vez que a visão da comunicação constitutiva corrobora para que a CR seja compreendida a partir de uma perspectiva interacional e transacional.

2.1 RISCOS – CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES

A concepção de risco não é algo que remete a estudos recentes, há evidências de que tenha surgido com as longas viagens pelos mares (BECHMANN, 2009), especialmente ligados aos séculos XVI e XVII com a expansão marítima na Europa (PONT, 2009). Existe, portanto, uma série de ponderações a respeito do conceito de riscos. Diferentes áreas discutem um consenso para esse conceito, porém há dificuldade de definição, visto que a definição de risco varia de acordo com o campo estudado e mesmo dentro de campos semelhantes ainda há conflitos e distinções (VAUGHAN, 1996). Tendo isso em mente, as concepções que seguem apresentam ponderações sobre o conceito de risco ligado à diferentes situações.

A palavra “risco” vem do italiano *riscare*, que significa ousar. No entanto, dependendo do contexto em que é empregado, o conceito de risco apresenta diversas definições (ASSAF NETO, 2005). De acordo com Goffman (1982) há riscos onde existem ações humanas, as quais sempre foram fatores de risco, embora na modernidade a configuração do medo e da insegurança tenha se alterado. A diferença está em saber como lidar com cada tipo de risco, o que varia de acordo com os períodos históricos.

Na antiguidade, por exemplo, os riscos eram considerados limitados; os indivíduos estavam conscientes – baseados nas limitadas informações que tinham - dos

perigos que corriam e sabiam que podiam enfrenta-los. O conceito de risco sempre esteve presente na história da humanidade, uma vez que as percepções de riscos são inatas à sobrevivência biológica. Sendo considerado um dos elementos impulsionadores da evolução do homem, o risco remete a desafios e a novas conquistas. O ser humano, desde sua existência, sempre conviveu com o risco; sua determinação em correr riscos fez com que a humanidade pudesse evoluir e conquistar seu espaço (OLIVEIRA, 2004).

No período antigo e medieval não existia a percepção real sobre a existência dos perigos e dos riscos que poderiam ser uma ameaça à humanidade. As decisões eram praticamente baseadas em superstições e dogmas da religião (BERNSTEIN, 1997). As diferenças existentes entre os riscos dependem da maneira como nos relacionamos com cada um e como os responsáveis por eles agem para minimizar seus impactos.

Já sociedade moderna, os riscos adquiriram uma dimensão global; a facilidade dos recursos tecnológicos, a informação e a comodidade aumentam em grande proporção a quantidade de riscos invisíveis, e muitos riscos não são percebidos pelos indivíduos, dificultando ainda mais a percepção dos mesmos (BECK, 1992).

Com isso, o empenho em evitar que esses riscos se transformem em crises para ambos os lados – produtor e receptor – é uma relação complexa, que requer discussões a fim de facilitar a percepção e a observação dos riscos iminentes, para que assim sejam geridos.

Dessa forma, promover ações e práticas engajando os *stakeholders* nos processos de tomadas de decisão são primordiais para influir nas percepções dos sujeitos e na maneira de lidar com os riscos. A CR chama atenção para essa realidade, a fim de que se tomem decisões conjuntas e se esclareçam as perspectivas futuras, diminuindo as inseguranças e incertezas presentes no contexto em que se encontra em discussão naquele momento vivenciado pela organização (FISCHHOFF; BOSTROM; QUADREL, 1993).

Olhar para os riscos por este prisma é um diferencial que contribui para construção da percepção e para minimização dos impactos causados por riscos, caso venham a se materializar e emergir possíveis crises. Para isso, ao tomar conhecimento sobre os prováveis riscos, torna-se fundamental sua compreensão, conscientização¹ e o agir dos sujeitos nesses processos. Por esta perspectiva, falar em riscos requer comportamentos que anteveem sua materialização. Esse ponto é fundamental na

¹ Nesse estudo compreende-se que conscientização é um compartilhamento de opiniões e concepções entre os sujeitos. Vale esclarecer que a tomada de consciência não é algo que deve ser imposto, mas sim, que se constitui a partir das experiências vividas e compartilhadas.

concepção da CR: que em seu processo, realiza todo um trabalho de levantamento, identificação e análise dos riscos, com o propósito de buscar mitigá-los, eliminá-los e gerenciá-los, na medida do possível.

Segundo Beck (2010), o conceito de risco está ligado às percepções dos públicos em relação aos processos de tomada de decisões. Para o autor, a distribuição dos riscos está diretamente relacionada a momentos decisivos. Ele afirma que muitos dos riscos existentes estão diretamente ligados às decisões organizacionais e às escolhas feitas pelos homens.

No âmbito organizacional, o estudo sobre os riscos deu-se a partir do aparecimento de eventos imprevisíveis que ameaçavam o cenário das organizações junto a seus *stakeholders*. O conceito de risco passa a ser concebido como “o grau de incerteza em relação à possibilidade de ocorrência de um determinado evento, o que, em caso afirmativo, redundará em prejuízos” (SANTOS, 2002, p. 23) para ambas as partes.

No campo das organizações, os riscos podem estar ligados à área financeira, comercial, a danos de imagem, entre outros, como será observado. Panhoca (2000); Padoveze e Bertolucci (2005) entendem risco como a probabilidade de ocorrer um fracasso na área de negócios que poderá afetar uma organização ou, ainda, causar a ela um dano irreparável.

Em contrapartida, Macieira (2009) aponta que os incidentes causados na organização podem ter impactos tanto positivos quanto negativos e com isso representar uma ameaça ou oportunidade no ambiente organizacional. O que varia, segundo o autor, é a maneira como os riscos são trabalhados e por isso, ele não os enxerga somente como algo negativo.

Para Macieira (2009), se a organização encara o risco de uma maneira otimista, em busca do que pode dar certo, engajando as pessoas e informando-as sobre sua possível ocorrência, existe a possibilidade de observar o risco como uma oportunidade. Por outro lado, se o risco for tido como algo que pode dar errado e não ser comunicado e trabalhado de maneira conveniente, as chances de se tornarem eventos negativos aumentam, podendo representar uma ameaça para organização.

Ainda no contexto organizacional, Linsmeier e Pearson (1996) afirmam que os riscos podem advir de investimentos, estratégias de marketing, lançamento de determinado produto, no processo produtivo da empresa, no relacionamento com fornecedores, na competição de mercado, entre outros fatores. Ou seja, tais eventos podem refletir tanto no ambiente interno quanto no externo da organização.

Em consonância com essa abordagem, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2007) classifica os riscos quanto à sua origem, ponderando que podem ser externos, se estiverem relacionados ao ambiente macroeconômico, político, social, natural e setorial, ou internos, caso estejam ligados à estrutura física, ao ambiente tecnológico ou ao quadro pessoal da organização. Além disso, o IBGC (2007) ainda afirma que em cada situação os riscos possuem natureza própria.

Além destes apontamentos, Santos (2002) busca uma forma abrangente para explicar a classificação dos riscos apontando o quanto podem afetar o ambiente organizacional. Para o autor, como é demonstrado no quadro II, os riscos que afetam este ambiente estão relacionados tanto aos riscos recorrentes das tomadas de decisão dos gestores, como também aos advindos do ambiente externo que exercem influência nas ações da organização.

No ambiente externo, os riscos envolvem decisões políticas, demográficas, riscos naturais, tecnológico etc., assim como riscos com clientes, fornecedores, concorrentes etc. – e internos, que são divididos em riscos financeiros e operacionais.

Em contrapartida, apesar de não classificar os riscos como externos e internos, Brito (2003) atribui a produção de riscos organizacionais ao âmbito financeiro e operacional, porém, ao descrever o ambiente operacional, subdivide-os em três categorias: risco organizacional, risco de operações e risco de pessoal. No primeiro caso, o risco está relacionado à falta de capacidade da empresa em gerir os riscos financeiros, o que pode levá-la ao endividamento e, no segundo caso, os riscos são associados com as possíveis falhas no gerenciamento no sistema devido aos erros humanos, aos controles inadequados, ou seja, falta de habilidade da organização em operar e controlar seus processos.

Ao se considerarem as classificações, nota-se, pela abordagem dos autores, que não há diferença quanto ao significado do tipo de risco e sim quanto à nomenclatura e à divisão explorada em termos de análise do ambiente. Brito (2003) trata os riscos de uma maneira mais ampla, pautando-se numa visão do que eles representam para a organização; entretanto, tal abordagem não difere da tipologia de Santos (2002), dado que ela demonstra detalhadamente os aspectos referentes aos riscos empresariais.

Essas análises explanam as diferentes maneiras de compreender e classificar os riscos, tanto em concepções em um macro ambiente, como em concepções micro ambientais. Tais definições, apesar de se diferirem de acordo com cada autor, em essência demonstram a preocupação com a insegurança e a incerteza, características da

modernidade. Embora tenham a mesma essência, as diversas classificações sobre os riscos exibem muitas diferenças, o que dificulta a concepção que contemple todo esse espectro.

A esse respeito, Covello (1983) discute que há uma dificuldade intrínseca em definir os riscos, especialmente por conta da abundância de informações que transitam sobre esse termo. Ao mesmo tempo que oferecem base para reflexões sobre os riscos, aumentam, em alguns casos, a sensação de insegurança pelo despreparo em lidar com tais situações.

Além disso, o despreparo pode estar ligado também à falta de consciência sobre os riscos. Pois estar ou não exposto aos riscos não é uma questão de escolha, uma vez que, de acordo com a dinâmica da sociedade, os riscos são democráticos e em alguns casos atingem de maneira deliberada toda população (BECK, 2010).

Assim, quando as pessoas não têm a possibilidade de escolher como lidar com as situações de perigos, a dificuldade em minimizar e mitigar os efeitos dos riscos se torna mínima. No entanto, acredita-se que a partir da tomada de consciência e das mudanças de percepções sobre os riscos, que advém de processos de interações entre aqueles que produzem o risco e os que estão expostos a eles, as chances de haver escolhas e a existência de futuros alternativos se tornam palpáveis.

Nesse intento, a prática da CR se revela como um caminho para essa realidade, pois emerge como uma necessidade de trabalhar a consciência sobre riscos e gerenciar as possibilidades de minimizar seus impactos. Por esse motivo, para ser compreendida nessa perspectiva, ao longo da história, sofreu muitas alterações e transformações que acompanharam a dinâmica da sociedade. Essas ponderações são delineadas no tópico que segue.

2.2 MODERNIDADE TRAZ CONSIGO OS RISCOS DO PROGRESSO E O ENSEJO PELA COMUNICAÇÃO DE RISCO

Com o advento da modernidade, o homem passa a dominar a natureza e a certeza de que o mundo poderia ser conhecido e entendido através da ciência, o que por sua vez gerou uma busca pelo conhecimento e pelo controle da natureza (BECK, 2010).

A modernidade que surgiu com a promessa de “anular as limitações impostas pelo nascimento e oferecer às pessoas uma posição na estrutura social em razão de suas

próprias escolhas e esforços” (BECK, 2010, p. 8), provocou uma incessante busca pelo progresso, fazendo com o homem se sentisse soberano em relação à natureza, a fim de acumular recursos preciosos, capital e riquezas.

Essa realidade despertou nos indivíduos a expectativa de uma vida mais confortável e a sensação de dominação, permitindo que o sistema industrial dominasse o ambiente natural e extraísse dele todos os recursos possíveis, como se fossem infinitos. Hanningan (2009, p. 20) descreve que os seres humanos “[...] hipnotizados pelos benefícios do desenvolvimento econômico e seu coadjuvante, a modernidade individual [...]” ou passavam a ignorar o ambiente natural ou observá-lo como “alguma coisa a ser controlada com bravura e ingenuidade”.

A modernidade representava um avanço da racionalidade tecnológica e, por conseguinte, uma revolução do “trabalho e da organização”, uma vez que englobava “a mudança dos caracteres sociais e das biografias padrão, dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controle, das formas políticas de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas” (BECK, 2010, p. 23).

As organizações² que neste período eram tidas como fábricas e empresas, pautadas na racionalização e avanço do conhecimento técnico-científico, aumentaram o seu poder de controle sobre a sociedade e também sobre os recursos naturais.

A sociedade moderna se via dependente das organizações e a vida das pessoas estava ligada a elas. O mundo apostava no seu poderio para a evolução e progresso da sociedade. Havia grandes investimentos em ciência e tecnologia para que esses objetivos fossem alcançados (BECK, 2010). O desenvolvimento e o progresso propiciaram alcançar êxitos nunca antes imagináveis (HUBERMAN, 1981). No entanto, aumentava concomitantemente a produção dos riscos para o planeta.

Com isso, Beck (2010) relata que à medida que a economia mundial fazia avanços, o meio ambiente sofria grandes impactos, resultantes da extração de seus recursos naturais e responsáveis por modificar a fauna e a flora; a tecnologia diminuiu a quantidade de empregos, ocasionando um grande problema social; e os resíduos tóxicos da produção industrial contaminavam o planeta e a vida das pessoas cada dia mais, gerando uma grave crise ambiental.

2 Nesta dissertação, o conceito de organização está relacionado ao conceito de organizações burocráticas, entendido aqui como organizações que tem como principal função a reprodução das relações sociais determinadas pelo sistema econômico dominante (PRESTES MOTA, 1980, p. 242). Além disso, ao citarem-se organizações no decorrer desse estudo, subentende-se também outrossim da noção de organizações burocráticas, empresas, indústrias, fábricas e firmas.

Surgem, assim, os primeiros argumentos sobre a crise ambiental como uma consequência da crise da modernidade. Por volta da segunda metade do século XX essa realidade se apresenta nas discussões sobre a necessidade de preservar os recursos naturais e garantir que haja um futuro sustentável para gerações vindouras (LEFF, 2010; 2013). Pensar um desenvolvimento sustentável, que não degrade o meio ambiente e não prejudique a sociedade, tornou-se um discurso recorrente.

De acordo com Foladori (2001, p. 137), “a crise ambiental [...] é essencialmente uma crise das relações sociais entre os seres humanos”, o que requer a priori um olhar sobre os sujeitos e sobre as diferentes maneiras que se relacionam entre si, com a sociedade e com a natureza.

Esse descompasso entre os interesses humanos e a exploração da natureza ocasionaram eventos trágicos à sociedade, acidentes como Bophal (1984); Chernobil (1986), por exemplo, são reflexos do desrespeito do homem com a natureza e da valorização de interesses próprios acima de qualquer circunstância (RINALDI, 2007).

Estes e outros incidentes despertaram a preocupação de estudiosos no campo da comunicação, que passaram a perceber a dissonância existente entre o que os especialistas do risco entendiam sobre determinadas situações e o que os sujeitos que sentiam os riscos, os quais normalmente eram os funcionários do “chão de fábrica” e comunidade vizinha, entendiam e viviam.

Neste período, os estudiosos começaram a perceber que grande parte dos problemas se agravaram por conta da falta de informação, ou da divergência de entendimento sobre os riscos que determinadas atividades expunham (LEISS, 1996).

Acredita-se sob o ponto de vista da CR que, embora as atividades industriais oferecessem muitos riscos, estes deveriam ser conhecidos, identificados por todos, entendidos e trabalhados em conjunto, para que fossem democráticos. O que quer dizer que, caso viessem à tona, todos teriam iguais oportunidades e possibilidades de escolhas, a ponto de não sofrer as consequências da materialização dos riscos.

Estes estudiosos defendiam, portanto, uma comunicação capaz de mitigar os riscos a ponto de conseguir evitar que se transformassem em crises de grandes proporções e com isso preservasse a vida dos seres humanos envolvidos. Surge então, pela primeira vez em 1984, a expressão Comunicação de Risco (LEISS, 1996), relacionada especificamente às divergências e conflitos entre especialistas e o público que sentia os riscos.

Sandman (1987) acredita que esse conceito surge a partir da necessidade de preencher a lacuna existente entre a percepção do público sobre os diferentes tipos de riscos e o que estes riscos realmente representavam. Para o autor, “[...] os riscos que o matam não são necessariamente aqueles que o aborrecem ou amedrontam”. Isso significa que havia incoerências na percepção do impacto dos riscos. Muitas vezes o risco de grande impacto é visto e percebido como sem relevância, e o contrário também ocorre. Com isso surgiu a necessidade de um trabalho assíduo que envolve a percepção que os sujeitos envolvidos têm sobre situações de riscos.

Em 1989, o Conselho Nacional de Pesquisa que financiou um estudo sobre processo de CR (LUNDGREN; MCMAKIN, 2004) concluiu que CR seria, um “processo interativo de troca de informações e opiniões entre os indivíduos, grupos e instituições sobre um risco ou risco potencial para saúde humana ou para o ambiente” (NRC, 1989).

Deste modo, a CR emerge como um movimento que impulsiona processos interacionais entre os indivíduos a fim de promover um diálogo autêntico sobre as reais situações em que todos estão envolvidos. Por isso, pode ser concebida como uma maneira de proporcionar o compartilhamento dos processos de decisões e ações, tanto das organizações públicas, quanto das privadas, para com a comunidade (CVETKOVICH; LOFSTEDE, 1999).

Apesar de a primeira definição de CR estar centrada na perspectiva de um processo interativo, suas primeiras práticas correspondiam a transmissão de informações técnicas e científicas sobre os riscos, dificultando o entendimento dos públicos sobre determinadas situações (LEISS, 1996). Não atendia as expectativas e anseios das partes interessadas, pois há a necessidade de um processo de relação e de ouvir, que gere transformação.

A CR centrava-se na perspectiva informacional da comunicação, predominantemente vivenciada em organizações de caráter mecanicista seguindo uma perspectiva funcionalista da comunicação (OLIVEIRA; PAULA, 2008). A falta de compreensão das informações era reflexo, por sua vez, da comunicação como instrumento e ferramenta de gestão, que visava alcançar os objetivos propostos pela organização e manter sua integridade física (DEETZ; KERSTEN, 1983 apud MARCHIORI, 2013, p. 38-61).

Diante da dificuldade de garantir o entendimento dos sujeitos sobre as situações de risco, a partir da década de 90 há uma mudança significativa nesse cenário. A prática da CR se ressignifica e assume o compromisso de garantir maior comprometimento entre

a organização e suas partes interessadas, no sentido de promover entendimento sobre os riscos e não somente de comunica-los sem que haja compreensão (LEISS, 1996), o que significa assumir processos de comunicação que possibilita que os sujeitos interajam, produzindo significados e compreensão dos riscos.

A CR passa a ser efetivamente evidenciada como processo quando observada na perspectiva da comunicação organizacional, pois se afasta da visão linear da comunicação, característica do funcionalismo, e passa a ser compreendida como “aspecto constitutivo” dos contextos sociais (MARCHIORI, 2011). Essa característica processual nos faz compreender a comunicação como movimento, sem demarcar início, meio e fim, assim como afirma Marchiori (2013), ao citar Berlo (2003). Nesta prerrogativa, a CR, como poderá ser evidenciado no tópico 2.6, assume característica interacional e transacional, indo além da visão informacional, que considera a relação entre emissor e receptor de forma linear.

Ao se considerar o diálogo com a comunidade e a inclusão do público como agente colaborador em situações de risco (PALENCAR, 2005), a CR pode ser compreendida na perspectiva da comunicação como “um processo social humano pelo qual as pessoas criam, desenvolvem e sustentam a consciência grupal, compartilhada e simbólica” (BORMANN, 1983 apud MARCHIORI, 2013, p. 46).

Nesse contexto, tal prática faculta um olhar interpretativista sobre as relações tidas como sociais. Ressalta-se que o paradigma interpretativo concebe as organizações como sistemas de construção social que produzem significados compartilhados (SMIRCICH, 1983), sendo assim um fenômeno social, como afirmam Berger e Luckman (1996, in MARCHIORI; BULGACOV, 2013), definido pela construção de realidades, “por meio de linguagem, símbolos e comportamentos que são expressos pelas pessoas nas organizações” (MARCHIORI; BULGACOV, 2013, p. 48), portanto, realidades socialmente construídas.

Diante disso, falar sobre CR no campo processual nos remete a identificar e destacar que nas diferentes perspectivas evidenciadas, alguns autores entendem que ocorreram momentos marcantes da CR ao longo da história de sua evolução. Essas designações são apontadas no próximo tópico, que esmiúça a evolução da CR.

2.3 DIFERENTES PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO DE RISCO

As diferentes perspectivas de análise em CR foram atribuídas algumas denominações e nomenclaturas distintas, como: “etapas” (COVELLO; SANDMAN, 1987), “fases” (LEISS, 1996), e “estágios” (FISCHHOFF, 1995), sendo diferenciadas a partir das décadas de setenta e oitenta.

Leiss (1996) compreende que a CR passou por três fases no decorrer de sua evolução; para ele, a primeira fase compreendia os anos de 1975 a 1984, quando a CR vivia um momento de arrogância dos especialistas, por causa da busca de comunicar sem a garantia do entendimento ou da preocupação com o direito do público a ser informado corretamente.

A segunda fase compreendia os anos de 1985 a 1994, período, segundo Leiss (1996), em que a CR tornou-se estressante, porque passou a ser persuasiva, por visar persuadir o público em benefício da organização. Entretanto, é nessa fase também que se evidencia a necessidade de considerar a percepção que o público tinha sobre o risco, como parte do processo de CR; notou-se que, para haver um movimento eficaz, seria necessário dialogar com as partes interessadas, a fim de compreender quais eram suas necessidades e como percebiam as situações de risco que lhes eram comunicadas. De uma relação que privilegiava informar o receptor passa-se a valorizar os relacionamentos onde privilegiava o compartilhamento e a compreensão.

Por isso, desde 1995 até os dias atuais valoriza-se a interação entre as partes envolvidas nas situações de risco e, além disso, reconhece-se a necessidade de fazê-las compreender as percepções dos riscos e o contexto social vivido pelos sujeitos imersos nessas realidades (LEISS, 1996). Nessa fase, a CR tem a finalidade de garantir o entendimento e o comprometimento dos *stakeholders* nas discussões, decisões e soluções sobre os riscos que podem afetá-los. Emerge, nesse contexto, a preocupação com a credibilidade e a confiança dos públicos. Trata-se de construir, aprimorar e tornar natural e espontâneo os relacionamentos, ou seja, na CR eles estão tão próximos que agem simultaneamente com a organização.

Na visão de Fischhoff (1996), a comunicação eficaz entre as partes interessadas era um elemento vital para a tomada de decisão sobre a saúde e o meio ambiente. Ele considera a CR como um processo que pode ser definido como um fluir de informações sobre o risco entre especialistas do risco, profissionais de regulamentação, grupos de interesse e o público em geral. Para o autor, a quantidade de informações distorcidas sobre os riscos e o sensacionalismo em torno dessas situações exigiam o surgimento da CR.

Assim como Leiss (1996), Fischhoff (1996) discorre a respeito de três estágios na evolução da CR, e com isso, descreve que no primeiro estágio (1975-1984) houve grande ênfase em saber como gerenciar os riscos de maneira detalhada, sem que houvesse preocupações sobre como comunicar esses riscos às partes interessadas. Enquanto isso, no segundo estágio (1985 – 1994), ele comenta que a comunicação assumiu um caráter persuasivo, cedendo espaço para mensagens que visavam convencer o ouvinte sobre um determinado ponto de vista e não necessariamente fazer entender sobre as situações de riscos a que estava exposto.

Já no terceiro estágio, que abrange o ano de 1995 e os seguintes, o autor reconhece que a CR assume a responsabilidade de lidar com as duas dimensões – os que causam e os que sentem os riscos – adequadamente, de maneira a proporcionar a compreensão mútua sobre os riscos, tornando-se uma prática para as organizações e uma forma de garantir aos públicos a possibilidade e o direito de escolha.

A partir dessas proposições, observa-se que as visões de Leiss e de Fischhoff são semelhantes em relação à evolução da CR; por essa razão, torna-se interessante ressaltar o olhar de Covello e Sandman (2001) que acrescentam uma quarta perspectiva sobre esse contexto.

Eles fazem uma análise tomando como referência os Estados Unidos. Para os autores até a década de 80 as pessoas estavam visivelmente angustiadas, tristes e indignadas com a maneira de serem tratadas pelas autoridades em relação aos riscos a que estavam expostas. O público se via praticamente excluído de todo o processo de decisão. Nesse período, o risco comunicado e o sentido pelas pessoas não tinham nenhum tipo de relação. Essa realidade remete à fala de Beck (2010), o qual argumenta que a crença na modernidade diminuiu cada vez mais, ao passo que, o que era comunicado pelos especialistas era sentido de diferentes formas pelas pessoas que sofriam com as consequências e com os impactos do risco.

Nessa década, a percepção de risco desvelada pelo público não era levada em consideração. Havia uma grande distância entre o que era percebido e o que era de fato real (COVELLO; SANDMAN, 2001). A CR surge exatamente nesse período para preencher essa lacuna.

Observa-se que, até 1985, segundo Covello e Sandman (2001), não existia nenhum tipo de preocupação das autoridades e especialistas em comunicar o processo de gerenciamento de risco. Mentir, ignorar ou induzir ao erro eram práticas comuns nesse

primeiro estágio da CR. Os autores demonstram que o envolvimento dos públicos significava muitas vezes atrapalhar as decisões.

Assim, eles revelam que essa realidade foi-se alterando com o passar dos anos. Em meados da década de 1980, quando movimentos ambientalistas começam a se mobilizar, tudo que era escondido a respeito dos riscos e o que não era comunicado, transformou-se em controvérsias que se foram-se ampliando. O público já não podia mais ser ignorado. Inicia-se, com isso, a segunda etapa da CR, visando-se uma comunicação verdadeira em busca de aprender e explicar os dados sobre os riscos (COVELLO; SANDMAN, 2001). Houve uma melhora nas técnicas de como explicar os riscos de maneira mais detalhada e eficaz. Os porta-vozes das organizações passaram a se especializar e aprender para explicar os riscos de modo que facilitasse a compreensão; e o público passou a ser mais bem informado (idem, 2001).

Porém, os autores afirmam que conseguir esse avanço não foi um processo fácil e ainda se sentia a necessidade de explicar melhor o grau e a intensidade dos riscos, pois notava-se que muitas vezes o perigo não era algo de grande expressão, mas sua imagem perante os públicos era de algo devastador. Necessitava-se trabalhar as percepções dos riscos.

É com essa necessidade que se inicia a terceira etapa dessa evolução. Para Covello e Sandman (2001), nesse momento ocorre uma mudança, afirmam que “pela primeira vez o risco foi devidamente visto como consistindo por dois elementos básicos, praticamente independentes, o perigo e a indignação” (p. 5). Essa passagem revela outro olhar sobre os riscos e demonstra que a CR não era apenas uma prática que comunicaria os riscos, mas um modo de possibilitar a sua redução ou mitigação.

Para que de fato essa etapa ocorresse uma mudança dos valores e da cultura da organização, seria necessária. Considera-se que somente quando essa etapa se concretizasse, seria possível pensar no próximo momento, uma quarta etapa, que requeria que o público fosse tratado como “parceiro de pleno direito” (COVELLO; SANDMAN, 2001, p. 8 - tradução nossa).

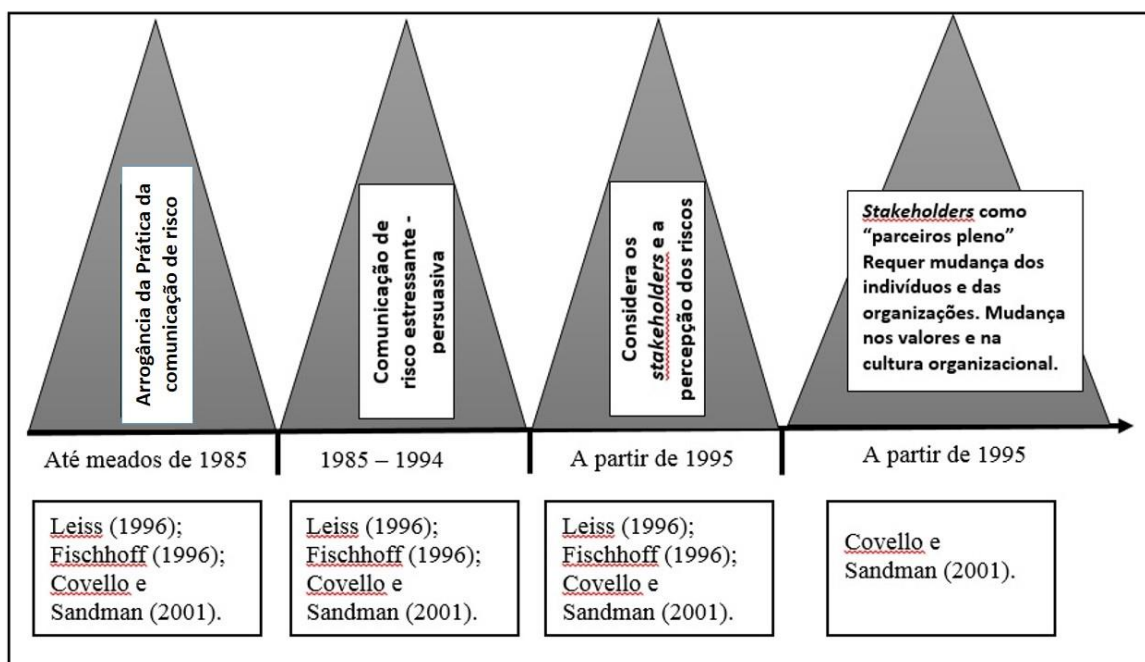
Por isso, Covello e Sandman (2001) admitem que essa etapa é complexa e difícil de ser atingida, uma vez que depende de uma mudança tanto dos indivíduos, quanto das organizações. Além disso, argumentam que a área técnica acaba se tornando, também, um empecilho para sua concretização. Segundo os autores, pessoas responsáveis por essas áreas preferem abordagens lógicas e conseqüentemente situações puramente técnicas e

racionais e por isso, “normalmente não gostam de negociar, dialogar e firmar parcerias com membros do público” (COVELLO; SANDMAN, 2001p. 9 - tradução nossa).

Dessa forma, se de fato essa quarta etapa for colocada em prática, pode-se considerar que a CR transcende a concepção mecanicista assumida em seu primeiro momento e, segundo Covello e Sandman (2001, p. 9) pode “transformar a maneira como as organizações pensam sobre si mesmas”, pois, ao engajar o público em um diálogo significativo, respeitoso e franco” podem-se impulsionar mudanças nos valores e consequentemente na cultura organizacional.

A figura I que segue resume esses momentos históricos que marcaram a evolução da CR:

Figura 1 - Comunicação de Risco ao longo da história



Fonte: Autora (2014)

Assim, ao amadurecer o entendimento sobre esse conceito, admite-se que a CR se tornou um processo que requer a interação entre os grupos para que os riscos iminentes possam ser compreendidos e trabalhados em conjunto, no sentido de construir realidades que sejam capazes de diminuir os impactos ou situações que evitem sua incidência. Diante disso, a CR pode ser uma preparação para um novo comportamento dos sujeitos em uma amplitude que se reflete nas relações para além da organização, transformando suas vidas, iniciando novos ciclos, recomeçando. Como afirma Palencar (2005), quando cientes de

suas escolhas, os sujeitos têm a possibilidade de futuros alternativos. Evidentemente que não se pode deixar de ponderar que a CR é uma das formas para que estas ações aconteçam; outras práticas técnico materiais são necessárias para que estas ponderações se tornem realidade.

Ao longo da sua evolução, iniciada como um processo informacional e que caminhou para uma perspectiva relacional, em que os sujeitos passam a ser considerados agentes das mudanças, a CR assume espaço na realidade organizacional, revelando as possíveis maneiras de lidar com as múltiplas percepções que emergem sobre os riscos existentes. Entender como o risco é percebido pelos sujeitos envolve a compreensão de muitos aspectos, valores e também características presentes no contexto histórico de cada um, onde são revelados sentimentos, emoções, expectativas, medos e anseios que influenciam na maneira de gerenciar a situação de risco, podendo dificultar o processo de mitigação e prevenção de crises.

2.4. PERCEPÇÃO DE RISCO

As discussões sobre a importância das percepções de riscos se desvelam à medida que cresce o interesse por compreender a relação existente entre a percepção que o sujeito tem sobre o risco e o processo de tomada de decisão em relação ao mesmo (SLOVIC, 2002). Sendo assim, a compreensão sobre as percepções a respeito dos riscos existentes se tornou um componente essencial no gerenciamento de risco e, conseqüentemente, na prática da CR, uma vez que é notado que em alguns casos as pessoas acabam subestimando os riscos reais a que podem estar sujeitos preocupando-se com situações que têm baixa probabilidade de ocorrer (DOUGLAS, 1986).

Essas percepções estão relacionadas a uma série de fatores que possivelmente influenciam nas decisões. Fatores como familiaridade, noção de controle sobre o risco, preocupação, potencial de catástrofe e o nível de informação e conhecimento que se têm sobre situações de riscos, capazes de impactar as percepções sobre eles mesmos (SLOVIC, 1987).

Nesse sentido, Slovic (1980) observa que, quanto menos se conhece um fato, as percepções sobre os riscos se tornam maiores. Afirma também que os riscos ligados ao dia-a-dia exercem menos influência na percepção do público, em razão da familiaridade

existente, mesmo que muitas vezes possam ser de grande intensidade por existir maior probabilidade de incidência.

Sobre isso, Fischhoff (1999), assim como Slovic (2002), classifica os níveis de percepção dos públicos de acordo com o grau de intensidade de sua percepção do risco. Na classificação apresentada no quadro I fica evidente que, quanto menor for o conhecimento de uma determinada situação, maior será a percepção pública do risco, ou seja, o risco assume proporções exageradas de acordo com a sua incidência, ao passo que riscos com poder de grandes impactos muitas vezes são observados com maior tranquilidade, pelo fato de serem conhecidos e pela impressão e percepção de serem mais fáceis de ser geridos.

Quadro 1: Riscos mais e menos aceitos pelas pessoas

Riscos mais aceitáveis	Riscos menos aceitáveis
Percebidos como voluntários	Percebidos como obrigatórios
Controlados pelo indivíduo	Controlados por outros
Que trazem benefícios	Que trazem pouco ou nenhum benefício
Justamente distribuídos	Injustamente distribuídos
Naturais	Artificiais
Estatísticos	Catastróficos
Gerados por uma fonte confiável	Gerados por uma fonte não confiável
Conhecidos	Estranhos
Que afetam os adultos	Que afetam as crianças
Não memoráveis	Memoráveis
Morais/éticos	Imorais/não éticos
Que tenham mensagem não verbal clara	Que tenham mensagem não verbal misturada
Aleatórios	Catastróficos
Com pouca atenção da mídia	Com muita atenção da mídia
Com vítimas por estatística	Com vítimas identificadas
Com efeitos imediatos	Com efeitos atrasados
Com efeitos reversíveis	Com efeitos irreversíveis
Cientificamente bem compreendidos	Cientificamente não compreendidos

Fonte: Fischhoff (1999, apud ATSDR)

Especialistas em percepção de risco como Slovic; Fischhoff e Lichtenstein (1980) dedicaram-se aos estudos nesse campo em busca de compreender a interpretação das pessoas sobre os riscos que a estão expostas. Os resultados que obtiveram dessa dedicação demonstram que além da percepção do risco se dividir em riscos mais ou menos aceitáveis, estes são vistos também pelo seu grau de impacto, como pode ser observado no quadro II. Essas situações não são distorções dos riscos existentes e sim parte do que se entende deles (SANDMAN, 1986).

Quadro 2: Percepção do risco em relação ao grau de intensidade

Menor Risco	Maior Risco
Voluntário	Involuntário
Familiar	Desconhecido
Controlável	Incontrolável
Controlado por si próprio	Controlado por outros
Justo	Injusto
Não memorável	Memorável
Não teme	Ameaçador
Crônico	Agudo
Difusa no tempo e no espaço	Fixa no tempo e no espaço
Natural	Artificial
Imediato	Atrasado
Natural	Natural
Mitigação individual possível	Mitigação individual impossível
Detectável	Indetectável

Fonte: Sandman (1986) - Explaining Environmental Risk

Considera-se que a existência desse tipo de percepção se dá em razão de observar que as explicações dos especialistas do risco estão ligadas às definições científicas e técnicas, enquanto o olhar do público relaciona-se, em grande medida, a fatores sociais, como é revelado no quadro III, esboçado por Krimsky e Plough (1988).

Quadro 3: Diferentes percepções do risco - especialistas e público

Abordagem do risco – especialistas	Abordagem do risco – públicos
A confiança está nos métodos e evidências científica	A confiança está na cultura política e no processo democrático
Apelo de autoridades e conhecimento técnico	Apelo folclórico, grupos e tradições
As fronteiras de análise são distorcidas e reducionistas	As fronteiras de análises são amplas e incluem o uso de analogias a precedentes históricos
Os riscos são despersonalizados	Os riscos são personalizados
A ênfase está nas variações estatísticas e na probabilidade	A ênfase está nos efeitos do risco sobre as famílias e a comunidade
Apelo à consistência e universalidade	O foco é particular: menos interesse sobre a consistência de abordagem
Onde houver existência sobre a ciência, o status quo é mantido	As respostas do público sobre as diferenças científicas consistem na escolha em qual acreditar
Impactos que não podem ser medidos são menos relevantes	Riscos prévios e desarticulados são relevantes

Fonte: Krimsky; Plough (1988) – Environmental Hazards: Communicating Risks as a social process.

Essas características demonstram que os riscos podem ser vistos de maneiras distintas quando observados por especialistas e por pessoas comuns. Por isso, McComas (2005) pondera que há evidências de pesquisas relatando que as pessoas baseiam suas percepções a respeito dos riscos de acordo com qualidades subjetivas atribuídas aos mesmos. Essas qualidades, por sua vez, incluem, por exemplo, aspectos como: “voluntariedade, controle, benefícios, potencial catastrófico, conhecimento científico, incertezas científicas, efeitos atrasados, efeitos nas próximas gerações e humanos versus a sua própria origem natural” (MCCOMAS, 2005, p. 463).

Além disso, Fischhoff, Bostrom e Quadrel (1993) descrevem sobre os o quanto as decisões das pessoas interferem sobre os efeitos dos riscos. Para eles, decisões individuais podem impactar as consequências dos riscos, e, mesmo que sejam de pequenos impactos, acumulam-se ao longo dos anos, trazendo resultados positivos para essa realidade. Ressalta-se com isso a relevância do indivíduo na CR, demonstrando que cada atitude do sujeito influencia na construção de sua própria realidade.

Nesse sentido, pelos autores supracitados, para que as decisões sejam tomadas, as pessoas precisam primeiramente compreender os riscos e os malefícios que esse entendimento lhes trará, pois, a imprecisão na percepção que têm sobre os riscos podem ser prejudiciais à sua própria saúde.

Com isso, nota-se que a preocupação com a percepção ganhou relevância diante da evidência de que as pessoas acabam destacando alguns riscos e descartando outros em razão de concepções criadas e admitidas pela sociedade, o que muitas vezes pode ser contraditório (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982), sendo tais concepções embasadas na cultura, no contexto social, nas experiências, na família, nos amigos e em todo convívio social de cada indivíduo (SMITH, 1992).

Dessa forma, o conceito de determinados riscos será percebido de maneira distinta de acordo com cada pessoa e contexto. Slovic (2003) destaca que cada grupo de pessoa observa o conceito de risco de forma diferente, como por exemplo, a avaliação de técnicos a respeito de determinadas situações é feita por meio de cálculos matemáticos e por análises probabilísticas e racionais. Em contrapartida, segundo o autor, os sujeitos comuns observam outros aspectos que envolvem sentimentos e preocupações, o que muitas vezes pode ampliar a dimensão do impacto do risco.

Assim, considera-se que aspectos culturais e o contexto histórico influenciam na maneira como cada um percebe os riscos a quais expostos (SLOVIC, 1987). Levar esses fatores em consideração é primordial no processo de CR, que envolve avaliar, gerenciar e principalmente, comunicar os riscos.

Isso posto, é a partir das percepções individuais dos riscos que as decisões são tomadas, sendo estas responsáveis, em alguns casos, por causar efeitos que afetam o nível individual, podendo alcançar uma escala coletiva de abrangência. O conhecimento sobre os riscos iminentes permite uma tomada de consciência a respeito do grau e da incidência desses riscos na vida das pessoas envolvidas. Por esse motivo, na prática da CR é imprescindível levar em conta os aspectos presentes nas percepções de riscos individuais. Compreendendo-se o grau de entendimento dos envolvidos, em situações de risco, torna-se plausível a gestão desse processo.

Como pôde ser observado, a compreensão sobre os riscos e o nível da percepção dos mesmos se relaciona diretamente com aspectos que não são ressaltados superficialmente, mas que estão ligados a processos densos que dizem respeito a situações psicológicas, características culturais, sociais e históricas. Assim, a percepção do risco, na realidade, é formada a partir de uma mistura de aspectos, julgamentos e atitudes que podem ou não serem alterados de acordo com o contexto em que vivem os sujeitos (SLOVIC; FISCHHOFF; LICHTENSTEIN, 1980).

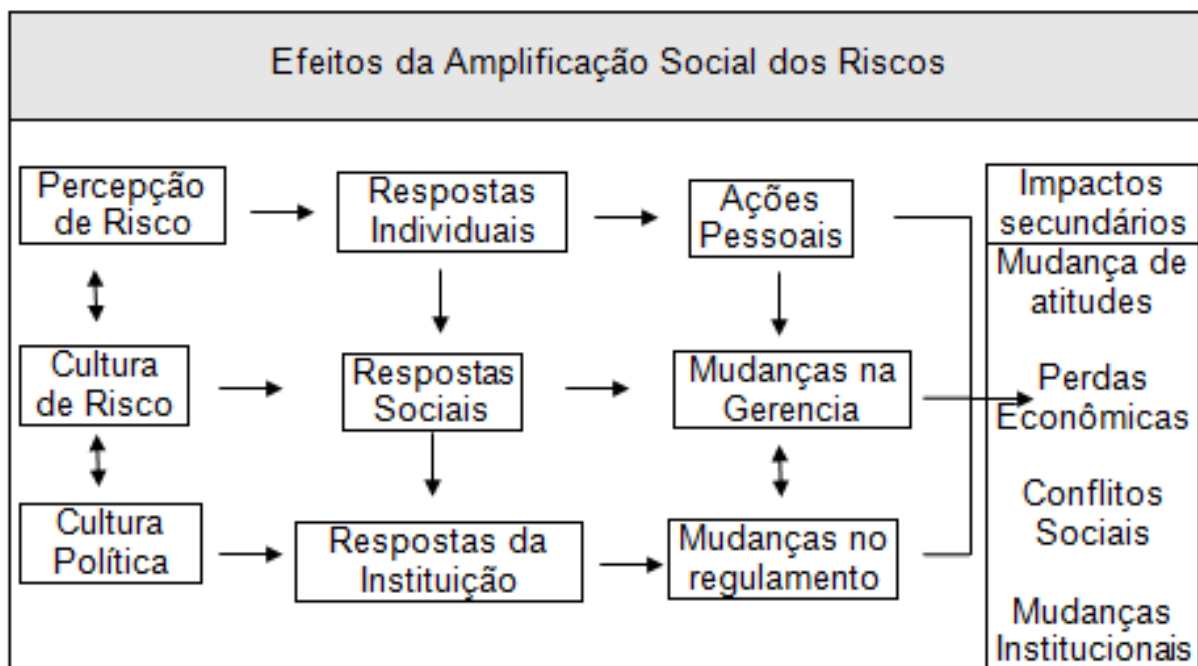
Essa prerrogativa requer processos de gestão de risco que contribuam para que as pessoas desenvolvam a percepção sobre os reais impactos, em razão de evitar uma

amplificação social do risco, ou seja, a fim de diminuir as possibilidades de fazer com que um risco de pequena intensidade assuma proporções elevadas, dificultando seu controle.

A amplificação social do risco denota o fenômeno pelo qual os processos de informação, as estruturas institucionais, o comportamento do grupo social e as respostas individuais dão forma à experiência social do risco, contribuindo para suas consequências (KASPERSON, RENN, SLOVIC et al, 2005)

Dessa forma, o conceito de amplificação social do risco pode moldar a experiência social de risco e as consequências relacionadas a ele (RENN, 1991). Conseqüentemente, “supostas reações exageradas do público-alvo deve receber a mesma atenção do que reações exageradas”, pois ambas colaboram para disseminar uma imagem atenuada ou não, amplificando o conceito social do risco e, por sua vez, gerando efeitos nesse sentido (idem, 1991), como evidenciado na figura II.

Figura 2: Efeitos da Ampliação Social do Risco



Fonte: Renn (1991) - Risk communication and the social amplification of risk.

Partindo dessa perspectiva, compreende-se que o processo de amplificação social do risco permite que percepções individuais sobre os riscos tomem maiores proporções e atinjam percepções sociais, podendo gerar situações negativas e efeitos secundários para

uma comunidade. Por isso, Renn (1991, p. 287) argumenta que esse conceito pode ser um quadro “interessante e gratificante” para análise da CR, por esta ser uma prática que permeia todo processo de gestão de risco, por permitir a produção de novos olhares sobre a formação da percepção de risco.

A CR envolve os públicos não somente com o propósito de fazer com que compreendam as decisões e iniciativas da organização, mas com o designo de comprometê-los, a ponto de desenvolver conjuntamente seus conhecimentos e percepções sobre os riscos que estão expostos, para que eventualmente possam vir a enfrentá-los.

Assim, compreender esse processo como uma prática capaz de promover o entendimento e apreciar as preocupações dos *stakeholders* demanda evidenciar como os riscos são percebidos e considerados no contexto social e histórico que envolve cada situação. Desse modo, o próximo tópico aborda a CR de maneira a delinear sua essência e compreender a dinâmica de seu processo.

2.5 COMPREENDENDO A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO DE RISCO E SUA CARACTERÍSTICA PROCESSUAL

Tendo em vista como se originou e evoluiu a noção de CR, cabe nesse momento verificar suas principais características, a fim de demonstrar sua relevância como uma área global de estudos, como afirma Palencar (2005). As definições sobre esse conceito centram-se em compreender essa prática como um processo dialógico que preza pelo comprometimento em envolver as partes interessadas em situações que abarquem riscos, em busca de promover um consenso entre as percepções existentes.

Covello (1986, p. 172) pondera que a CR poderia ser definida como “qualquer troca intencional de informações sobre os riscos à saúde ou ao meio ambiente, entre as partes interessadas”. Para o autor, de modo mais específico a CR seria o

[...] ato de transmitir informações entre as partes sobre (a) os níveis de riscos ambientais ou de saúde; (b) a importância ou significado dos riscos ambientais a saúde ou; ou (c). As decisões políticas destinadas a administrar ou controlar a saúde ou riscos ambientais. (COVELLO, 1986, p.172)

Essa definição foi criticada por alguns autores como, por exemplo, Plough e Krimsky (1987), que alegavam que além de não ser a troca intencional de mensagens, o processo de CR abrangeria outras áreas além da saúde e do meio ambiente.

Esse embate enriquece o campo das definições sobre CR, pois a colocação de Covello (1986), apesar de se restringir à área da saúde e do meio ambiente, evidenciava um aspecto relevante desse conceito que, estabelecia a troca de informações, demonstrando a necessidade de haver um processo dialógico, de interação entre as partes interessadas. Em contrapartida, a visão de Plough e Krimsky (1987), acrescenta a noção de que a influência da CR deve transcender as fronteiras que cercam suas origens (áreas da saúde e meio ambiente) e expandir-se para outras áreas.

Diante disso, em 1989 a NRC apresenta uma perspectiva desse processo que abrange tais discussões, propondo que a CR envolveria a interação e a troca de informações entre os sujeitos sobre questões relacionadas ao meio ambiente, à saúde e também à tecnologia. Segundo a NRC, este seria, portanto, um processo intencional e permanente.

Por ser um processo intencional, Renn (1991, p. 292) argumenta sobre a necessidade de especificar e identificar quais seriam essas intenções e objetivos da CR. Então ele resume esses objetivos em 4 itens: a) induzir mudanças no conhecimento, nas opiniões ou atitudes; b) incentivar um comportamento de proteção de indivíduos e grupos; c) criar credibilidade e confiança nas instituições de gestão de risco; e d) auxiliar na resolução de conflitos e no envolvimento do público.

O autor ainda acredita que para o melhor entendimento da CR, seus objetivos devem ser claros e ricos em detalhes. Por esse motivo, Renn (1991) subdividiu-os em objetivos de pequena, média e grande abrangência, os quais podem ser observados no quadro IV.

Quadro 4: Objetivos da comunicação de risco e níveis de análise

De/ Para	NÍVEL MICRO Individual	NÍVEL MÉDIO Grupos	NÍVEL MACRO Sociedade
Individual	Persuasão para redução de risco/ Aceitação de risco Educação	Influência na decisão do grupo/ Pedido de apoio Educação	Mudança de políticas de risco / Pedido de apoio Informação
Grupo	Educação Suporte Persuasão para redução de risco/ Aceitação de gestão de risco/ Confiar na competência do grupo	Educação/Aliança Resolução de conflitos/ Prestígio Aceitação de gestão de risco/ Acreditar na competência do grupo	Informação/ Influência nas políticas de risco Aquisições de soluções sociais/ Mudança na cultura de risco / Cumprimento dos riscos padrões / Desenvolvimento de incentivos para mudanças na estrutura
Sociedade	Educação Redução de risco Resposta de emergência Aceitação de gestão de risco/ Acreditar em agências de risco Transparência em relação a capacidade de risco de manuseio para a sociedade	Educação Redução de risco Resposta de emergência Aceitação de gestão de risco Legitimação de agências de risco Transparência em relação a capacidade de risco de manuseio para a sociedade Mediação na resolução de conflitos	Estratégias de gerenciamento e regulamentação para riscos Agenda para agências de risco/ Reforma institucional Desenvolvimento de novos paradigmas de risco Mudanças na cultura de risco/ Influência internacional e global nas políticas de risco Resolução de conflitos internacionais

Fonte: Renn (1991, p. 293) - Risk communication and the social amplification of risk (Tradução da autora, 2015).

Percebe-se que a definição desses objetivos distribuídos em níveis se dá em torno do fluxo de informação que transita entre eles. Constata-se que a comunicação existente nesse cenário ocorre entre indivíduos, grupos e instituições sociais, proporcionando e acentuando a troca de informações. A CR, nesse sentido, permite um olhar atento ao público e a necessidade de envolvê-los, promovendo conhecimento sobre as situações de riscos.

Acrescendo essa visão, Lundregren e McMakin (2004) revelam que o objetivo da CR passa a ser a garantia de que o público esteja motivado e consciente para reagir em situações de perigo e que para isso, necessariamente, precisariam ser informados e persuadidos com informações que visassem um consenso, por meio de um processo de troca de informações.

Partindo dessa perspectiva as autoras admitem a existência de três tipos de CR, denominadas como comunicação de cuidado; comunicação de consenso e comunicação

de crise, como pode ser observada na figura III. Vale ressaltar que esses três tipos podem ocorrer simultaneamente, não existindo um modelo ou uma regra que guia sua prática. Essa subdivisão ocorreu para facilitar a compreensão dos universos específicos que a comunicação de risco pode se manifestar.

A comunicação de cuidado irá cuidar e garantir que o gerenciamento dos riscos aconteça da melhor forma, uma vez que, esse tipo de comunicação acontece quando os perigos e as maneiras de administrá-los foram determinados pela ciência (LUNDREGREN; MCMAKIN, 2009). Enquanto isso, a comunicação de consenso procura incentivar os grupos envolvidos e promover a interação entre eles, com o propósito de garantir uma decisão conjunta sobre como gerenciar os riscos existentes, visando à redução do impacto do risco ou até mesmo sua eliminação (LUNDREGREN; MCMAKIN, 2009). Já, a comunicação de crise, apesar de ser posterior à prática da CR, é inerente a ela, pois é considerada pelas autoras como se fosse o extremo da CR, quando uma situação se encontra em perigo súbito.

Figura 3 - Tipos de Comunicação de Risco



Fonte: Lundregren e McMakin (2009) – Risk Communication (Tradução da autora, 2015).

Além disso, Lundregren e McMakin (2009) descrevem que esses tipos de CR transitam entre a comunicação ambiental, a comunicação de segurança e a comunicação de saúde. Segundo as autoras, os riscos e perigos são oriundos, principalmente, desses campos – saúde, segurança e meio ambiente; e aqueles que porventura não estão diretamente ligados a estes campos, são secundários e derivaram destes. Por isso, todos os tipos de comunicação perpassam nos referidos campos.

Essas definições teceram as concepções de um processo de CR, proposto pelas autoras, que levaram em consideração a relação estabelecida entre os três tipos de CR e as grandes áreas da comunicação.

O processo de CR é um movimento que é iniciado com um perigo real ou potencial capaz de afetar o meio ambiente, a segurança ou a saúde dos seres humanos (LUNDREGREN; MCMAKIN, 2009). Em seguida observa-se que meio ambiente, segurança e saúde, além de serem campos que dão origem aos riscos, são os principais afetados por eles, por isso, passam a ser fontes de estudos da CR e parte desse processo.

Identificados os riscos desses ambientes, o processo de CR que é constante e contínuo, faz uma análise dos possíveis riscos, reais ou potenciais. A partir disso, obtêm-se informações precisas sobre os diversos tipos de riscos. Após, essas informações são comunicadas aos envolvidos com vista a proporcionar o entendimento sobre os riscos e as reais situações que podem emergir, na intenção de haver uma tomada de decisões conjunta entre as partes interessadas (idem, ibidem. 2009).

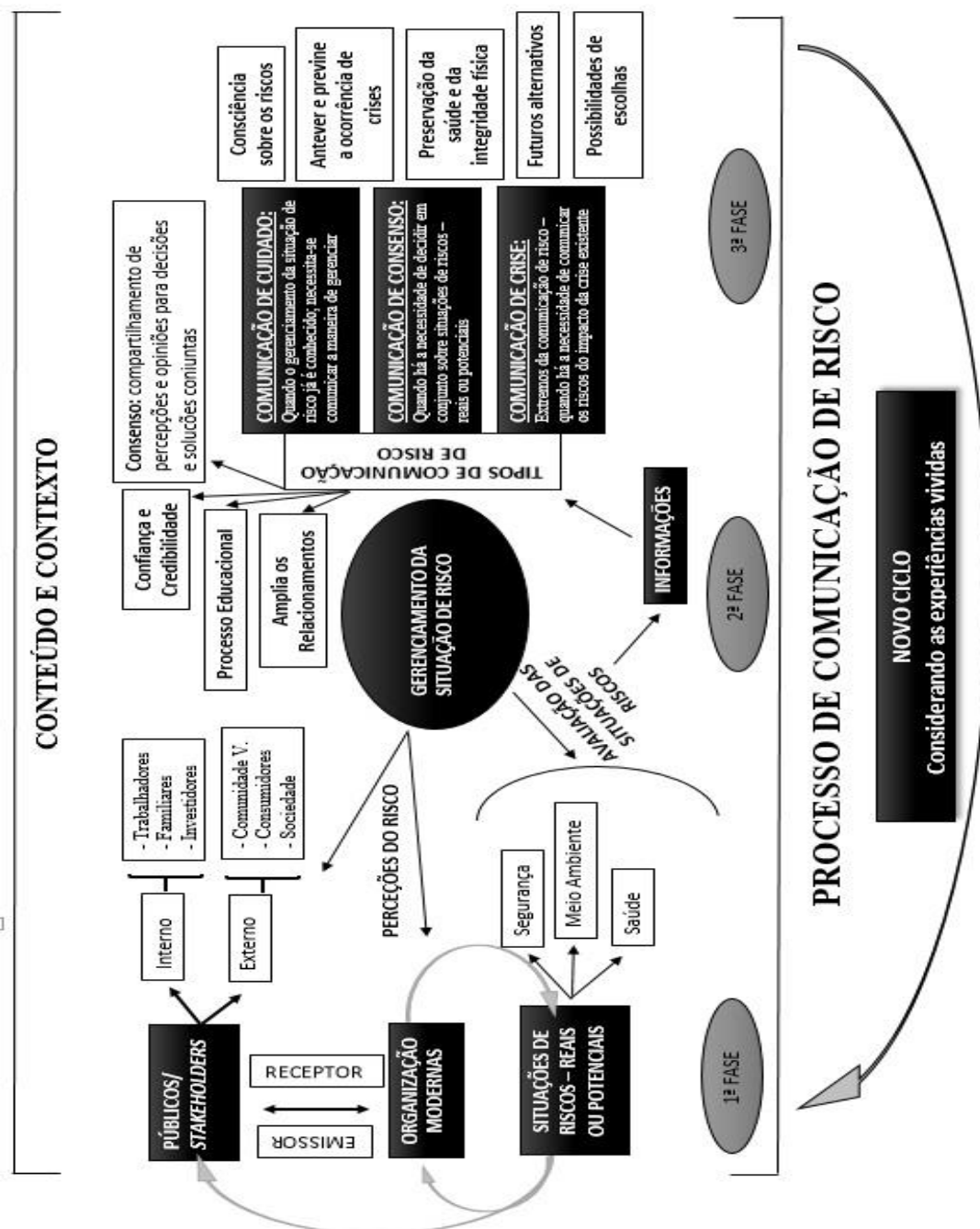
Nesse contexto, se revelam os três tipos de comunicação, mediante informações aos *stakeholders* sobre os riscos, porquanto para cada perigo há um tipo de comunicação. A comunicação de crise se faz quando, em algumas situações, os públicos são incentivados a tomar medidas que minimizem o impacto do risco.

Em outros momentos, a comunicação de cuidado se manifesta quando os públicos são informados e abrigam o conhecimento do risco, para que possam tomar decisões em conjunto e quando se percebe que há consenso sobre as ações a serem tomadas a respeito de determinada situação (LUNDREGREN; MCMAKIN, 2009).

Tendo em vista essas ponderações, observa-se que, embora a apresentação do processo de CR tenha sido realizada em etapas separadas, ele ocorre de forma dinâmica, por meio de múltiplas trocas de informações e entendimentos. Não há, portanto, a necessidade de realizar passo a passo as etapas desse processo. Ele é esboçado desta maneira em função de facilitar o conhecimento das possíveis situações que podem ser

enfrentadas em momentos de trabalhar com os riscos, comunica-los aos *stakeholders* e proporcionar entendimento sobre eles. Nesse intento, a figura IV (apresentada em tamanho maior no apêndice I) esboça esse processo com a finalidade de ilustrar suas fases e demonstrar a dinamicidade presente no processo de gestão da CR.

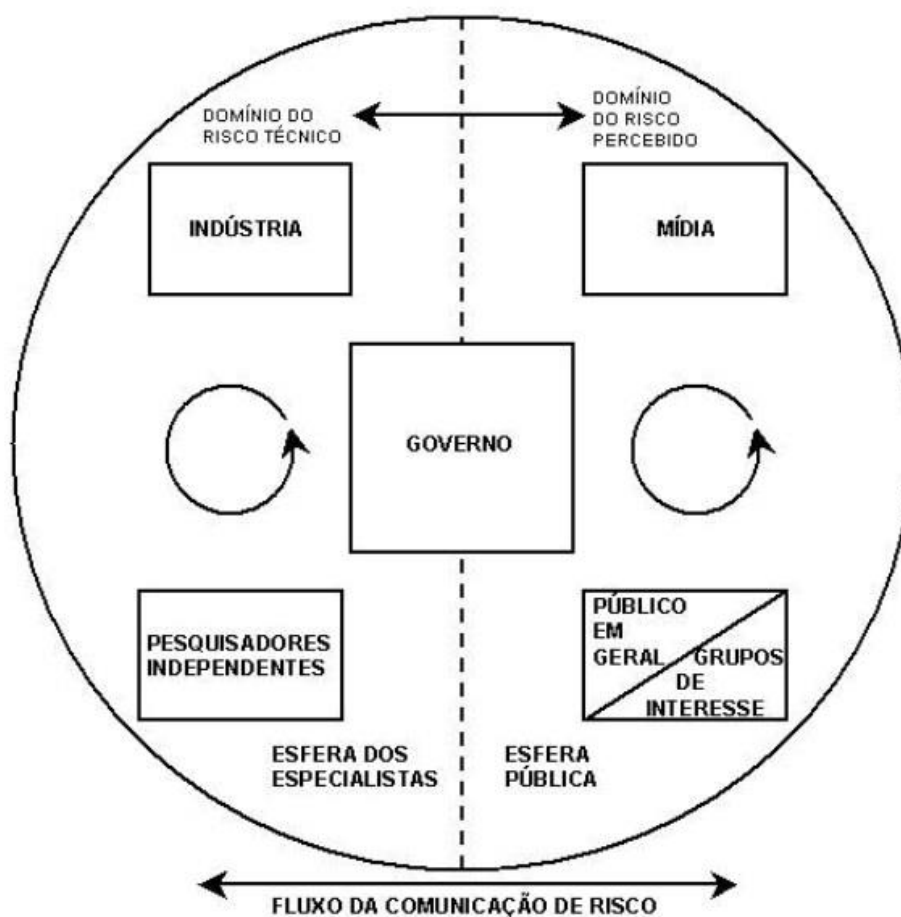
Figura 4: Processo de Comunicação de Risco



Fonte: Adaptação do conteúdo de Lundregren; McMakin (2009)

Leiss e Krewski (1992) também esboçaram um processo de comunicação – que pode ser visualizado na figura V; porém, em suas percepções focaram a perspectiva da percepção do risco, pois defendiam a concepção de que a prática da CR se baseava na interação entre a esfera pública e a esfera técnica. Para isso, colocaram o governo como ponto central da análise, por entenderem que é ele o responsável por estabelecer a ligação entre as duas esferas. A proposta chama atenção para o domínio relativo aos riscos técnicos ou percebidos, evidenciando uma dinâmica nas relações tendo o governo como intermediário das esferas dos especialistas e opinião pública.

Figura 5: Processo de Comunicação e Risco na perspectiva de Leiss e Krewski



Fonte: Leiss; Krewski (1992 apud LEISS, 1992) – Prospects and Problems in Risk Communication (Tradução da autora, 2015).

Visa-se, com a apresentação desse processo, enriquecer o conhecimento sobre as abordagens sobre CR, salienta-se, no entanto, que no estudo empírico se levará em consideração o processo de comunicação proposto por Lundregren; McMakin (2009).

Nota-se neste esboço que a CR preenche a lacuna entre o que é percebido e as concepções técnicas do risco. A opinião pública e os grupos de interesse na maioria das vezes conhecem os riscos a partir das informações transmitidas pela mídia, que por sua vez, podem alterar o sentido da mensagem do risco. Neste caso, Leiss e Krewski (1992) propõe que cabe ao governo ter a função de mediador, a fim de garantir que os sentidos não sejam alterados e que os riscos sejam percebidos de acordo com seu real significado, conhecido pelos técnicos, especialistas e pesquisadores das indústrias.

Com isso, acredita-se na possibilidade de desenvolver a prática da CR de maneira planejada sem deixar de atentar para a sensibilidade da comunidade afetada, graças a um trabalho conjunto das partes, com o propósito de estabelecer uma relação de confiança entre ambas e com isso, diminuir a sensação de instabilidade e insegurança do público (COVELLO; SANDMANN, 2001).

A confiança é um valor que tem assumido um espaço de destaque no contexto da CR (RENN; LEVINE, 1991). A postura transparente da organização, a comunicação de mensagens verdadeiras e confiáveis e a maneira de agir diante do seu público são fatores que contribuem para a construção e solidificação da confiança e da credibilidade em situações de risco, sejam elas reais ou potenciais (idem, 1991).

Assim, por estabelecer “trocas de informações a respeito da magnitude, dos significados e do controle dos riscos” (COVELLO, 1992), a CR colabora para que a constituição da confiança e da credibilidade seja efetiva, uma vez que, ao facultar o conhecimento do público sobre os possíveis riscos e oferecer a oportunidade de uma tomada de decisão conjunta, fortalece-se o elo entre as partes envolvidas.

Esse envolvimento se dá, principalmente, pela compreensão de que a CR auxilia os indivíduos nas suas escolhas e projeções sobre o futuro, assim como descreve Palencar (2005). Para o autor, quando as preocupações dos *stakeholders* são levadas em consideração e quando há entendimento dessas percepções, existe a possibilidade de construir, em conjunto, oportunidades de escolhas de diferentes futuros. Os envolvidos não se deparam com situações desconhecidas.

A CR é uma prática de comportamento da organização que amplia as relações e promove o senso coletivo à medida que coloca os sujeitos e a organização em conversação.

Deste modo, segundo Palencar (2005, p.450) a CR “irá promover a oportunidade de entender e apreciar as preocupações dos *stakeholders* em relação aos riscos gerados pelas organizações”, com isso, ele acredita que, com os indivíduos “engajados no diálogo,

é possível resolver diferentes preocupações e realizar ações apropriadas, que podem reduzir os riscos percebidos e criar um clima favorável à participação e um diálogo efetivo”.

Nota-se que a CR expressada pela comunicação de consenso, descrita por Lundregren; McMakin (2009) possibilita a conscientização e o conhecimento dos públicos a respeito das possíveis probabilidades da incidência de risco e, com isso, abrem caminhos de escolhas e alternativas para garantia de seus respectivos futuros. Com isso, diminui-se a chance de enfrentar situações sobre as quais não houve escolhas predefinidas.

Dessa forma, a CR é, uma via possível para pensar em futuros alternativos. Embora a sociedade esteja imersa nos riscos da modernização, que se avolumam cada vez mais, necessita-se pensar nos sujeitos envolvidos e na possibilidade de alterar realidades.

De acordo com Sandman (1986), o processo de CR pode proporcionar a construção da consciência dos *stakeholders* em suas tomadas de decisão e seu posicionamento em relação aos riscos a que estão expostos, alertando-os.

Diante disso, acredita-se que para que haja uma análise mais profunda do processo de CR, se faz necessário compreender que a CR precisa ser analisada como processo comunicacional, ou seja, a CR se configura a partir das prerrogativas da comunicação como processo, o que nos leva a compreendê-la como dialógica, podendo ser concebida como interacional e transacional, ou seja, centrada numa perspectiva interpretativa e não funcionalista da comunicação, pois emerge do sujeito em seus processos de fala.

Tendo isso em mente, o próximo tópico, que fecha as discussões sobre CR, traz características importantes do campo da comunicação constitutiva, a fim de facilitar a compreensão da CR como um processo interacional, que visa proporcionar entendimento, compartilhar experiências e construir coletivamente a consciência sobre a situação de risco, dando aos sujeitos a chance de poder escolher diante de uma situação para que crises possam ser evitadas.

Os estudos contemporâneos sobre CR demonstram que, embora as primeiras práticas da CR estivessem ligadas muito mais ao viés informacional do que ao interacional, atualmente, valoriza-se as relações estabelecidas entre os sujeitos e principalmente, prima-se pelos significados que emergem dos processos de interação.

Sendo assim, a teoria da CR contemporânea se fundamenta pela teoria da Comunicação Constitutiva das Organizações – CCO, como apresentado a seguir, onde se

evidencia o olhar constitutivo no campo da comunicação a partir de uma abordagem interacional, a qual se faz essencial para o desenvolvimento dos estudos da CR, uma vez que representa concepções que ampliam a análise sobre as organizações e seus contextos sócio históricos.

2.6 APROXIMAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO DE RISCO E COMUNICAÇÃO CONSTITUTIVA DA ORGANIZAÇÃO

Este tópico se configura como um aporte teórico para as discussões que envolvem as prerrogativas do processo da CR, tendo em vista que nesta dissertação a comunicação é entendida como um processo que constrói e reconstrói a realidade, pois a concepção de processo está relacionada a “qualquer fenômeno que apresenta contínua mudança no tempo [...] sem uma sequência fixa de eventos” (BERLO, 1991, p. 33).

A visão de processo revela dinamicidade e movimento, o que dá vida à organização e evidencia o ato de comunicação para além da relação emissor e receptor (MARCHIORI, 2010). Tal processo na visão de Berlo (1991, p. 33) está relacionado a “qualquer fenômeno que apresenta contínua mudança no tempo [...] sem uma sequência fixa de eventos” (BERLO, 1991, p. 33), o que demonstra que não existe começo, meio ou fim e, não há, portanto, na comunicação, uma linearidade, nem determinismo nas ações (MARCHIORI, 2013).

Esta visão, relacionada principalmente aos estudos de Linda Putnam (1983), Ruth Smith e Eisenberg (1987), orienta-se pela perspectiva interpretativa, em que a comunicação é “formativa” (PUTNAM, PHILLIPS e CHAPMAN, 1999, p. 396 in MARCHIORI, 2010), na acepção de instituir e representar o processo de organizar. As pesquisas no campo do interpretativismo compreendem a realidade como um fenômeno socialmente construído, por meio das interações sociais, tem Putnam (1983) e Cheney (1983) nos Estados Unidos da América como referência.

No bojo das discussões, tanto a visão de que a comunicação forma e constitui as realidades organizacionais, quanto o olhar de que a organização se faz a partir da comunicação, convergem na noção de que comunicação é processo (MILLER, 2005). Esta constatação demonstra que a relação entre emissor e receptor se faz na condição das interações e transações, onde visualiza-se as subjetividades ao observar a essência dos sujeitos nos processos. Compreender a comunicação sob esse prisma requisita um reconhecimento da centralidade dos sujeitos e da legitimação de suas ações, quando estão

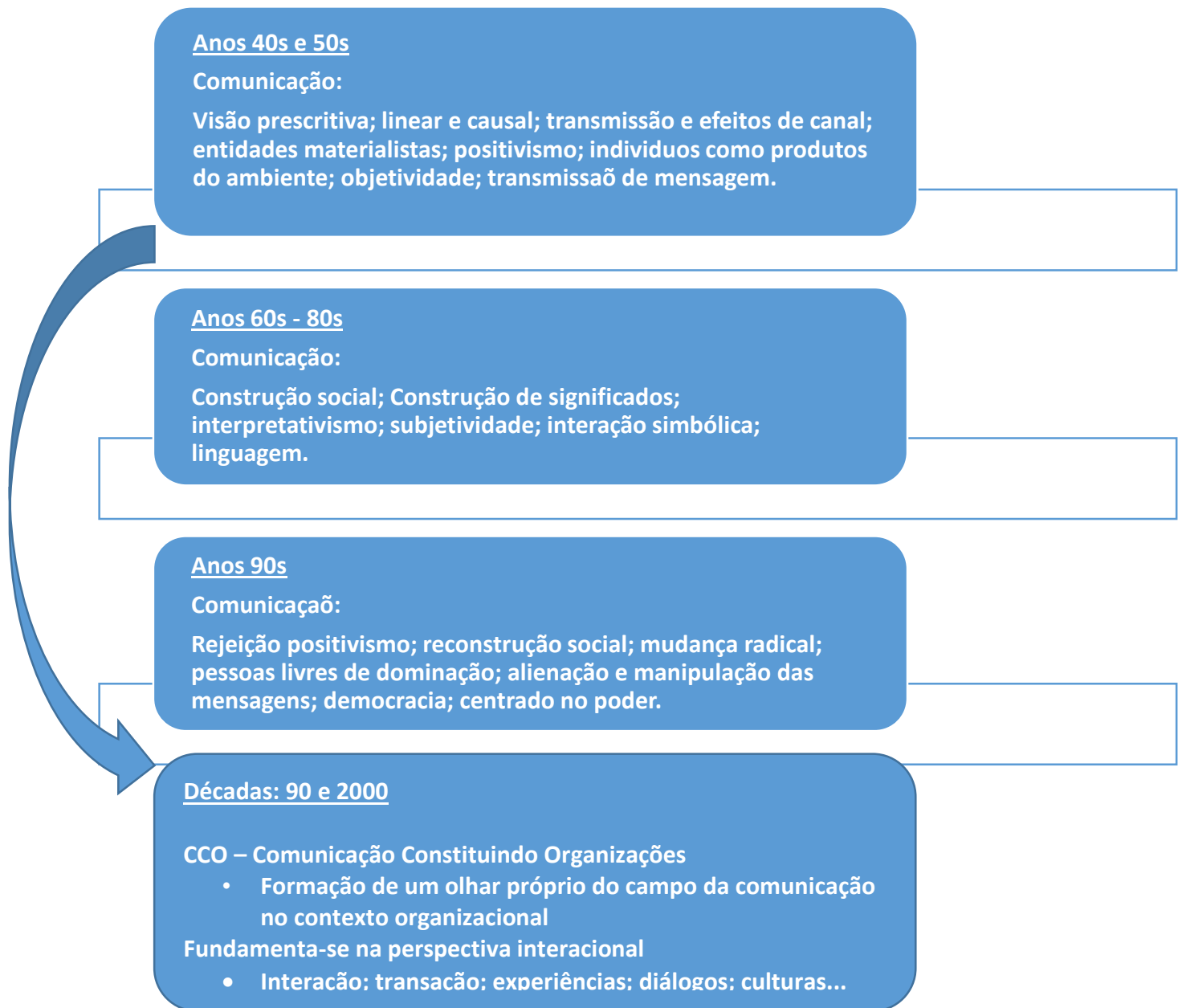
em interação, pois quando se observa e se reconhece no outro o sujeito reflete sobre sua vida, se reconstrói nas relações criadas e estimuladas no meio social.

Os estudos sobre comunicação constitutiva são considerados recentes quando comparados aos estudos sobre comunicação. Ashcraft, Kuhn e Cooren (2009) afirmam que a noção de que a comunicação pode ser o alicerce da organização tem sido o foco central de estudo nos últimos 30 anos. Os autores descrevem que no início, muito do que se produzia sobre comunicação constitutiva era reduzido a interpretações organizacionais, ou *sensemaking* e resultados ideológicos. O foco ainda não estava em como as pessoas ativamente poderiam reconstruir a realidade a partir da produção de sentidos.

Até meados dos anos 50s, a comunicação ainda estava muito centrada em perspectivas lineares e funcionais de análise social. Fortes traços positivistas estavam presentes nesse período, o que dificultava um olhar abrangente e dialético para a realidade. A CR, como observamos, nasce com o propósito de promover o entendimento sobre as situações de riscos, por meio da interação entre todos os envolvidos, porém, como foi possível perceber, suas primeiras práticas estavam muito mais presentes em um viés prescritivo, linear e formativo, do que em uma perspectiva interpretativa. Isso demonstra que a lógica funcional e positivista presente na comunicação exerce influência sobre todas suas áreas.

A figura VI resume trajetória histórica da comunicação e demonstra que sua característica constitutiva ainda é recente e se fundamenta nos ideais interpretativos e fenomenológicos, assim como a teoria da CR.

Figura 6: Características históricas da comunicação organizacional



Fonte: Inspiração e adaptação do quadro Perspectivas Metateóricas da Comunicação (MARCHIORI; BULGACOV, 2013, p. 40 - 41).

O contexto social e a insatisfação com as concepções mecanicistas e lineares da comunicação foram se constituindo como alicerces para um pensar constitutivo (ASHCRAFT, KUHN, COOREN, 2009), o qual ganhou forças a partir das concepções de Berger e Luckman (1966) quando argumentam sobre a construção social da realidade, com base na fenomenologia, no interacionismo e no interpretativismo.

Entender a comunicação por este viés, que prioriza o entendimento, os significados compartilhados e defende que os indivíduos são capazes de construir sua própria realidade social é considerá-la um processo de sustentação da organização, onde os significados das palavras são interpretados simbolicamente, por meio da experiência compartilhada, realizada através das interações presentes nos contextos organizacionais (MARCHIORI, 2008).

Quando nos comunicamos, construímos sentidos coletivos ou não sentidos (ASHCRAFT, KUHN, COOREN, 2009), que dão origem a novos contextos organizacionais. Neste processo pode ser que haja concordância ou discordância entre os sujeitos, porém, estes estão se relacionando, trocando experiências e compartilhando subjetividades, o que é fundamental quando se trata de ambientes organizacionais complexos, considerando culturas distintas.

A organização é compreendida como uma conquista permanente e interativa, visto que comunicação e organização são expressões variantes da mesma realidade (ASHCRAFT, KUHN, COOREN, 2009). Com isso, a organização se faz no processo de comunicação, uma vez que “está enraizada sobre o processo de comunicação”, como afirma Taylor (1993, apud MCPHEE; ZAUG, 2000, p. 11).

Esse entendimento demonstra que a comunicação não se institui como transmissão de informação, mas como relações dialógicas, sendo essencialmente processo de “construção social de significados, que acontece por meio da linguagem, de símbolos e comportamentos, que são expressos pelas pessoas” (PUTNAM, 1983 in MARCHIORI; BULGACOV, 2013, p. 51). Nesta prerrogativa, organizações podem ser observadas como os próprios relacionamentos sociais.

Compreender a comunicação como aquela que constitui a organização, consiste em observar que as organizações não são simplesmente suas formas atuais, elas se transformam ao longo do tempo e são produzidas e reproduzidas cotidianamente (DEETZ; MUMBY, 1990). Assim, organizações que estão abertas ao diálogo e têm a comunicação inerente em seus processos reconhecem sua interdependência com os sujeitos e a necessidade de impulsionar processos relacionais e dialógicos em seus ambientes, para que os sujeitos tenham condições de refletir sobre si, sobre o outro e sobre o ambiente em que estão envolvidos. “Os indivíduos são produtores ativos de significados, e em práticas cotidianas eles dão sentido às suas ações e experiências” (RESE; CASALI; CANHADA, 2011, p. 48).

O sujeito é, portanto, o seu próprio espaço de produção de sentido, o que significa que sem eles “o discurso só será fala da insensatez, do desatino” (NETTO, 1980, p. 100). Sujeitos são em si o processo; eles se revelam na experiência comunicativa, nas conversações e na troca de saberes entre si (MARCHIORI, 2013).

Por esta razão, Craig (1999) descreve que a comunicação começa na experiência pré-reflexiva dos sujeitos, ou seja, na reflexão sobre o mundo vivo, sobre os sentimentos e sobre os significados, sentido e não sentidos que emergem das interações. Nesta perspectiva, o diálogo é fundante, especialmente quando realizado de maneira “reflexiva” (CRAIG, 1999, p.148), considerando que esse movimento permite que caminhos distintos se revelem e se tornem meios para mudanças sociais.

Por isso, o processo comunicativo é essencialmente interacional, onde “a organização passa a ser entendida como uma forma social criada e mantida pelas manifestações reflexivas de seus membros.” (MCPHEE; ZAUG, 2000, p. 31).

A comunicação, ao revelar nas relações a potencialidade dos sujeitos na construção social, por meio das experiências, culturas, modos de vida e na amplitude de suas relações para com a organização, transcende a concepção da comunicação informacional nos ambientes organizacionais, característica de ambientes burocráticos, lineares e funcionais. Considera-se não só a presença do sujeito, mas um sujeito que consciente de suas potencialidades cresce com a própria organização.

Isso demonstra uma passagem de um pensamento enraizado em um modo linear, prescritivo e unidirecional para um pensamento plural, que considera que a realidade está em constante movimento e passível de ser construída e reconstruída em processos onde os sentidos são elaborados pelos sujeitos, como afirmam Almeida; Soares; Oliveira (2008, p. 86).

Ashcraft, Kuhn e Cooren (2009) apresentam algumas características sobre a comunicação constitutiva que se traduz em um processo distinto da visão tradicional ou do senso comum em comunicação, que é observá-la segundo os princípios funcionalistas. Para eles a CCO é um novo modo de pensar a organização sob a perspectiva da comunicação. Os autores caracterizam a comunicação informacional, tipicamente funcionalista como modelo de transmissão.

O quadro V apresenta diferenças entre a comunicação informacional e a constitutiva que possibilita compreender sua prática. Quando se relaciona a CR, pode-se perceber claramente que o fundamento da CCO se aproxima e se integra.

Quadro 5: Diferenças essenciais da comunicação informacional e comunicação constitutiva - Ascraft, Kuhn e Cooren (2009)

Comunicação como Transmissão	Comunicação Constituindo Organização
Comunicação Informacional	Comunicação Relacional e Dialética
Paradigma Funcionalista	Paradigma Interpretativo
Transmissão de mensagem sem espera do retorno	Construção coletiva da mensagem a ser comunicada
Processo linear (Shannon; Weaver, 1975)	³ Negociação / troca hierárquica ativa
Não cria realidades	Conversa e diálogo – Produz em conjunto às realidades
Capacidade de tem que sair compartilhar, informar, dissimular e confundir	Decisões conjuntas; diálogo e interação
Questão principal: metas	Questão principal: seres humanos

Fonte: Ashcraft, Kuhn e Cooren (2009) - (Tradução da autora, 2015).

Essas diferenças nos permitem refletir sobre o sujeito em seu contexto social. Na perspectiva constitutiva, a voz não é imposta ao sujeito, mas sim é uma voz que emerge do próprio sujeito, nos processos de interação, a partir do diálogo, do compartilhamento de experiências, da negociação, da construção conjunta de mensagens, significados, sentidos.

A comunicação constitutiva vai além da concepção da comunicação informacional e transcende os ambientes organizacionais ao envolver os diferentes tipos de relacionamentos existentes e depositar nos sujeitos a potencialidade de construção social.

Algumas destas características são essenciais na análise do estudo de caso desta dissertação. A comunicação de risco, que também emerge como um novo modo de pensar a comunicação assume as prerrogativas da comunicação constitutiva, uma vez que defende a premissa de que em situações de risco, seja reais ou potenciais, o diálogo e a troca de experiência entre os especialistas do risco e todos os leigos envolvidos, são essenciais, e para isso aposta nos processos de interação, pois quando os sujeitos compartilham suas experiências, medos, expectativas e percepções sobre os riscos, estes podem ser melhores gerenciados e compreendidos, o que faz com que todos saibam como reagir caso os riscos de fato se materializem e se tornem graves crises. A CR admite que

³ Por ter essa característica de troca hierárquica McPhee e Zaig (2002, p. 3) consideram que “até mesmo os membros de baixo poder fazem um trabalho forte na tarefa constitutiva”. Nesse movimento o sujeito se coloca no contexto de criação do processo, construindo sua própria realidade.

os sujeitos em interação são capazes de construir sua própria realidade, desde que estejam em relacionamentos autênticos e verdadeiros.

Não se fala em CR sem levar em consideração a valorização dos indivíduos, a dependência da consciência sobre os riscos, o diálogo, a interação, a construção coletiva das mensagens e da realidade.

Organizações que pensam a CR a partir de um modelo de transmissão, têm condições de apresentar argumentos dissimulados, a fim de confundir e persuadir, pois Ribeiro, Marchiori e Contani (2014, p. 69) afirmam que nesta perspectiva as organizações que tendem a uma prática linear, impositiva e monológica da comunicação, o que, conseqüentemente torna desafiador “assumir uma ótica dialógica-reflexiva nas organizações”.

Quando esta discussão se pauta na perspectiva do risco, esta questão se torna ainda mais delicada e desafiadora. Para algumas organizações a prática da comunicação de risco pode ser considerada uma ameaça à sua legitimidade (SOARES, 2008), pois requisita um ambiente onde haja uma comunicação dialética, espontânea, e principalmente requer decisões conjuntas por meio do diálogo e dos processos interacionais.

Existe uma tendência em compreender a comunicação muito mais na premissa de impor a informação e tornar o ambiente favorável à organização (RIBEIRO; MARCHIORI; CONTANI, 2014). No entanto, construir a consciência sobre comunicação na perspectiva do risco é um desafio a ser superado (SOARES, 2008).

Sob esta percepção, considera-se que a contribuição do quadro V, para esta dissertação, centra-se nas características realçadas em negrito, que se traduzem na: 1) capacidade de informar, dissimular e confundir *versus* 2) decisões conjuntas; diálogo e interação. Essas características estão presentes na prática CR. Na prática muitas organizações afirmam comunicar os riscos, contudo como se trata de questões delicadas, acabam manipulando, dissimulando o sentido do risco, passando informações vazias, a fim de alcançar seus objetivos. Teoricamente não se admite estas características em CR, valoriza-se relações autênticas, onde se preze pela saúde e pela integridade física de todos os envolvidos.

Segundo Craig (1999), isso acontece quando coexistem diálogos e autenticidade nos processos de interação, pois, somente quando um indivíduo se relaciona com o outro e compartilha experiências e saberes é possível que haja mudanças e construção de consciência para alterar a realidade.

Assim, organizações que têm a comunicação constitutiva como prática, tem como prerrogativa a presença dos sujeitos em seus processos, o que significa ter uma comunicação idônea, com conteúdo, onde o relacionamento entre os sujeitos é construído na essência das relações.

3 COMUNICAÇÃO DE RISCO: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA SUSTENTABILIDADE

Este capítulo se dedica a refletir sobre como a sustentabilidade pode se tornar uma realidade e sobre quais os caminhos possíveis para que isso aconteça, uma vez que defende que a sustentabilidade é um tema que tem se colocado cada vez mais frequente nas pautas das discussões mundiais.

A lógica econômica vigente, que tem o desenvolvimento e o progresso como princípios ativos, tem ocasionado uma série de danos à natureza e à vida das pessoas. O ambiente passou a sentir intensamente os reflexos da corrida contra o tempo que o Homem vem fazendo. Essa degradação afeta a natureza e a vida de todos os seres vivos como um todo, pois a extração dos recursos naturais é feita de forma ilimitada, e a desigualdade entre os seres humanos faz parte da dinâmica do sistema em que vivemos.

Essa realidade fez com que viesse à tona discussões sobre como continuar desenvolvendo o Planeta de tal modo que não destruísse as expectativas de vida das gerações futuras. Iniciam-se com isso discussões internacionais a respeito da sustentabilidade do Planeta e de possíveis formas de garantir um desenvolvimento sustentável.

Contudo, nesse contexto permeiam muitas contradições e complexidades. Há teorias que defendem ser possível continuar empregando a mesma lógica social e econômica de desenvolvimento e ao mesmo tempo sustentar o Planeta; há outras linhas que acreditam que, se a sociedade continuar no ritmo acelerado de produção e reprodução do espaço, tal como vem ocorrendo, a sustentabilidade não será uma verdade, pois, argumentam que o sistema que vivemos tem por si só a necessidade de exclusão social e precisa manter a desigualdade entre os indivíduos, além de explorar recursos naturais do meio ambiente como se estes fossem ilimitados.

Nesta dissertação, acredita-se que antes de se pensar em sustentabilidade, precisa-se pensar nos sujeitos e nas suas necessidades básicas. Defendemos que não é possível se pensar em sustentabilidade do Planeta, sem antes atender princípios fundamentais na vida dos seres humanos. Estes devem ser respeitados como sujeitos e ter seus direitos garantidos.

Somado a isso, percebe-se que há a necessidade de se alterar a dinâmica social, que vem acontecendo desde o início do período moderno; um pensar e um agir sustentável

requisita mudança de hábitos e costumes, e requer que os sujeitos se enxerguem enquanto sujeitos, se observem no outro e se respeitem. Assim pode-se acreditar numa sustentabilidade possível.

Contudo, levando em consideração que há uma forte resistência em se alterar a lógica capitalista e, conseqüentemente mudar as formas de produção social, há, portanto, uma dificuldade intrínseca em pensar a sustentabilidade que seja global; uma sustentabilidade que emerge das atitudes e da consciência das pessoas. Por isso, defende-se que diante destes obstáculos são as pequenas práticas, em ambientes menores que poderão servir de base para pensar um mundo sustentável.

Acredita-se no ser humano e na sua capacidade de se conscientizar e alterar a realidade em que vive. Pequenas práticas, desenvolvidas pelas organizações, podem alterar realidades e mudar a vida dos sujeitos. Isso é ser sustentável para esta dissertação, principalmente porque defende que a realidade não é algo estático e consolidado e se constrói cotidianamente com os sujeitos.

É neste sentido que a aproximação entre CR e Sustentabilidade se justifica. As ações da CR, assim como afirmam Godemann e Michelsen (2011), traz no bojo de suas contribuições o cuidado com o ser humano e com a natureza. Um de seus principais objetivos é zelar pela saúde e pela integridade física dos indivíduos. Prevenir crises, evitar que os riscos afetem a vida das pessoas e proporcionar maior conhecimento e oportunidade de escolha aos sujeitos envolvidos em situações de risco, contribui para que realidades possam se alterar, evitando uma série de danos, físicos, psicológicos e também ao meio ambiente.

Assim, apesar de todas as complexidades que envolvem o tema Sustentabilidade, considerando que vivemos em um contexto histórico onde a racionalidade econômica é a tônica, e o desenvolvimento é o objetivo central, tornando contraditórias algumas ponderações sobre sustentabilidade, consideramos que podem existir formas de construir a sustentabilidade, mesmo que em micros ambientes, mas que alterem a realidade dos sujeitos e preserve a vida dos seres humanos. Assim, comunicação de risco pode ser vista como um caminho para uma sustentabilidade possível, bem como será discutido nos tópicos que seguem.

3.1 SUSTENTABILIDADE: UM CONCEITO PERMEADO POR CONTRADIÇÃO E COMPLEXIDADE

As discussões sobre sustentabilidade tiveram origem na segunda metade do século XX, quando se evidencia uma crescente preocupação com a crise ambiental e social. Sustentabilidade emerge como uma problemática complexa e desafiadora para a humanidade e implica em mudanças e profundas reflexões que levam a apontar soluções e a pôr em prática ações efetivas (LEFF, 2010).

Segundo Boff (2012, p. 39), foi em razão da crescente degradação da natureza e da apreensão em relação aos riscos que ameaçavam a vida humana que os governos e empresas passaram a unir esforços com vista a “conferir sustentabilidade ao desenvolvimento”.

Por volta da segunda metade do século XX, discussões sobre a necessidade de preservar os recursos naturais e garantir que haja um futuro sustentável para gerações vindouras passam a fazer parte do cenário internacional (LEFF, 2010; 2013).

Torna-se discurso presente na sociedade pensar um desenvolvimento que seja sustentável, sem prejuízos ao meio ambiente. Um discurso, contudo, que exige uma atitude para que se construam relações de respeito entre os seres humanos em primeiro lugar.

Especificamente, as primeiras análises sobre a crise ambiental datam aproximadamente da década de 60, segundo Foladori e Leff (2001; 2010), quando se começou a perceber o crescente processo de degradação do meio ambiente, especialmente por conta do ritmo acelerado das produções industriais. Para Foladori (2001), a sociedade ocidental passa a viver um momento de crise, uma crise da modernidade que se instaurou com a promessa do progresso e de melhoria nas condições sociais; uma crise da modernidade que se irradiou para uma crise ambiental, fator principal que incitou os apontamentos para um mundo sustentável.

Para o autor, para além da questão ambiental, deve-se pensar que todo processo de degradação que o Planeta vem sofrendo é fruto “essencialmente de uma crise das relações sociais entre os seres humanos” (FOLADORI, 2001, p. 137), o que requer a priori um olhar sobre os sujeitos e sobre as diferentes maneiras que se relacionam entre si, com a sociedade e com a natureza.

O relacionamento entre os seres humanos instituído com a modernidade, foi estruturando o mundo de acordo com o modo de pensar capaz de gerar desigualdade, injustiça, e de insustentabilidade, como afirma Leff (2010). Segundo o autor, trata-se de um “crescimento sem limites que levou à insustentabilidade: ao desequilíbrio ecológico,

à escassez de recursos, à pobreza extrema, ao risco ecológico e à vulnerabilidade da sociedade” (LEFF, 2013, p. 404).

Assim, pensar em sustentabilidade, é também pensar em relações humanas que prezem pela valorização do outro, por menos desigualdade e injustiças e, acima de tudo, por direitos básicos de cada sujeito, para que sejam atendidos e viabilizados aos seres humanos. Por mais que estas considerações aparentem ser utópicas, há de se acreditar na potencialidade dos seres humanos em buscar vias possíveis para conter a degradação ambiental e social do Planeta.

Segundo Baroni (1992), a discussão sobre sustentabilidade abre as portas para o debate sobre equidade social dentro de uma mesma geração quando discute o acesso das gerações aos bens futuros. Isso demonstra a necessidade de um olhar para o sujeito presente, para suas atitudes, seus atos e a maneira como se relaciona com seus semelhantes e com a natureza.

Exige-se do ser humano uma mudança de postura e hábitos de vida (LEFF, 2013) para que a sustentabilidade seja efetiva e para o bem presente e futuro. Isso significa que há a necessidade de uma alteração na lógica social, que demanda mais igualdade entre os seres humanos para que haja iguais oportunidades entre todos. Pensar um futuro seguro para todos é refletir sobre um presente onde os seres humanos se olhem como iguais, se observem no outro e se respeitem.

Neste sentido, autores como Hathaway e Boff (2012), Leff (2010) e Foladori (2001) consideram que falar sobre sustentabilidade requer um repensar sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico, “que cria uma dívida enorme e impagável que empobrece a maioria da humanidade, bem como a inteira comunidade da vida com quem dividimos a Terra” (HATHAWAY; BOFF, p. 80, 2012).

Assim, evidencia-se que a lógica do desenvolvimento em busca de progresso acaba sendo inversamente proporcional aos objetivos das discussões sobre sustentabilidade. No entanto, isso não inviabiliza considerações que vislumbrem mudanças em torno de um ambiente sustentável.

3.2 COMUNICAÇÃO DE RISCO COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL

Esta dissertação reconhece a complexidade existente sobre tema e compreende a incompatibilidade entre o pensar sustentável e o modo de desenvolvimento econômico

atual. Porém, esta dissertação também acredita que, embora todas as circunstâncias levem à constatações de que vivemos em um mundo de “insustentabilidade” (Leff, 2010) e de contradições, há meios de pensarmos em alternativas para que os sujeitos passem a olhar as situações presentes de outras formas, centradas na igualdade, no respeito e no cuidado com o outro e com a natureza. Essas atitudes, mesmo que aconteçam em pequenas esferas sociais, alteram realidades e mudam a vida dos sujeitos.

Nesse sentido, a CR pode ser um exemplo. As ações propostas no processo de CR estão voltadas para um maior comprometimento entre os seres humanos e entre estes e o meio ambiente. Por ser um processo interacional, busca envolver as pessoas em todas as questões relacionadas às situações de riscos reais ou potenciais, para que troquem experiências em um movimento dialógico, com vistas a garantir que todos tenham plena consciência das possíveis consequências relacionadas aos riscos, que podem se materializar e se tornar crises.

Esse movimento, de garantir que os sujeitos construam uma consciência sobre as situações de risco em que estão envolvidos, é uma maneira de garantir melhores condições de vidas futuras a todos, visto que há a oportunidade de escolha e, além disso, há a possibilidade de alterar situações presentes com a intensão de preservar o futuro.

Sob esse ponto de vista, a CR pode ser interpretada como uma das possíveis práticas que pode tornar a sustentabilidade uma realidade - assim como veremos mais adiante (GODEMANN; MICHELSEN, 2011). Ainda que não seja uma mudança global na racionalidade dos indivíduos e na dinâmica social, é uma prática que garante a proteção dos indivíduos e da natureza.

Godemann e Michelsen (2011) defendem a necessidade de um processo de conscientização de todos os indivíduos sobre o que de fato é sustentabilidade e, para isso, defendem a teoria da comunicação sustentável – CS, a qual cita a CR como uma prática para sustentabilidade. Para as autoras CS é um processo de entendimento mútuo, que lida com o desenvolvimento futuro da sociedade, que é o ponto central da sustentabilidade.

Esse processo ocorre em diferentes níveis e contextos, bem como entre os indivíduos, entre estes e instituições, entre estas e outras instituições, em escolas e universidades, na mídia, na política, nos negócios, nas comunidades regionais, nacionais, e até em níveis internacionais.

A prerrogativa da CS é promover um entendimento entre os seres humanos e o meio ambiente, de modo a introduzir um discurso social, com o desenvolvimento de

críticas e respostas aos problemas de relacionamentos, valores e normas sociais (GODEMANN; MICHELSEN, 2011).

O conteúdo da comunicação para a mobilização social em direção à sustentabilidade sugere ter mais efetividade, por se afastar do extremismo, da acusação e da responsabilização dos sujeitos pelos problemas sociais e ambientais. A mensagem da CS tende a se fixar com maior intensidade e a repercutir em ações do indivíduo, pois este é instigado a agir a partir do conhecimento que recebeu sobre o assunto (COSTA; TEODÓSIO, 2011).

A comunicação entre as pessoas pode potencializar interações que tragam avanços substanciais na produção de novos repertórios e práticas de mobilização social para a sustentabilidade (GLASSER, 2007; STERLING, 2004; WENGER, 1998 apud JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011). Na linha de construção do contexto da sustentabilidade, portanto, tem-se em Wenger (1998 apud JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011) o aprendizado como um fenômeno que reflete a natureza social do homem e suas experiências de participação no mundo, o que enaltece sua capacidade como sujeito coletivo que, ao interagir, constrói sentido.

Assim, a CS deve ser observada na perspectiva dos seres humanos, pois, “o desenvolvimento do termo comunicação sustentável é acompanhado de uma chamada para a interação humana responsável em um ambiente natural e social” (GODEMANN; MICHELSEN, 2011).

Isso posto, observa-se que a proposta da comunicação sustentável, segundo Godemann e Michelsen (2011) se traduz em aproximar uma série de discursos, entre eles os discursos da comunicação ambiental, da comunicação de risco e da comunicação científica. Dentre os quais a comunicação de risco foi discutida nesta dissertação, e que se fundamenta como uma via possível para que a sustentabilidade ocorra nas concepções de Goldemann e Michelsen (2011) quando discorrem sobre Comunicação Sustentável.

3.3 SUSTENTABILIDADE: UMA REALIDADE POSSÍVEL

Diante disso, foi evidenciado que a sustentabilidade é uma reafirmação da relação estabelecida entre homem e natureza, que, de acordo com Leff (2010), deve levar em consideração a multiplicidade de significados culturais que envolvem esse contexto e as potencialidades da natureza. Por isso, é necessário entender o sujeito em sua complexidade - pois é um ser de múltiplas vozes, que é mutante de acordo com o ambiente

em que vive - suas diferenças e diversidades, adquiridas ao longo de suas vidas, que darão suporte para novas maneiras de pensar e se posicionar na sociedade (idem, 2010).

De acordo com Leff (2010, p. 413) a “sustentabilidade [...] é a reabertura dos sentidos da história e da existência, onde se encontram os tempos da história e decantam em identidades híbridas, onde se enlaçam a história natural, a tecnologia e a ordem simbólica [...].

Assim, não é por meio da razão ou por leis objetivas da natureza e de mercado que a sustentabilidade se mantém, requer-se muito mais que isso, pois constrói-se no “pensamento e no saber; em identidades e sentidos que mobilizam a reconstrução do mundo” (LEFF, 2010, p. 413).

Implica conseqüentemente um novo modo de produção do conhecimento, que remete a uma nova forma de pensar a ciência, que por sua vez confronta a tradicional prática científica com uma nova modalidade de pesquisa, orientada para dar respostas fundamentalmente diferentes para as questões da complexa sociedade contemporânea (GODEMANN; MICHELSEN, 2010).

Essa visão, segundo Leff (2010, p. 405), se dá a partir de uma análise das diversas civilizações que habitaram o planeta, porque, a partir da história, é possível promover um processo de ressignificação das interações que se constituíram e com isso habilitar as potencialidades da “condição humana, da natureza e da cultura”.

Pensar a sustentabilidade segundo essas perspectivas transcende a concepção proposta pelo modelo difundido pelas organizações – Tripple Botton Line, porque apresenta aspectos humanísticos não percebidos neste modelo e apresenta outra prerrogativa, que favorece o pensamento da sustentabilidade pelo seu viés filosófico, que envolve uma mudança cultural e de estilos de vida.

Nesse sentido, Boff (2012, p. 50) argumenta que a sustentabilidade precisa ser pensada, entre outras perspectivas, a partir da:

- Generosidade: que valoriza o compartilhamento e a troca de experiências sem esperar nada em troca;
- Mente sustentável: o que significa um resgate da sensibilidade do homem com a natureza a partir da consciência de que também faz parte do ambiente que está destruindo;
- Cultura: no sentido de favorecer “o cultivo das dimensões tipicamente humanas como a arte, a religião, a criatividade, as ciências e outras [...]” BOFF (2012, p. 50).

A sustentabilidade requer uma mudança de paradigma, de um olhar voltado para o econômico e racional, para um olhar centrado no meio ambiente, nas relações sociais e nos seres humanos (LEFF, 2010). Isso significa que, requisita-se uma mudança na visão de mundo, e alteração das maneiras que regem as relações entre os seres humanos e a natureza: “a sustentabilidade do desenvolvimento anuncia o limite da racionalidade econômica, proclamando os valores da vida, da justiça social e do compromisso com as gerações vindouras” (LEFF, 2010, p. 403).

Sabe-se que impacto ambiental zero é uma inverdade, nenhuma organização conseguirá não causar danos ao meio ambiente, porque “toda geração de energia cobra algum custo ambiental”, porém, o que se busca quando se discute sustentabilidade, é um esforço no sentido de proteger a natureza; “restaurar sua vitalidade [...] para que as gerações futuras possam ver garantidas as reservas naturais e culturais” (BOFF, 2012, p. 40).

Há, portanto, a necessidade de uma reflexão que oriente uma produção teórica e um “julgamento crítico sobre os fundamentos da modernidade, que permite gerar estratégias conceituais e praxeológicas que orientem um processo de reconstrução social” (LEFF, 2010, p. 404).

Pensar essa reconstrução é, conquanto, acreditar na possibilidade da existência da sustentabilidade. Esse processo envolve uma série de complexidades que dificultam uma mudança na lógica de produção social e econômica da sociedade. Acreditar ou não na sustentabilidade é um ponto discutido por alguns teóricos. Há um embate entre duas correntes contrárias que ponderam sobre a possibilidade de a sustentabilidade ser viabilizada no sistema econômico vigente – capitalismo. Autores como Foladori (2001) não encontram convergência entre: a existência de um sistema econômico que privilegia a acumulação de capital e lucro (que geram destruição da natureza, desigualdade social, econômica, etc.) e a proposta de um planeta sustentável. Ele discorre a respeito de uma mudança da lógica capitalista, que valoriza o lucro e não as pessoas, para uma realidade em que as relações sociais e econômicas valorizem o ser humano e a natureza. Em contrapartida, Mol (2000) discorre sobre a possibilidade de convergir esses dois pontos – capitalismo e desenvolvimento sustentável.

Considerando essas concepções, esta dissertação tem ciência da dificuldade em se ponderar sobre sustentabilidade quando se leva em consideração o contexto econômico e social atual, porém, acredita em caminhos possíveis para que essa realidade seja

pensada. Beck (2010), por exemplo, pondera sobre um repensar na produção dos riscos e na conscientização sobre situações de ameaças. Essa perspectiva denota a possibilidade de um refletir sobre mudanças, com relação à produção e reprodução os riscos, que podem levar à sustentabilidade.

O olhar de Leff (2010, 2013), nesse sentido, também expressa esse entendimento, pois ao considerar a sustentabilidade é sustentar o ideário de que a sustentabilidade depende de mudanças de hábitos, de modos de viver, modos de pensar e de agir e, de uma mudança complexa na vida dos seres humanos.

Tendo em vista esses horizontes sustentabilidade pode ser possível. Porém, pondera-se que repensar a dinâmica da produção dos riscos e refletir sobre as relações estabelecidas entre seres humanos consigo e com a natureza torna-se um caminho para a concepção de um ambiente sustentável.

Sendo assim, observa-se que um caminho possível para essa realidade é a partir da construção da consciência sobre os riscos. O próprio Beck (2010) embora cunhasse a sociedade de risco como uma sociedade catastrófica, admitia a possibilidade de se pensar em futuros alternativos se houvesse a conscientização sobre os riscos, o que propiciaria novos olhares sobre a relação entre as organizações e a sociedade.

Nesse contexto, a CR permeia essas discussões e se revela como um processo que perpassa a questão da superação dos riscos, centrando suas premissas no comprometimento; no compartilhamento; na proteção dos sujeitos envolvidos; e na diminuição da sensação de instabilidade e do medo. Essas prerrogativas se revelam por meio da compreensão das percepções de risco, da interação, da tomada de decisões conjuntas e da consciência que se constrói sobre os riscos que emergem.

Por fim, cabe neste momento tecer passagens entre o campo teórico e prático da CR e sua concepção como prática sustentável. Para isso, realizou-se um estudo de caso com o caso Shell/Basf que aconteceu em Paulínia, no interior de São Paulo. Portanto, o tópico 5, traz informações históricas sobre a trajetória das duas organizações pela região e os impactos que causaram a partir de suas atividades.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Comunicação de Risco e Sustentabilidade são temas complexos que exigem cuidados e uma investigação minuciosa. Investigações que ampliem o grau de conhecimento sobre o fenômeno, o que torna esses conceitos melhor compreendidos, possibilitando o entendimento sobre seus processos e práticas. Ressalta-se que a comunicação de risco por ser recente apresenta poucos estudos empíricos e nesse sentido oferece vasto campo a ser estudado e desvelado, para que sua relevância possa ser não só observada, mas compreendida também como um valor sustentável à medida que traz em seu bojo o antever ações, possibilitando às organizações refletir antes do agir.

A sustentabilidade, por sua vez, apesar de debatida e presente nos discursos organizacionais, apresenta contradições e complexidades que exigem discussões que possam aprofundar seu conhecimento e sua relação com a sociedade e conseqüentemente com as organizações. Assim, estes temas, sustentabilidade e comunicação de risco, carecem de estudos que expliquem esses fenômenos no campo dos estudos organizacionais.

Trabalhar esses temas requer análises que transcendam as superficialidades dos dados e compreendam em profundidade as implicações existentes nessas abordagens. Para tanto, segue-se uma metodologia que respeita a epistemologia do paradigma interpretativo em todas as fases da pesquisa, pois esse olhar para realidade permite: observar os significados que os acontecimentos ocorridos no caso Shell/Basf tiveram para os sujeitos envolvidos. Essa observação possibilita a compreensão do todo, pois, a afirmação de que a realidade não é concreta e sim uma construção social, permite reconhecer a importância de cada ser humano, suas experiências e histórias, que, em interação, constroem e reconstroem o contexto social.

Porquanto, partindo dessa abordagem, este estudo é essencialmente qualitativo, ao analisar o fenômeno social em profundidade, explorando-o detalhadamente, interpretando “os significados e as intenções dos atores” (SIVESIND, 1999, apud GODOI; BALSANI, 2010, p. 96), o que demonstra a necessidade de compreender como se deu o processo de construção social que abarca o caso estudado.

Desse modo, esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso ao permitir ao pesquisador se apoiar na “investigação de um único caso em profundidade” (GONÇALVES, 2006, p. 22) e desenvolver análises por meio das percepções sobre os relatos dos entrevistados, descrevendo o fenômeno estudado (GODOY, 2010, p. 124).

Para tanto, realizou-se a coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturadas em profundidade, permitindo ouvir de forma mais espontânea os participantes, especialmente porque neste tipo de abordagem não há a necessidade de restringir o entrevistado a responder somente o que está no roteiro (GOLDENBERG, 1997). Assim, “à medida que as entrevistas vão sendo realizadas, o roteiro pode ser aperfeiçoado ou modificado em função da necessidade de saber outros tipos de dados” (GODOI; BALSANI, 2010, p. 134).

Aos entrevistados inicialmente foi solicitado que contassem a história que viveram na Shell e na Basf, buscando entender como as organizações trabalharam no sentido de envolver os funcionários e a comunidade em questões relacionadas às ameaças em que estavam expostos. Ao longo da entrevista algumas questões foram sendo realizadas, de acordo com o que estava sendo relatado pelos entrevistados. Foi solicitado que os trabalhadores descrevessem uma breve comparação entre a postura da Shell e da Basf, em relação ao comprometimento e respeito com os trabalhadores, com vistas a evidenciar se existiram diferenças efetivas no relacionamento com os *stakeholders*, considerando que quando a Basf assumiu as atividades, o meio ambiente e os trabalhadores já se encontravam contaminados.

As entrevistas foram agendadas e realizadas pessoalmente, nas cidades de Campinas – SP e São Paulo – SP. O contato direto com os participantes permitiu a observação de aspectos que não são passíveis de serem gravados, pois se revelaram nas expressões faciais, gestos, ou seja, nos modos de se expressar.

A escolha por estes sujeitos se deu pelo entendimento que os mesmos possuíam sobre o caso e também pela importância que exerciam em todo desenrolar da história, a qual apresenta marcas até hoje.

As entrevistas foram realizadas com quatro pessoas, entre elas, dois ex-funcionários que operavam as máquinas e tinham grande exposição aos riscos; um ex-gestor da área estratégica da Basf, cuja entrevista foi concedida em caráter de confidencialidade; e o advogado que representa atualmente os trabalhadores.

Respeitando a integridade dos entrevistados, todos serão identificados por nomes fictícios, tal como representado no quadro VI:

Quadro 6: Discriminação da função dos entrevistados e nomes fictícios

Função na organização	Nomes fictícios
Operador de equipamentos (Shell/Basf)	Alfa
Operador de equipamentos (Shell/Basf)	Beta
Gestor área estratégica Basf	Gama
Advogado do caso	Advogado

Fonte: Autora, 2015

Além das entrevistas, foram analisados documentos que possibilitaram conhecer detalhes sobre o caso e suas repercussões judiciais que ainda hoje são evidentes. Notícias publicadas na *internet*; processos judiciais que se encontram em domínio público; blogs e *sites* de sindicatos e associações; e os *sites* da Basf e da Shell também foram analisados.

Entre todas as buscas para realização da análise documental, evidenciou-se que grande parte das informações sobre o caso estão presentes em páginas da internet, alimentadas principalmente, pelos ex-trabalhadores e comunidade afetada pela contaminação. Os documentos judiciais de domínio público demonstram que a luta dos trabalhadores com as empresas ainda é uma realidade e que algumas vitórias foram conquistadas recentemente.

Foram assistidos também documentários sobre o caso, que relatam a partir de depoimentos de ex-trabalhadores e ex-moradores da comunidade vizinha das organizações, as principais consequências da contaminação, a postura das organizações e como estas questões estão presentes na vida de cada envolvido. Destes relatos, foi produzido um filme, intitulado “O lucro acima da vida”, que ilustra a história de luta dos trabalhadores e dos vizinhos contra a contaminação e a ação das organizações.

Nos endereços eletrônicos tanto da Basf, quanto da Shell não foi encontrado nenhuma evidência sobre o caso de contaminação em Paulínia. Não se encontrou nenhum material que poderia desvelar informações sobre os riscos aos quais todos estavam expostos. Um dos entrevistados revelou que o único material impresso que ele poderia ter seria a carta de demissão emitida pela Basf, a qual demitia todos os funcionários sem nenhum tipo de informação sobre a situação de saúde de cada um. Esta carta não foi encontrada pelo trabalhador, por isso não consta nos anexos desta dissertação.

Vale também ressaltar que foi realizada uma visita à antiga planta industrial da Shell e que posteriormente foi da Basf, com a intenção de conhecer o local em que a contaminação ocorreu. Verificou-se que toda área está protegida. As 66 chácaras que existiam ao entorno foram destruídas e a região se tornou área de preservação e

reconstrução ambiental. O acesso ao local é restrito, sendo permitida somente a entrada de pessoas autorizadas. O segurança que vigia o espaço, sem muitas explicações, afirmou que não compreende o motivo da restrição da entrada, mas acredita que pode ser pelos possíveis riscos de contaminação à saúde, que ainda podem existir.

Na mesma ocasião, foi feita uma visita ao sindicato dos químicos organizados, onde pôde-se estabelecer contato com os ex-trabalhadores, com o advogado do caso e com a diretoria do sindicato. Essa oportunidade se baseou em conversas informais sobre as consequências da contaminação e sobre o desenrolar do caso na justiça atualmente. Desse modo, os dados coletados nessa primeira visita facilitaram a elaboração de questões pertinentes à pesquisa, bem como a captação de contatos e das visitas que ocorreram.

Esse processo somado às pesquisas em documentos possibilitou ao pesquisador melhor compreensão do campo de pesquisa, a entrada no campo de pesquisa, em função do pré-conhecimento para realização das entrevistas, que foram transcritas, apresentadas no tópico 6, e analisadas a partir do conteúdo teórico da comunicação de risco.

5. REPERCUSSÕES HISTÓRICAS SOBRE O CASO SHELL/BASF DE PAULÍNIA/SP

Este momento se dedica a estudar e compreender o caso de contaminação da saúde dos trabalhadores das empresas Shell e Basf na cidade de Paulínia, interior de São Paulo. As informações que seguem neste tópico foram pesquisadas em matérias de jornais e outras mídias, como blogs e documentários.

Este estudo trata não só do relacionamento entre as empresas e seus funcionários, mas também dos riscos que sofreram os moradores do bairro Parque dos Pássaros, os habitantes Paulínia-SP e municípios adjacentes, abastecidos com as águas do rio Atibaia, poluído em consequência das atividades da Shell em um primeiro ciclo e na sequência pelas atividades da Basf, que comprou a planta da Shell, que era administrada pela Cyanamid.

A Shell se instalou na cidade de Paulínia, no ano de 1977, para produzir agrotóxicos cujos componentes já haviam sido proibidos em outros países pelo seu alto potencial nocivo e por representarem grandes riscos à saúde das pessoas, provocando doenças renais, câncer, má formação do feto, tireoide, entre outras. A empresa estava ciente de todos os possíveis riscos provenientes de suas atividades, porém, desconsiderou-os e atuou normalmente, informando os envolvidos de que os procedimentos realizados no local não ofereceriam riscos à saúde. Isso demonstra que a organização assumiu uma postura de segurança e não correspondeu, comprometendo o grau de confiança e deixando não só seus funcionários, mas toda população ao entorno em estado de insegurança.

A Basf, apesar de não ser a responsável direta pela contaminação, quando comprou a planta industrial da Shell em 2001, segundo relatos que serão apresentados posteriormente, já tinha ciência dos riscos que suas atividades poderiam trazer para os funcionários e moradores vizinhos, porém, mesmo assim, passou a operar e permaneceu em funcionamento por aproximadamente dois anos sem se preocupar com os graves riscos existentes. E, quando o caso ganhou visibilidade na imprensa, a organização despediu todos os seus funcionários e encerrou as atividades na cidade, sem oferecer qualquer tipo de informação e respaldo aos demitidos.

Os trabalhadores admitem que muitos treinamentos foram realizados pela Shell com o propósito de evitar a materialização dos riscos, porém afirmam que estes treinamentos visavam alertá-los somente sobre os possíveis riscos provenientes de erros

técnicos, ligados ao manuseio das máquinas e à má utilização dos equipamentos de proteções individuais – EPIS.

No entanto, os riscos não estavam relacionados somente a esses fatores. Verificou-se que os recipientes que armazenavam os produtos não suportavam seus impactos, por não serem adequados e porque tais produtos eram comparados a armas químicas por sua capacidade destrutiva. Ocorriam vazamentos com conseqüente contaminação do solo e do lençol freático. Além disso, incineradores inapropriados contaminavam o ar, dificultando a vivência no local e ocasionando doenças respiratórias.

Essa realidade evidencia que os riscos não eram decorrentes apenas de erros dos funcionários. As substâncias utilizadas, por si sós já ofereciam riscos; o contato com elas era prejudicial à saúde, mesmo com a proteção indicada, pois o pó que liberavam aderida ao corpo, às plantas, a tudo.

Há relatos que dizem que essas situações não foram comunicadas aos funcionários e às comunidades vizinhas, os quais não tinham noção dos perigos que estavam expostos e não se preocupavam em protegê-las ou tomar quaisquer providências. Se sobre os riscos se alertava, não se alertava sobre as conseqüências de seus impactos, e com isso os interessados não se atentaram à gravidade da situação em que estavam envolvidos.

A CR, ao proporcionar a interação entre a organização e seus públicos em situações de ameaça como esta, pode fortalecer o diálogo e contribuir para o compartilhamento de concepções, ideias, opiniões, que discutidas colaboram para formação da consciência sobre possíveis conseqüências iminentes. Sendo assim, o estudo desse caso pode fomentar discussões sobre a relevância da prática da CR como um processo capaz permear as relações existentes, desde a instalação da fábrica até as pequenas decisões que devem ser tomadas ao longo da trajetória das empresas. Porém, está prática, como será observado adiante, está ausente neste caso.

Dar visibilidade ao caso atentando-se para possíveis riscos é um procedimento que respeita e valoriza as pessoas, mostrando-lhes como proceder em situações de perigo e evitar danos à saúde.

Outra discussão que se pode levantar é sobre a preocupação da Shell com um futuro sustentável. Em seus discursos atuais nota-se um grande apreço à questão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. A Shell relata que, durante os 100 anos de atuação no Brasil, sempre esteve atenta ao ser humano e à preservação do meio ambiente. Por isso, se considera uma empresa sustentável.

Contudo, no estudo do caso nota-se que, entre outros aspectos, há contradições em seu discurso. A omissão dos fatos, a comunicação superficial das situações de riscos e a falta de consideração com a vida dos indivíduos e com o meio ambiente demonstram uma atuação sem comprometimento e de irresponsabilidade da Shell, o que leva essa pesquisadora a compreender a ausência de comportamento e histórias sustentáveis por ambas as organizações as quais serão apresentadas e discutidas.

Apresenta-se em seguida o histórico deste caso, expondo-se suas possíveis relações com a CR. Nesse intento, para facultar uma real compreensão deste caso, faz-se antes um histórico da trajetória das duas empresas e em seguida a apresentação do caso das duas em conjunto, seguida de análise, baseada nos relatos das conversas com sujeitos que vivenciaram a problemática caracterizando o estudo qualitativo.

5.1 CONHECENDO A SHELL

A empresa Shell, atualmente uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, em 2013 completou 100 anos de atuação no Brasil. Instalou sua primeira planta industrial no dia 9 de abril de 1913, onde começou a produzir querosene (kerosene Aurora) e gasolina (gasolina Energina), óleos combustíveis industriais e, em menor volume, lubrificantes e óleo diesel. Em um primeiro momento o querosene era o produto mais vendido, porém, com o decorrer dos anos, os óleos combustíveis assumiram a liderança (SHELL, 2014).

Nesse período, o Brasil passava por um momento de crescimento, no governo de Marechal Hermes da Fonseca, o que facilitou a entrada da empresa e o crescimento de sua atuação no mercado brasileiro. No decorrer da década de 1920 a Shell expandiu suas áreas no país e, no ano de 1927, tornou-se pioneira no fornecimento de combustíveis e lubrificantes para aeronaves e com isso se denominou: Shell aviação. Contudo, no ano de 1929, com a grande depressão ocorrida nos Estados Unidos, em consequência da queda da bolsa de valores de Nova York, a empresa passou por momentos complicados em seus negócios (SHELL, 2014).

Em 1945, o nome da empresa mudou de The Anglo-Mexican Petroleum Company para Shell-Mex Brazil Limited e nas próximas décadas ela ganhou repercussão mundial quando passou a fazer parcerias com importantes empresas e a fornecer combustíveis para a Ferrari. Em 1952 foi inaugurado o primeiro departamento de produtos químicos e defensivos agrícolas, o que revela uma nova fase da empresa; com a

diversificação de suas atividades, sua razão social altera-se de Shell-Mex Brazil Limited para Shell Brazil Ltda (SHELL, 2014).

Para exercer as novas atividades, inaugura a primeira fábrica de inseticidas agrícolas, em São Paulo na Vila Carioca, em 1956 e, em 1961 é nacionalizada e passa a ser denominada como Shell Brasil S.A. Já na década de 70, com o chamado “milagre brasileiro”, a empresa ganhou notoriedade e se expandiu, sendo líder no setor em que atuava. Então, em 1977, a Billiton Metais, do Grupo Shell, produtora de materiais não ferrosos se instala no Brasil, dividindo as atividades da Shell em três áreas: Shell Petróleo S.A., Shell Química S.A. e Billiton Metais S.A., coordenadas pela holding Shell Brasil S.A. (Petróleo) (SHELL, 2014).

Nesse mesmo ano é inaugurado o Centro Agroquímico de Paulínia, interior de São Paulo, onde permaneceu por dezesseis anos, até 1994, produzindo agrotóxicos, os mesmos que já haviam sido proibidos nos Estados Unidos– Aldrin, Endrin e Dieldrin, por serem produtos que ofereciam riscos extremos ao meio ambiente e à saúde das pessoas, especialmente as que tinham ligação direta com os produtos (SHELL, 2014). Segundo um site de advogados que aderiram à causa dos trabalhadores da Shell: “a Shell foi banida dos Estados Unidos em 1975, após contaminar o meio ambiente por produzir DDT e produtos tóxicos de grande periculosidade à saúde humana” (A&R, 2015).

Nos anos 80, com o aumento no valor do petróleo, a Shell passa a investir na comercialização do álcool e, em meados da década de 1990, entra no mercado brasileiro de gás, passando a atuar também na prospecção de petróleo no Brasil. Com o início do terceiro milênio, cresce a influência da Shell nesse mercado. Em 2013, participou de uma série de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural (SHELL, 2014).

Em suas campanhas publicitárias, ao longo dos anos de atuação no Brasil, a Shell afirma seu compromisso com o meio ambiente e com a sociedade brasileira. No site da Shell Brasil, a página que descreve a trajetória da empresa durante os 100 anos de atuação no país traz a seguinte frase: “A trajetória da Shell no Brasil é marcada por constante investimento em inovação e tecnologia, mantendo respeito ao meio ambiente e à sociedade brasileira” (SHELL, 2014).

Seguindo esse ritmo, a Shell tem planos para os próximos 100 anos, os quais revelam como principais ações a preocupação com o desenvolvimento sustentável e com o futuro: “Para a Shell, pensar no amanhã é contribuir para o desenvolvimento sustentável dos seus negócios [...] fortalecer a confiança com quem se relaciona [...] e ajudar a construir um futuro de mais desenvolvimento para o país” (SHELL, 2014).

A empresa possui uma forte abordagem do tema da sustentabilidade e argumenta que investe na energia para garantia de um futuro sustentável. Para isso, afirma trabalhar pensando em dividir os benefícios gerados com a comunidade onde atua e investir em tecnologias a fim de colaborar com os desafios globais.

5.2 CONHECENDO A BASF

As informações abordadas nesse tópico foram construídas pautando-se no site da Basf e informações evidenciadas em sites relacionados ao caso, como do sindicato dos funcionários químicos unificados, ATESQ, A&R – advogados que relatam o caso.

A Basf era originalmente denominada Badische Anilin & Soda Fabrik. É uma empresa alemã, fundada em 1865 na cidade de Ludwigshafen. No início de suas atividades, foi pioneira na fabricação de pigmentos e atualmente é uma das principais empresas mundiais em produção de agrotóxicos.

No Brasil, a Basf atua desde o ano de 1911, quando deu início à comercialização de anilina, alizarina e anil para a indústria brasileira de produtos têxteis e de couro. Na década de 50, dedicou-se à produção de inorgânicos, plásticos, monômeros, polímeros e Styropor®. Em meados dos anos 70s, passa a fabricar produtos químicos orgânicos, especialmente os ligados à agricultura, como agrotóxicos.

Desde então, a empresa se tornou referência em produtos para a agricultura e a nutrição, produtos químicos e de performance, plásticos, petróleo e gás, produzindo ao todo aproximadamente 8000 produtos para essas áreas. Conta com unidades distribuídas em 39 países, conduzindo clientes em mais de 170 nações.

No Brasil, a Basf tem atualmente diversos centros de produção, entre os quais menciona-se Camaçari (BA), Guaratinguetá (SP), Jaboatão dos Guararapes (PE) e São Bernardo do Campo (SP). Porém, cabe destacar em função do estudo desenvolvido nessa dissertação que, neste terceiro milênio, a empresa atuou em Paulínia – SP durante 2 anos, quando dispensou seus funcionários e fechou a empresa, sem muitas explicações, como se verá no próximo tópico, na apresentação do caso Shell/Basf.

5.3 O CASO SHELL/BASF PAULÍNIA

No ano de 1974, a empresa Shell do Brasil S.A. se instalou na cidade de Paulínia, no interior de São Paulo para desenvolver atividades ligadas à síntese e formulação de agrotóxicos. Iniciou suas atividades no ano de 1977, com 191 funcionários, produzindo substâncias proibidas mundialmente. A empresa formulava DRINS e outros agrotóxicos, sintetizando organofosforados e piretróides.

Mesmo ciente de que a fabricação e manipulação desses produtos ofereciam riscos ao meio ambiente e à saúde das pessoas, iniciou a produção no Brasil. Evidencia-se que, no início da década de 1970, a agência de defesa ambiental dos Estados Unidos solicitou o cancelamento da produção de Aldrin e Dieldrin ⁴(DRINS), fabricados pela Shell, por causa dos possíveis riscos. Após alguns embates, a empresa foi obrigada a cancelar a fabricação desses produtos.

No entanto, o governo brasileiro, com o argumento de que tais pesticidas seriam úteis para exterminar as formigas saúvas que estavam destruindo a produção agrícola no país, permitiu a instalação da Shell em Paulínia para a fabricação desses componentes.

A Shell se instalou no bairro Recanto dos Pássaros que contava com uma população de 220 moradores de 66 chácaras existentes no local. A área ocupada pela empresa era de aproximadamente 400.000 m², ao lado do rio Atibaia, que abastece cerca de dois milhões de moradores da região de Campinas.

Diante dessa situação já em 1975, a CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - entrevistou que a Shell tinha grande potencial poluidor e poderia representar sérios riscos à população, ao meio ambiente e aos funcionários. Considera-se, então, nociva sua instalação. Contudo, em 1978, já em funcionamento havia um ano, a Shell recebe autorização da CETESB para continuar no local.

Nesse período, logo no início das atividades da Shell, os moradores do Recanto dos Pássaros começaram a sentir os odores e a sofrer com os resíduos dos incineradores da empresa. Além disso, a água já não era mais inodora e sem cor. Os moradores, até então desinformados sobre os reais riscos a que estavam expostos, procuravam saber o que estava ocorrendo e resolver o problema. No entanto, tudo o que era comunicado com muita superficialidade, o que demonstrava que a situação estava sobre controle e que tudo

⁴ Aldrin e Dieldrin: Esses produtos químicos, utilizados como agrotóxicos, são tidos como altamente persistentes, tóxicos, bioacumulativos no organismo humano e potencialmente carcinogênicos, o que significa dizer que, mesmo em microdosagens, elevam o risco de desenvolver intoxicação crônica insidiosa, com efeitos muitas vezes irreversíveis se não diagnosticada a tempo. É muito importante ressaltar que o agrotóxico produzido e manipulado por este contingente de trabalhadores foi desenvolvido e patenteado pela própria Shell, cuja criação e formulação é mantida em segredo pela empresa, perante a sociedade (SINDICATO QUÍMICOS UNIFICADOS).

corria bem. Essas informações eram transmitidas, tanto para comunidade, quanto para os funcionários.

De acordo com depoimentos de ex-moradores da região e ex-trabalhadores, não houve no período nenhum tipo de comunicado que alertasse sobre os possíveis riscos. Tudo ocorreu de maneira sigilosa, mas na década de 90, o caso veio a público e ganhou notoriedade alarmante.

Vendo como insuportável a situação, em 1990 a Shell anunciou a venda da empresa, cujo desfecho durou em média de três anos. Em 1994 foi vendida para Cianamid⁵, que solicitou uma análise ambiental, a fim de verificar quais eram os impactos causados pela Shell. Nessa vistoria, constatou-se ser elevada a contaminação do solo e do lençol freático. Com isso, a Shell se autodenunciou e assumiu toda responsabilidade pelo solo, mas eximiu-se da responsabilidade por qualquer risco que poderia ter causado às pessoas.

Essa autodenúncia foi sigilosa, nenhum funcionário que trabalhou em contato direto com os produtos teve acesso a qualquer informação. A informação sobre os riscos limitava-se a apontar os riscos técnicos, ligados à operação das máquinas e à manipulação dos produtos. Riscos relacionados a eventuais vazamentos, emissão de poluentes e derramamento de resíduos no solo e na água não eram comunicados, especialmente as consequências que poderiam advir para o meio ambiente e a saúde das pessoas expostas.

Assim, os funcionários não tinham a ciência do potencial de riscos que estavam correndo. Trabalhavam em uma área que estava sendo contaminada e não eram comunicados a respeito disso. As inquietações e desconfianças começaram a surgir quando os funcionários descobriram que os moradores do entorno não tomavam mais água proveniente dos poços artesianos da região; recebiam-na da própria Shell que a buscava em outros locais.

Esse fato pôs os funcionários em alerta, já que continuavam a ingerir a água dos poços da região. Em 2000 a Basf comprou a Shell da Cianamid e começou a cobrar da Shell o que havia prometido quando se autodenunciou, isto é, fazer barreiras hidráulicas para recuperar o solo, entre outras providências recuperadoras.

Pressionada, a Shell contratou uma empresa norte-americana para fazer novas análises do solo, e verificar se seria confirmada ou não a contaminação existente e de que forma seria feita a recuperação. Essas providências, apesar de não terem sido

⁵ Imobiliária que comprou todas as empresas Shell no Brasil.

comunicadas aos funcionários, despertaram-lhes o interesse de saber o que estava se passando, pois eram evidentes as movimentações que se faziam na região, durante a coleta de materiais para as análises.

Há relatos de que os funcionários perguntavam à administração o que estava acontecendo e como respostas ouviam que estava tudo bem e que o que viam eram procedimentos de rotina e que nenhum tipo de contaminação poderia afetar a saúde dos trabalhadores.

As suspeitas aumentaram quando o sindicato de trabalhadores de produtos químicos passou a desconfiar da demora nas negociações para venda da empresa. Questionava-se como uma empresa de grande porte como a Shell teria dificuldade em fechar um negócio. O sindicato não havia sido informado sobre as movimentações. Nada sabia sobre a autodenúncia, sobre as verificações no solo nem sobre as exigências da Basf.

Em 2001, o sindicato descobriu o que estava acontecendo com os moradores do entorno, os quais não podiam mais ingerir nada que fosse produzido no local, visto haver contaminação por toda a parte. Com essa descoberta, o sindicato observou que um grupo de funcionários se queixava de alterações na saúde e passou a exigir mais informações sobre as reais situações de riscos que os trabalhadores estavam expostos e quais seriam as consequências. A partir daí os problemas ganharam repercussão na imprensa.

Em vista disso, em 2002 a Basf convocou todos os trabalhadores para comunicar-lhes sobre o fechamento da empresa, pois o ministério público havia interditado suas atividades por causa da contaminação geral provocada pela Shell. Todos os funcionários foram demitidos. Lastimável e até desesperadora passou a ser sua situação: desempregados, desinformados sobre os riscos a que haviam sido expostos, sem assistência médica e sem nenhum amparo.

No intuito de defender seus direitos e responsabilizar a Shell e a Basf pelos danos causados, os trabalhadores se organizaram em uma comissão e junto com o Sindicato Químicos Unificados ganharam forças. A luta se estende até o presente momento. Algumas causas foram ganhas, mas ainda, segundo os trabalhadores, há muito a fazer.

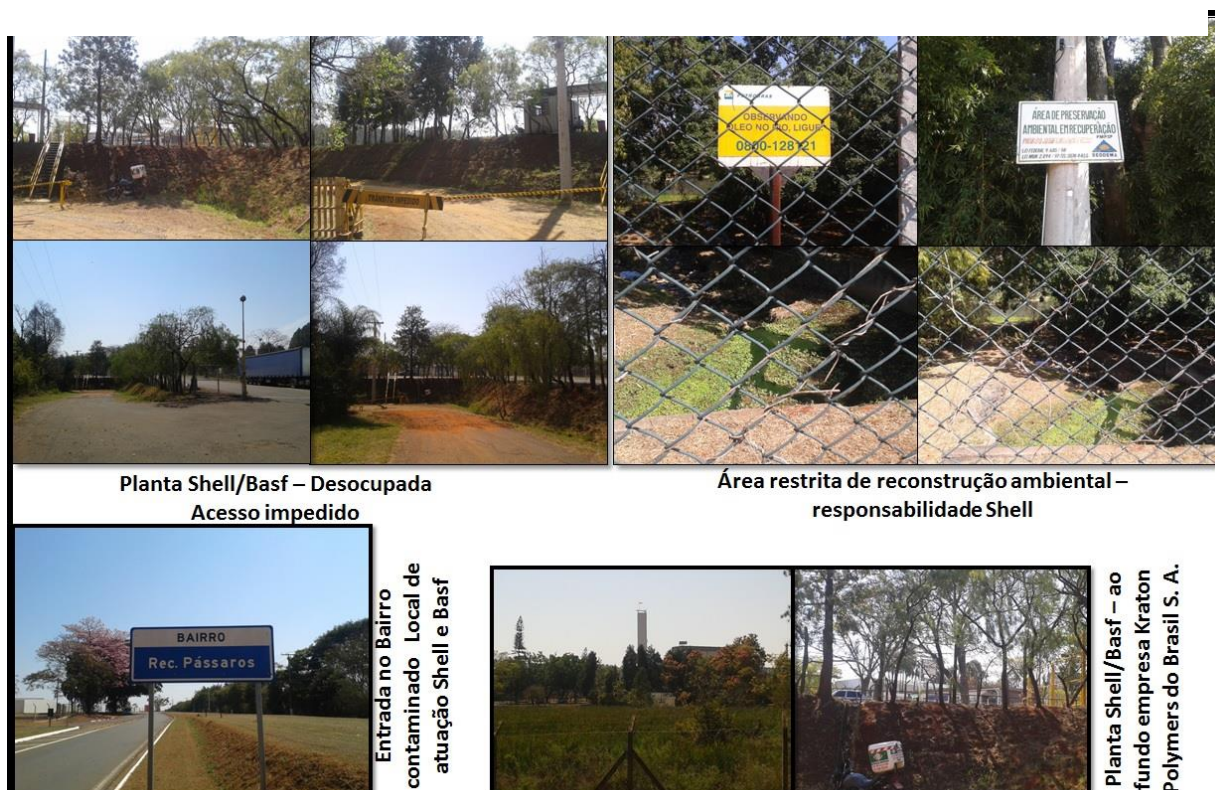
Após 12 anos de negociação e evasiva negação da Shell, apesar das evidências, os trabalhadores ganharam o direito a um plano de saúde vitalício, pois ficou comprovada a relação existente entre as doenças que se foram manifestando e os produtos com que mantinham contato. Durante esse período, aproximadamente 70 pessoas faleceram em decorrência da contaminação; busca-se então a garantia do direito à vida, procurando-se responsabilizar a Shell e a Basf pelos cuidados com a saúde de seus ex-funcionários.

Aos moradores das chácaras, a prefeitura de Paulínia ofereceu apoio em seus cuidados com a saúde. As chácaras foram vendidas à Shell, pois não haveria mais condições de moradia no local. Apenas duas não foram vendidas; os moradores se recusaram a aceitar o valor proposto pela empresa. Eles defendem o apreço que tinham pelo espaço onde nasceram e reivindicam providências em relação ao crime que sofreram.

Atualmente a planta da Shell pertence à Basf e não há mais atividades no local. No entanto, a Kraton Polymers do Brasil S. A., que se instalou em 1999 em outra área da mesma planta da Shell, continua desenvolvendo suas atividades normalmente, não obstante saber que está sobre uma área contaminada.

As imagens a seguir, apresentadas na figura VII, retratam o local que sofreu a contaminação. Nota-se que a área está interdita e o acesso até às regiões que sofreram contaminações está proibido. Vê-se que o espaço está passando por restauração ambiental, mas o sindicato informa que ninguém tem certeza sobre o que, de fato, está ocorrendo nesta área.

Figura 7: Imagens atuais da região do caso Shell/Basf



Fonte: A própria autora (2014)

Essas imagens permitem visualizar a distância existente entre a empresa e as chácaras vizinhas. A imagem com a placa indicativa da área de preservação ambiental em

reconstrução mostra, ao fundo, uma das propriedades que precisaram ser desapropriadas, por causa da contaminação do solo, da água e do ar. Essa imagem, especificamente, retrata uma das propriedades que a Shell não conseguiu comprar; a proprietária não vendeu porque considera o preço oferecido pela empresa não condizente com o real valor do local onde nasceu e viveu por quase toda a vida. Atualmente, ela reside em um hotel custeado pela empresa.

Diante do que foi apresentado, ao conhecer o histórico das organizações e a trajetória e os impactos evidenciados na região de Paulínia, identificou-se situações de graves riscos que não foram tratados devidamente, compreendendo assim, que a visão e a fala sustentável são um discurso isolado, presente somente nos materiais institucionais das organizações referenciadas.

Explica-se a seguir os procedimentos metodológicos que fundamentaram as análises deste caso à luz da teoria da CR. Sendo assim, retrata-se o protocolo de pesquisa, bem como os métodos utilizados para coleta os dados.

6 RELATO DA PESQUISA

O estudo de caso Shell e Basf nos desafia a interpretarmos manifestações da CR como processo em um contexto complexo e desafiador, onde se revelam posicionamentos organizacionais que limitaram o gerenciamento da situação de risco, os quais são detalhados no relato qualitativo que se segue.

A realização das entrevistas e da análise de outras fontes de informações revelaram um ambiente de conflitos entre a postura das organizações e os sujeitos que sentiram as consequências dos riscos que não foram tratados fazendo com que situações de crises emergissem. Neste ambiente observa-se até hoje nos sujeitos, marcas físicas e psíquicas dos momentos que viveram, demonstrando o quanto ainda são fragilizados com suas histórias de vida. Tanto os trabalhadores como os moradores do parque dos pássaros, comunidade vizinha das organizações, demonstram o desejo para que as organizações desenvolvessem outras atitudes, tratando dos riscos reais e potenciais produzidos por elas.

Não se conseguiu documentos oficiais da Shell e da Basf. As informações que aqui são apresentadas foram colhidas dos processos jurídicos, que são de domínio público, e a partir dos relatos de um ex-funcionário estratégico da Basf, que nos concedeu entrevista em caráter confidencial.

No período da coleta de dados, os trabalhadores se emocionaram ao contar as histórias vividas, especialmente quando relataram sobre a morte dos amigos e sobre a insegurança e o medo de não saber quem seria o próximo que poderia falecer. Alfa e Gama, comentaram que ficar doente sem saber a causa e não ter apoio de quem causou é desumano. Os argumentos dos entrevistados vão além da contaminação e das doenças, porque para eles o que dói muito é se sentirem humilhados e não valorizados.

Houve ocasiões em que foi preciso dar pausas na entrevista, pois Gama não conteve o choro. Ele sabe que os netos dos seus netos podem sofrer os impactos da contaminação a que ele foi exposto, já que seus efeitos podem avançar até a terceira geração dessas famílias. Outro ponto que o deixou emocionado foi o simples fato de estar sendo ouvido. Segundo Gama, essa foi a primeira vez que ele foi convidado a contar sua história de vida ligada a este caso e que por isso, se sente valorizado, ao ser ouvido.

Sobre isso Alfa comenta que outro ponto que abalou a dignidade dos trabalhadores foi o fato de as empresas argumentarem que as doenças não eram de

responsabilidade delas, pois não havia comprovação denexo causal, significando que, enquanto não fosse provada relação direta entre a doença e a contaminação a responsabilidade não seria da organização. Alfa ao falar sobre isso deixa claro que provar que a causa da doença são as substâncias químicas é um processo complexo.

... é duro provar que uma pessoa tá contaminada, porque as substâncias químicas ela passa pelo organismo da pessoas, mas ela vai embora ela sai pela urina alguns por outros caminhos pelo suor né, logo ela passa deixa o risco de destruição né... Isso é difícil de você provar cientificamente, provar...Chegar para o garoto e falar assim ...Seu pai morreu de um câncer pela exposição química...Então não tem nem como falar isso né, podia falar... supostamente foi pela exposição...Né...Então a gente costuma trabalhar sempre nessa (ALFA)

Atualmente, depois de muitas lutas, essenexo foi comprovado e os trabalhadores têm ganhado espaço na justiça.

Nos depoimentos, observou-se que os entrevistados demonstraram suas inquietações e anseios por outra postura da organização. Eles se expressam dizendo: “*se fossemos ouvidos; se tivéssemos oportunidade de escolha; se soubéssemos de tudo o que estava acontecendo...*” (Alfa).

Pode ser que, se a CR efetivamente emergisse neste contexto, o “Se” presente nos questionamentos anteriores, talvez nem existissem, pois os princípios fundamentais da CR, por exemplo, são proporcionar melhor entendimento sobre as situações de risco; garantir que a percepção dos sujeitos sobre os riscos seja coerente com as verdadeiras consequências do risco; e proporcionar espaços de diálogos francos e honestos, no intento de fazer com que os sujeitos interajam, troquem experiências e construam sentidos sobre os contextos em que estão envolvidos, constituindo assim uma consciência sobre os riscos. Isso poderia lhes conferir a oportunidade de escolha sobre seus diferentes futuros, tornando o sentido da vida mais próximo de seus ideais enquanto sujeito que vive em uma sociedade.

Neste sentido, analisar o processo de comunicação de risco frente as ações da Basf se tornou um desafio, pois diferentemente da Shell, quando comprou a planta industrial os riscos já existiam e, mesmo que os rever os riscos já não fosse mais possível, outras atitudes poderiam se tornar visíveis, como por exemplo, aproximar e tornar os sujeitos conscientes dos riscos para que tomassem decisões nos momentos apropriados, evitando o surgimento de novas crises e consequências desastrosas. Assumir uma postura

orientadora, dignificaria a atitude da Basf perante esse Caso, englobando trabalhadores e a comunidade.

Deste modo, os relatos que seguem se apresentam respeitando pontos, resumidos no quadro VII, que emergiram das falas dos sujeitos durante as entrevistas e demonstram questões que revelam os principais anseios dos trabalhadores, as deficiências no relacionamento das organizações e seus *stakeholders*, os contrapontos existentes e, as possíveis situações em que a presença da CR poderia ter transformado a realidade dos sujeitos.

Quadro 7 – Principais questões que emergiram a partir dos depoimentos

<ul style="list-style-type: none"> • O caso revela riscos materializados 	<ul style="list-style-type: none"> • Havia um ambiente onde o risco já estava materializado, ou seja, já era uma crise, pois afetava diretamente os envolvidos
<ul style="list-style-type: none"> • Olhares divergentes sobre um mesmo contexto 	<ul style="list-style-type: none"> • Existia múltiplos olhares que divergiam sobre o mesmo contexto, o que revelou um empasse para resolução dos conflitos gerados
<ul style="list-style-type: none"> • Por uma outra percepção dos riscos existentes • Consciência sobre o risco e opção de escolha de outro futuro 	<ul style="list-style-type: none"> • Ansiava-se por um trabalho efetivo com a percepção dos riscos e com a constituição da consciência, para que houvesse a possibilidade de escolha e construção de diferentes futuros
<ul style="list-style-type: none"> • Omissão de informações e manipulação do sentido do risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Houve omissão e manipulação dos sentidos dos riscos existentes, sem preocupação com o entendimento e conhecimento real dos riscos

Fonte: Autora, 2015

Nestes relatos são destacados também, depoimentos que demonstram que existem lados que se contrapõe neste processo e o quão conflituoso é o caso, evidenciando que as informações foram manipuladas, a ponto de desvirtuar o sentido do risco e criar uma imagem contrária ao que ele realmente representava, o que gerou incertezas e inseguranças, como poderá ser observado nos relatos que seguem. Após esta discussão, reflete-se sobre os principais pontos que permitem observar ações possíveis de CR, trazendo à tona questões que nos permitem amadurecer a visão teórico-prática evidenciando conteúdos que detalham a CR como processo, a qual se faz no bojo das interações entre organizações e *stakeholders*.

- **O caso revela riscos materializados**

Quando a Basf assumiu a planta industrial que era da Shell, já havia uma situação de risco real, o qual foi produzido pela Shell, cuja extensão foi a contaminação do lençol freático, do ar da região e, conseqüentemente dos trabalhadores e moradores, conforme comentado na apresentação do Caso. Essa era a situação real que a Basf assumiu. Nesse contexto, evidenciou-se no relato dos trabalhadores que a Basf adotou como política dar continuidade ao caminho trilhado pela Shell e não se responsabilizou pelos trabalhadores presentes. No entanto a fala de Gama contrapõe esta premissa:

Quando a Basf comprou este negócio, já estava sendo feito um trabalho de saneamento ambiental pela Shell, conforme o TAC. Ok, então como que é o TAC? O passivo ambiental sempre foi de responsabilidade da Shell. Perante a opinião pública, desde o início a Basf deixou claro, junto com a Shell, de que o passivo é da Shell e todo o que sai da fábrica é da Basf (GAMA).

Embora as atividades que proporcionaram a disseminação dos riscos não tenham sido iniciadas pela Basf, quando assume estas atividades e continua produzindo praticamente os mesmos componentes da Shell, a responsabilidade passa a ser compartilhada. No entanto, para alguns dos respondentes, mesmo sabendo de todos os riscos que as atividades da Shell haviam proporcionado, a Basf não foi transparente com os trabalhadores.

A Basf comprou sabendo de tudo que tava acontecendo, a Basf já entrou de caso pensado sabendo o que ia fazer ela comprou uma indústria contaminada ... mas os trabalhador ninguém em nenhum momento tinha assumido...diziam sim: - contaminei o solo, contaminei a água, o meio ambiente, mas os trabalhador não! (ALFA)

A organização Basf tinha consciência da real situação que se encontrava a saúde dos trabalhadores e o entorno. Os trabalhadores revelam essas preocupações:

Nos tribunais a Basf sempre falava assim que a Shell enganou ela a respeito da contaminação que ela não tava pondo mais ninguém a risco nenhum, mas a produção continua a mesmo coisa... Sabia que os trabalhadores tavam com alterações de saúde porque foi feita análise em exame de todos os trabalhadores antes dela pegar a empresa né? (ALFA).

Agora uma empresa como a Basf ter vários cientistas... empresa que tem mundialmente conhecida...que tem vários cientista...como vai comprar uma

empresa numa condição dessa e dizer que não sabia? É meio esquisito perante a justiça sabe assim? (BETA)

Diante disso, mesmo que a organização alegue que não era responsável por indenizar os lesados, a Basf tinha responsabilidades por seus funcionários. Transparência, tomada de decisão coletiva, e atitudes autênticas deveriam ser prerrogativas da organização. Lundgren; McMakin (2004), afirmam que quando uma organização tem a comunicação de risco presente, conseqüentemente ela exhibe valores primários que instigam esta prática, tendo a preocupação de se construir consciência coletiva sobre os potenciais riscos.

Em alguns casos a situação dos trabalhadores se tornou irreversível, levando até o momento à morte 70 trabalhadores. Os moradores da comunidade também sofreram com as conseqüências, pois toda agricultura e pecuária da região ficou comprometida com o veneno. No período da Basf, a Shell já havia feito um acordo com estes moradores e os realocando em hotéis da cidade de Paulínia, para desapropriação das chácaras, que tinham seu ambiente totalmente contaminado, nem mesmo a água era potável, segundo depoimentos dos documentários analisados.

Os trabalhadores que tratavam diretamente com os resíduos tóxicos, e os moradores do Parque dos Pássaros estavam contaminados quando a Basf iniciou suas atividades. Em documentário feito sobre o caso, um ex morador comenta que em certo momento ele já não podia mais tomar água de seu poço artesiano, não podia mais se alimentar de nada que produzia em sua propriedade. No início toda comunidade vizinha ficou sem entender o que estava acontecendo, até receberem uma proposta da Shell querendo comprar as chácaras.

A Shell chegou para os vizinhos que era um condomínio de 66 chácaras, dizendo para eles que eles não poderiam consumir a água de lá, não podiam consumir as frutas, não podiam consumir as verduras, nem os leites produzidos pelas vacas. E lá também tinha uma criação de suínos que parece que foram todos incinerados. E dizia pra eles assim: - vocês podem morar aqui, não vai acontecer nada, mas vocês não podem consumir esses produtos (ALFA)

Diante disso, conseqüências gravíssimas e alarmantes se instauraram: problemas de saúde; contaminação do solo, ambiente que revelava uma situação onde os trabalhadores viviam em condições insalubres, comprometendo todo o futuro da região. Frente a uma situação como essa, como falar sobre sustentabilidade, onde as crianças passaram a nascer com deficiência, chegando a comprometer até a terceira geração, por

exemplo. Durante a realização das entrevistas nos questionamos enquanto pesquisador sobre comportamentos sustentáveis e a relação com CR no sentido de trabalhar mesmo em situação de exposição aos riscos, novos projetos que pudessem retomar a consciência e o desenvolvimento de atividades que mudassem ao longo do tempo a situação que era toda como “caos”.

...Nós tivemos caso aqui de homem de ter secreção na mamária, que é coisa incomum sabe? Fetos com deformação, e as empresas sempre negando que poderia acontecer alguma coisa; que não tinha nada a ver com a vida laboral das pessoas lá. Mas só que as doenças estavam...estão acontecendo... e tão acontecendo, e os homens que foram mais ou menos uns 70 não sei preciso quanto que é, os casos mais graves é a idade média de 55 anos...(BETA)

Mas isso não era o suficiente para que as organizações assumissem o perigo que estavam envolvendo os trabalhadores. Segundo os relatos dos trabalhadores, as organizações se auto afirmavam responsáveis pela saúde de seus funcionários, porém, mantinham esta afirmação embasada nas instruções de uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs. Ou seja, a organização demonstrava aos trabalhadores que os únicos riscos que poderia afetá-los estavam diretamente relacionados ao mal uso dos EPIs. Com isso, eles acreditavam que se usassem os mesmos corretamente estariam livres de qualquer tipo de contaminação. Isso demonstra que, embora usassem os equipamentos, não tinham consciência sobre os reais riscos os quais estavam expostos, pois não houve preocupação por parte das organizações em gerar entendimento e conhecimento efetivo.

Nós trabalhava, pra você ter uma ideia, os melhores treinamentos de segurança nós tivemos, os melhores treinamentos mesmo, os melhores EPI's nós tínhamos lá. Os EPIs nosso não tinha limite pra você usar, porque tinha substância que você usava três, quatro par de luvas pra você terminar de concluir a produção, porque ele era agressivo mesmo. Então você não tinha limite de usar EPI. Então a questão de EPI e treinamento, nós fomos preparado sim, isso aí não tem nem dúvida. Mas só que isso não foi suficiente, pela agressividade do produto. Pela agressividade do produto, os EPI não nos isentou de tá sempre exposto a essas substâncias (ALFA).

Os equipamentos de proteção cuidavam dos problemas físicos aparentes e como afirma Beta, “eram suficientes somente para que o sujeito não morresse dentro da empresa”.

No caso dos chacareiros lá, eu fui convidado para ir numa reunião com os chacareiros lá e até aquele momento eu acreditava que nós tínhamos feito tudo perfeito dentro da empresa. Por causa dos treinamentos e dos equipamentos.

Mas vi que a Shell tava querendo comprar todas as chácaras porque os chacareiros não podiam mais consumir nada de lá, por causa da contaminação. Ai eu vi que a contaminação era muito mais além dos usos de EPIs (BETA).

Realmente o uso dos EPIs não era tão representativo neste contexto, pois os riscos iam além e se concentrava em todo lençol freático da região. Isso significa que a organização omitiu as informações verdadeiras aos seus trabalhadores, não dando à eles a possibilidade de construir futuros alternativos, como será observado nos próximos tópicos.

Isso reafirma que a situação de risco presente no contexto da Basf era real e materializada. Vivenciava-se uma crise. Todo material nocivo da Shell havia se tornado uma realidade e assumido grandes proporções, a ponto de interferir na redução da expectativa de vida das pessoas.

Como pesquisador chegamos a questionar como essas pessoas se sentiram quando descobriram toda situação a que estavam expostas e as consequências que de uma forma ou de outra, teriam que enfrentar. Além das consequências à saúde esses sujeitos também tiveram consequências psíquicas. Ademais, toda área atualmente é de recuperação ambiental, pois trata-se de um ambiente insustentável.

Se analisarmos esta situação à luz da teoria, evidencia-se que de acordo com as prerrogativas da CR, gerenciar os riscos, sejam eles reais ou potenciais, deveria ser uma das primeiras atitudes das organizações, envolvendo seus *stakeholders*, a fim de gerar entendimento e conscientização (LUNDGREN; MCKIN, 2004).

Não se evidenciou esta atitude na Basf. Não se tratava mais de zelar para que o risco não fosse uma constante, ele já era real, materializado e impulsionava uma crise. A situação, portanto, já era uma situação de crise, derivada de riscos que precisavam ser comunicados para que a situação se revelasse, ao longo do tempo, de forma diferente da Basf e não reforçando os erros anteriormente vividos quando da experiência com a Shell.

A atitude da Basf, nos faz refletir sobre sua postura – que é uma fração dos valores capitalistas - diante da sociedade e também sobre os valores sustentáveis de organizações que adotam práticas semelhantes à da Basf, de omitir situações tão nocivas à vida das pessoas. Uma organização que desampara seus trabalhadores e não tem o diálogo como uma prática que visa tornar os sujeitos conscientes da situação em que estão envolvidos, precisa repensar seus valores, especialmente o seu posicionamento sobre sustentabilidade. Em seu site a Basf prega exatamente o contrário do que a análise desse caso nos revela, deixando claro que a sustentabilidade é seu principal ensejo.

Nós combinamos o sucesso econômico, responsabilidade social e proteção ambiental. Por meio da ciência e da inovação, nós possibilitamos que nossos clientes de todas as indústrias atendam às atuais e às futuras necessidades da sociedade (BASF, 2015).

Este depoimento demonstra a preocupação discursiva da empresa com o ser humano, com o meio ambiente e com o futuro do planeta. Porém, na prática observamos que suas ações não corresponderam com seu discurso. Seu histórico em Paulínia revela outra atitude da Basf conforme descrito nessa passagem e em outras que retratam um descaso com as consequências encontradas no ambiente Shell, inicialmente e mantidas pela Basf, quando assumiu esse negócio. A sustentabilidade está muito além do cuidado com o meio ambiente, está centrada na forma como as pessoas se relacionam, como preservam suas vidas e a vida do Planeta (LEFF, 2001, 2010, 2013; FOLADORI, 2001; BOFF, 2012).

Diante disso, Leff (2013) nos apresenta que há a necessidade de repensar em alterações na lógica das relações sociais, centrada na racionalidade econômica e não no ser humano, pois, torna-se conflituoso pensar a sustentabilidade em contextos como o da Basf, nos quais as práticas, que valorizam o antever, o cuidado e a responsabilidade, não foram respeitadas.

A CR aposta na possibilidade de haver mudanças nessa lógica, e defende que um dos caminhos seria através das decisões coletivas, da informação que caminha para o entendimento e para o grau de comprometimento, além do diálogo e da interação entre os sujeitos.

Teoricamente, quando se fala em comunicação de risco há, por exemplo, a necessidade de pensar em um processo que antecede a incidência de crises, pois como já discutido, trabalha-se no sentido de mitigar os riscos que podem se materializar e se tornarem crises reais (SMITH, 2013; PALENCAR, 2005); COVELLO 1992; LEISS, 1996; LUNDGREN; MCMAKIN, 2004). Mesmo assim, quando uma crise já está instaurada é possível que a comunicação de risco possa ser uma prática das organizações que assumem suas responsabilidades, em função de evitar o surgimento de novas crises, pelo grau de consciência dos sujeitos (LUNDGREN; MCMAKIN, 2004).

Embora a Basf tenha assumido uma situação conturbada e de crise, fazer a gestão dos riscos que ainda estavam presentes era essencial. Segundo os trabalhadores, Alfa e Beta, não havia como a Basf afirmar que todas as suas atividades estavam livres dos

riscos, pois, toda região estava contaminada e tudo o que era produzido pela Shell continuou sendo produzido pela Basf, com exceção de algumas substâncias, o que não eximia o fato de toda atividade de disseminação dos riscos continuar existindo.

Era preciso trabalhar estes riscos nocivos à saúde junto aos sujeitos que viveram todo período de transição de compra e venda. Como já havia uma situação de risco instaurada, a comunicação de crise e de consenso poderiam existir (tipos de comunicação de risco), pois era ético comunicar os riscos do impacto da crise existente e também tomar decisões conjuntas sobre as situações reais ou potenciais.

Esse processo em função da proximidade e da troca da organização para com os sujeitos envolvidos se constrói nas relações e faz sentido para os envolvidos. Dessa forma, fica claro que a consciência e a atitude da organização são fundamentais e o ouvir e interagir dos sujeitos, fomentam a comunicação de risco como um valor autêntico. Organizações que são produtoras de risco requisitam o conhecimento de processos que cultivem a saúde e a integridade física de todos que estão envolvidos em situações de vulnerabilidade ou não. A consciência sobre o risco precisa existir, independe da situação real ou potencial.

Diante disso, o próximo tópico apresenta relatos que evidenciam o quão conflituoso se configura o caso. São dois lados que emitem opiniões distintas sobre o mesmo contexto, revelando a dificuldade em trabalhar questões que envolvem riscos e a fragilidade de um dos lados: os trabalhadores, envolvidos em ambientes onde os riscos são uma realidade.

- **Olhares divergentes sobre um mesmo contexto**

Este tópico apresenta relatos que revelam contradições que fortalecem os conflitos e os problemas que emergiram no caso Shell/Basf. Ao analisar as falas dos sujeitos entrevistados notamos em alguns relatos informações divergentes sobre um mesmo contexto, permeado por diferentes vozes dos trabalhadores. Quando da transcrição essas diferenças foram observadas e destacadas na análise.

Quando foi questionado à Gama se foi realizado exames médicos nos trabalhadores a fim de identificar se estavam doentes, foi relatado que todos os trabalhadores se submeteram aos exames e os mesmos teriam total acesso aos resultados, caso tivessem interesse. Em contrapartida, os trabalhadores afirmam que nunca tiveram acesso a estes exames, mesmo tendo solicitado.

Na época, quando veio a comunicação de manhã, nós falamos que íamos fazer um estudo do exame cego, que é uma técnica que existe... então todos os nossos funcionários passaram pelos exames. Então, a gente tinha que saber quais dos nossos, como é que tava o quadro clínico da nossa fábrica, porque todo funcionário, todo ser humano quando faz um exame, é dele o exame ... Se um funcionário quiser checar com o exame, ele pode, daí ele faz o que ele quer na opinião pública, mas a empresa não pode fazer isso. (GAMA)

Realmente houve em 2000 a coleta de exames ... Aí chamaram a gente e disse: olha, foi feito exame em todos vocês trabalhadores, não foi identificado problema nenhum, alterações nenhuma, está tudo beleza. Após o fechamento da empresa nós solicitamos que nos fornecesse o laboratório que foram feitos esses exames, eles não mandaram, em que local foram feitos esses exames, mandaram apenas uma xerox destes exames sem dados nenhum, sem avaliações nenhuma, sem números, só comparações. Não tinha parecer, não tinha porcentagens e não tinha números. Esse era o exame que eles fizeram e até hoje ninguém sabe em que laboratório foi feito isso. A partir deste momento foi que eles fecharam a porta da empresa. (ALFA)

Diante destas falas, onde os relatos são consistentes. A organização “escondeu” os dados e com isso evidenciamos um ambiente onde não há congruência entre as opiniões, despertando incertezas e insegurança. Esses, segundo os trabalhadores eram seus principais sentimentos ao se caírem doentes e não terem diagnósticos que comprovassem a doença e, principalmente, não terem respaldo da organização.

Quando a comunicação se centra numa perspectiva informacional e linear não gera entendimento e compreensão, apenas transmite a informação, sem a preocupação com a repercussão. Essa prática comunicacional, segundo Ashcraft, Kuhn e Cooren (2009) possibilita a manipulação dos sentidos, o que significa que, quando as mensagens são comunicadas em ambientes onde não há espaços de falas e diálogos efetivos, os sentidos são construídos da maneira como convém às organizações, dificultando a construção de sentidos coletivos para as mensagens, pois não são possibilitadas trocas de experiências entre os envolvidos. Os sujeitos nesse sentido são somente receptores das mensagens e não assumem condição de emissores também.

Assim, quando a organização realiza os exames e não permite aos funcionários tomar conhecimento dos resultados e mais que isso, compreender o que significa os resultados, adota uma postura não esclarecedora, o que pode ocasionar até desconfiança. Isso revela que a prática da comunicação de risco não foi uma tônica neste contexto, uma vez que seus preceitos estão centrados na perspectiva da comunicação constitutiva –

CCO, que evitaria, por exemplo, a falta de entendimento sobre a real situação de risco existente.

Sobre isso, Gama afirma que a Basf realizou ações de CR com seus funcionários e chacareiros.

A Basf convidou a comunidade local, convidou a imprensa, convidou os stakeholders da região, pra que fosse pra dentro daquela fábrica para ter uma conversa, com os membros da Shell e com os membros da Basf, pra falar o que que é... Então, qual que era a preocupação da comunidade e dos funcionários? Então, trazer as pessoas pra dentro, fazer uma comunicação onde você falava pros funcionários: olha, estamos aqui, tem o TAC (TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA), que que é o TAC?, como é que foi feito... contar a história... se você olhar reportagens lá trás, você vai ver que a condução da comunicação, desde o início, foi a mitigação do risco da Shell, na mitigação do risco de imagem; de mostrar que aquele passivo que estava sendo conduzido, e bem conduzido pela Shell, do ponto de vista técnico (GAMA).

Levando em consideração este depoimento, sem analisar todo contexto que envolve o caso, seria possível considerar que, sob o ponto de vista do sujeito, em certo momento, realmente a Basf desenvolveu ações que se caracterizam como ações de comunicação de risco com seus *stakeholders*. Contudo, as entrevistas dos trabalhadores despertam indagações sobre este posicionamento da organização.

... Eu não me recordo que teve esta reunião, eu me recordo que nós cobramos várias vezes em reuniões, dizendo o seguinte: - o que que tá acontecendo? Pessoas e mais pessoas fazendo análises do solo e até agora não sabemos resultado nenhum. Chegavam pra nós e diziam que estava tudo sobre controle, está tudo em PPB – Parte Por Bilhões... Em 2007 foi coletada amostra das paredes deste prédio e esse prédio tinha sido descoberto, tinha sido lavado pela chuva, depois de muito tempo, encontrou substancias químicas em todas as paredes do prédio da planta. Então como os trabalhadores estavam isentos a esta contaminação? Os trabalhador não estão com problema! Isso foi sempre uma linguagem da empresa... (Tavares). (ALFA)

Assim, ao mesmo tempo que a organização tem um discurso presente nas prerrogativas da CR, não se preocupou em conscientizar os sujeitos sobre o ambiente insalubre e perigoso que estavam trabalhando. Mesmo que possa ter havido uma tentativa de aproximação da Basf, a situação se agravou pelo fato de continuarem produzindo as mesmas substâncias químicas.

A fábrica continuou produzindo os mesmos venenos que produzia a Shell, houve algumas pequenas melhorias em alguns equipamentos. Não deixou de

ter substâncias químicas naquele ambiente. Lá era um centro industrial, com várias substâncias e constantemente o próprio sistema de produção permitia a liberação de substâncias no mesmo ambiente. Era um coquetel de substâncias e esse coquetel no meio ambiente você não pode prever o que ele vai causar. Então isso não era questão de treinamento ou uso de EPIs. A única coisa que foi eliminado lá no período Basf, foram os incineradores que tinham alto grau de poluição, no entanto a fábrica continuou na mesma coisa produzindo veneno. E venenos com doses muito altas (BETA).

A situação é tão aflitiva para esses trabalhadores que os dois mostraram um relato muito próximo da experiência vivida como sendo traumática. Estas experiências tornam evidente o quanto estas pessoas estão se sentindo lesadas, machucadas, afrontadas e negligenciadas.

Neste período os trabalhadores que já estavam com muitas dúvidas, se questionando sobre a veracidade das informações da Basf, presenciaram a Shell se autodenunciando culpada pela poluição do meio ambiente e não se manifestando sobre a saúde dos trabalhadores.

Todas estas dúvidas foram tomando proporções maiores à medida que as informações eram omitidas ou manipuladas.

[...] quando a gente contestava e dizia: olha, o que que tá acontecendo com essa análise que tão tirando? Ai chamaram a gente e disse: olha, foi feito exame em todos vocês trabalhadores, não foi identificado problema nenhum, alterações nenhuma, está tudo beleza. A contaminação aqui no solo e na água [na água nem falaram, só falaram solo e o ar, está tudo sob controle, está tudo em PPB, que não era nem PPM, que é parte por milhões, era PPB, parte por bilhões. Então significa que era coisa pequenininha, foi isso que eles passaram pra nós trabalhadores, como trabalhadores essas informações (ALFA).

Situações como esta são comentadas por Slovic (1987) quando discorre sobre o gerenciamento das percepções dos riscos, pois afirma que opiniões contrárias sobre uma mesma realidade, olhares distintos sobre o mesmo fenômeno carece de ser trabalhado a partir das percepções que os sujeitos têm. E para isso, defende que há a necessidade de um trabalho efetivo de exploração e conhecimento da realidade de cada um, a fim de compreender os motivos que os levaram a compreender o risco da maneira como veem.

Não constatamos ações semelhantes na relação da Basf com seus *stakeholders*. As subjetividades, o histórico social e cultural de cada um não foi respeitado. Sendo assim, como a Basf poderia afirmar que não havia mais situação de risco e que os trabalhadores poderiam continuar trabalhando tranquilos se eles continuavam a produzir

no mesmo local contaminado? E produziam praticamente os mesmos produtos que a empresa anterior - até hoje a área poluída pela Shell está em processo de revitalização.

Quando Alfa e Beta comentam que, quando os trabalhadores tinham dúvidas sobre o que estava acontecendo com a empresa, os gestores afirmavam que tudo estava bem e não havia com que se preocupar, torna-se evidente a intenção de mascarar as reais informações sobre os riscos e suas consequências.

Nós fazíamos turnos e quando passou um pouco mais de 5 horas da manhã, 6 e meia nós saímos assim, eu trabalhava na sala de controle. Saímos no pátio, demos uma olhada, tinha uns gringo, americanos... entrando dentro do site da empresa, parecendo um astronauta né... todo o uniforme que os caras estavam usando... luva, tudo, pra tirar amostra do solo. E nós se assustamos com aquilo, né. Perguntamos: poxa, o que os caras estão fazendo? E o que eles respondiam era que estava tudo bem, que era rotina (ALFA).

[...] as pessoas as vezes não se dão conta disso né...por causa da propaganda dizendo que tudo “ta” em perfeito, não vai acontecer nada com a saúde de ninguém, mas o lençol freático “ta” tudo contaminado, os solos estão contaminados né? [...] (BETA)

As informações transmitidas pela organização eram puramente técnicas, ligadas, como visto anteriormente, à riscos passivos ao uso de EPIs, sem considerar que a contaminação estava no ar, no solo e na água, ou seja, em toda parte. Cabia à organização conhecer seus *stakeholders*, suas principais preocupações e seus entendimentos sobre os riscos existentes, além disso, compreender os motivos que os levam a esta compreensão, o que significa explorar suas histórias de vida e contexto social.

Covello e Sandman (1987) descrevem que um dos principais impasses que dificultam o entendimento e a tomada de atitude em uma situação de risco é a lacuna que existe entre os técnicos do risco e aqueles que sentem os riscos, ou seja, estes autores afirmam que há uma desconexão entre o que é percebido e o que de fato representa o risco, pois as avaliações dos técnicos a respeito de determinada situação são feitas, muitas vezes, por cálculos matemáticos e por análises racionais e probabilísticas, não levando em consideração as dificuldades de entendimento, as peculiaridades de cada sujeito, a história de vida de cada um, e principalmente, as diferentes vozes existentes em um mesmo contexto, que tornam as discussões mais ricas em função das experiências compartilhadas, dos consensos e dos dissensos que emergem.

- **Por uma outra percepção dos riscos existentes**

Os dados demonstram em muitos momentos o anseio dos trabalhadores por outra compreensão dos riscos aos quais estavam expostos. Em suas falas foi possível perceber que se tivessem realmente conhecido o que de fato estavam sujeitos a enfrentar muita coisa poderia ter acontecido de outra maneira. Os trabalhadores teriam a possibilidade de construir outros futuros. Com muito pesar eles comentam no decorrer da entrevista, que gostariam de realmente perceber o risco tal como ele representava. Ao relatarem sobre isso, em muitos momentos se entristecem por terem sido engados.

Os trabalhadores afirmam que sabiam o quanto as empresas contaminavam, porque viam os estragos que as substâncias químicas causavam nos equipamentos e no solo, conquanto, não imaginavam suas consequências na saúde física e, por consequência emocional.

A princípio a situação de risco, neste caso, era tida pelos trabalhadores como algo sem grandes impactos, especialmente porque, os riscos existentes eram considerados familiares, o que, segundo a perspectiva de Sandman (1986) transmite a ideia de menor impacto, ou algo que não merece preocupações.

Nós entramos em 77 pra partir a empresa, partir a fábrica e foi adaptando alguns equipamentos, né. Então você imagina, você partir uma empresa e você acertar todas as... o que que acontece ali de barbaridade, como derramamento de produtos, os maquinários não funcionam, tudo sem ajustar (ALFA).

E como a exposição acontecia no dia a dia, é difícil de acreditar que você vai desenvolver uma doença em um determinado tempo, porque, no caso dos agrotóxicos, existe dois tipos de, vamos se dizer assim, de intoxicação, em tese, que é intoxicações subclínicas né, é uma intoxicação que ...não te atrapalha em nada, mas é assim uma situação que como se tivesse uma dor muscular, uma cefaleia... alguma coisa, e as pessoas faziam um tratamento sintomático como se não tivessem nada com o trabalho sabe... ela absorve uma micro dose diariamente de substância, desenvolvendo uma situação crônica né, e essa situação crônica que leva as pessoas...porque os efeitos são tardios e diferenciados... é uma fábrica de veneno, fábrica pra matar, inseticidas, pesticidas entendeu? (BETA)

Slovic, Fischhoff e Lichtenstein (1980) nos mostram que, quando se discute percepção do risco é imprescindível considerar que quanto menos conhecimento se tem sobre um determinado fato, maiores são as chances do sentido de esses riscos serem distorcidos. No caso Shell/Basf os envolvidos acreditavam ter conhecimento do risco,

porém, havia neste contexto uma alteração na gravidade do risco, ou seja, o grau de incidência real de seus impactos na vida dos sujeitos ali expostos não era comunicado de acordo com a gravidade do problema.

Além disso, como os resíduos e a contaminação estavam tão evidentes, acreditava-se que por serem riscos detectáveis estes não teriam impactos maiores. Slovic (1987) afirma que quando os riscos são tratados com naturalidade e são familiares, podem passar a impressão de que não são prejudiciais. No caso estudado, os riscos eram tratados desta forma, como se não oferecessem prejuízos à saúde.

Ao mesmo tempo que os trabalhadores consideravam os riscos da negligência da Shell e posteriormente da Basf de menor impacto, eles declararam que na época tinham um pouco de receio sobre a situação, especialmente por não terem controle sobre o que os resíduos tóxicos estavam causando no meio ambiente. Alfa relata que em uma reunião feita com os chacareiros da comunidade vizinha eles perceberam que algo estava errado em relação à percepção que tinham sobre os riscos.

... os argumentos dos moradores: olha, nós podemos é morar aqui mas não pode tomar água dos nossos poços, não pode tomar banho nas nossas piscinas, não podemos comer os nossos frutos, não podemos matar uma galinha ou porco pra nós comer, então vamos fazer o que aqui? Então eles podiam morar, mas não podia comer nada que tinha ali... (ALFA).

E com isso pensavam na seguinte consideração: se o meio ambiente estava prejudicado, aquilo com certeza poderia afetar a vida de cada um. Porém, a simplicidade e em alguns casos de muitos trabalhadores não colaborou para que questionamentos como estes fossem levados em consideração, fazendo com que o sentimento de que estivesse tudo bem prevalecesse.

As informações sobre os riscos eram transmitidas pelos técnicos e analistas de situações das vulnerabilidades presentes, o que dificultava o entendimento dos trabalhadores, o que se explica pela lacuna citada anteriormente. Percebeu-se que não houve preocupação em se atentar para o entendimento, mas sim para a necessidade de transmitir a mensagem de que estava tudo bem, ou seja, somente com o ensejo de respeitar as expectativas da própria organização. Análises científicas e cálculos matemáticos são questões que muitos não compreendem, pois são especializadas e melhor compreendidas por analistas da área.

Diante disso, quando foi questionado à Gama sobre como trabalhavam as percepções de risco dos envolvidos e qual era a relevância dessa prática para a organização, como resposta Gama relata que:

... percepção e fato são coisas completamente diferentes, e as duas são igualmente relevantes e importantes, né? Trabalhando pra construir uma percepção correta, caso você tenha uma situação X. Neste caso, você já não tinha mais esse “time”, porque já estava dado a situação. Por que quando a Shell foi comunicar as comunidades, e isso deveria começar com a Shell, mas o processo foi, ela foi comunicado... (GAMA).

Embora esta fala se apresente contraditória ao que foi relatado pelos trabalhadores, pode-se dizer que se práticas como estas são verdades nas organizações, os trabalhadores passam a conhecer de forma autêntica o contexto em que estão vivendo cotidianamente. Mesmo em uma situação de crise, tomar decisões coletivas e deixar claro para seus *stakeholders* a real situação que se encontram fomenta a conscientização sobre o risco e a partir da tomada de consciência o sujeito se habilita a agir e passam a ter outras opções de escolhas. Evidencia-se no próximo ponto relatos que revelam sujeitos que ansiavam por uma outra construção da consciência sobre o risco.

- **Consciência sobre o risco e opção de escolha de outro futuro**

Das falas dos trabalhadores floresce o apelo por um outro tipo de relacionamento com as organizações, especialmente com a Basf, que considera que poderia ter agido diferente; percebe-se incutido nos relatos, o desejo por estarem cientes e conhecerem de fato o ambiente onde estavam expostos. Notou-se o anseio por mais espaços de fala, pois os sujeitos não podiam se expressar, questionar ou demonstrar algum tipo de inquietação sobre o problema. Eles foram reprimidos em suas opiniões e questionamentos.

Os trabalhadores deixaram claro que a Basf poderia ter agido diferente, poderia ter propiciado um espaço de fala, de diálogo entre todos, onde fosse possível haver a construção da consciência sobre tudo o que já haviam passado e sobre todos os riscos que foram submetidos e, principalmente, sobre a possibilidade de estarem com a saúde extremamente debilitada.

nós entendemos que a segurança precisa ser vista de uma outra maneira, com outros olhos, precisa ser revista essa situação de segurança do trabalho...de comunicação, porque hoje nós precisamos ter um posto de trabalho saudável,

que a pessoa volte para casa dela saudável né...então o sistema de comunicação entre trabalhadores ele tem que ser aperfeiçoado para que o trabalhador possa ter consciência absoluta do que ele está exposto...Ainda assim os acidentes não conseguem reduzir total, mas consegue melhorar muito as condições no trabalho. Então, é preciso parar...o trabalhador precisa de mais consciência... precisa ter, saber o que ele realmente, o risco que ele está correndo...(BETA)

Isso significa que eles ansiavam por relacionamentos verdadeiros e honestos, considerando a presença do sujeito como sujeito, que percebe o risco tal como ele é e tem opinião sobre o mesmo, participando das tomadas de decisão junto à organização. Há a possibilidade de posturas transparentes e éticas, que valorizem os seres humanos e ofereça respaldo. A contaminação que matou até o presente momento 70 pessoas poderia ter tido outro desfecho, os trabalhadores poderiam ter a possibilidade de cuidar da saúde e optar por outras formas de vida.

Dizer assim: olha Alfa, você trabalhou de 77 a 95 e em dezembro de 95 fui demitido da Shell e no mesmo horário já fui contratado pela Cianamid vai continuar trabalhando em cima de uma área de risco, você está em cima de uma bomba, você que escolhe. Ai me daria a opção de escolha, eu ia analisar, entendeu? Porque nego fala assim: ah você trabalhou na indústria química você sabia do risco. Claro! Não só em química que tem risco, todo trabalho tem risco. Mas a gente achava que estava sendo remunerado para aquilo. E também a saúde num todo dentro de uma fábrica, ela nunca é posta em primeiro lugar, você não é avisado, você nunca é informado dos seus direitos realmente, como poderia ser (ALFA).

Consciente do que pode lhe acontecer, o sujeito assume responsabilidades e não simplesmente é conduzido pela organização, que determina seu comportamento. A consciência permite que o trabalhador tome decisões e altere sua própria realidade.

Quando o ambiente organizacional apresenta periculosidade e por si só é insalubre, como foi o caso da Basf, estabelece um vínculo de compensação com o trabalhador, como pode ser observado. O trabalhador sabe que está correndo riscos de vida, mas acredita estar sendo remunerado para este risco. Portanto, no caso da Basf, os trabalhadores não tinham dimensão do grau e da intensidade dos riscos que estavam, expostos. Uma prática efetiva de CR trabalharia no sentido evidenciar as verdadeiras consequências do risco, a fim de habilitar todos os envolvidos à construir sentidos coletivos sobre a situação que estão envolvidos e, com isso constituírem a consciência da exposição que vivem. Além disso, o trabalho coletivo de conscientização pode proporcionar alternativas diversas sobre a mitigação dos riscos e o cuidado com a saúde

e com a integridade física de cada um. Assim, além do trabalhador ter a opção de continuar trabalhando sobre uma “bomba” como afirma Alfa, coletivamente existe a opção de alterar a realidade existente e transformar o futuro das pessoas expostas.

A falta de conhecimento sobre a situação gerava muitas dúvidas e incertezas sobre o contexto em que estavam vivendo. Isso ocasionou insegurança e fez com que alguns funcionários se interessassem a saber mais sobre o que de fato estava acontecendo. Foi a partir desta busca, em comunhão com os moradores do entorno da fábrica que a crise começou a ser revelada. E assim, o que na mente dos trabalhadores eram apenas riscos, já havia se transformado em crise, a qual teria afetado em grande grau a saúde e a integridade física de cada um. Assim, quando questionado se havia consciência de que a saúde poderia estar prejudicada Alfa relatou que:

Em 2001, pra você saber como nós ficamos sabendo dessa contaminação, não foi a empresa que nos chamou e disse: olha gente, você tão trabalhando em cima de uma área contaminada, e que o risco pode ser... vocês pode ser aquilo ou não pode ter risco ou deixou de ter risco, nunca ela fez isso, nunca. Ocorreu de 94 quando ela fez a auto denúncia, dizendo o seguinte: contaminei o solo, sim, contaminei o ar, contaminei o lençol freático, contaminei tudo, mas nada que afete a saúde do trabalhador. Sempre era assim que eles comentam né. Contaminado tá, mas nada que faz mal... (ALFA)

Não se evidencia que foi comunicado nada sobre a saúde e as consequências que a contaminação poderia causar nos trabalhadores e também nos vizinhos. Se foi comunicado que não havia perigo, constata-se que houve uma distorção no sentido do risco. Primeiramente vimos que a percepção que estes envolvidos tinham sobre a situação de risco que os ameaçava não foi trabalhada, depois, a Basf afirma que reuniu todos os *stakeholders* para comunicar os riscos deixados pela Shell.

Sobre isso, o próximo ponto de análise apresenta relatos que demonstram o quanto o sentido do risco foi manipulado, a ponto de os sujeitos compreenderem o risco de uma maneira completamente distorcida em relação ao que ele realmente representava.

- **Omissão de informações e manipulação do sentido do risco**

Os depoimentos relatados revelam que ao analisar este caso a partir do conteúdo teórico da CR, algumas práticas não foram respeitadas, demonstrando que não houve uma preocupação efetiva por parte das organizações em proporcionar aproximações com seus diferentes *stakeholders*, por meio de um processo interacional e dialógico.

Os relatos evidenciam que o relacionamento entre as organizações e os sujeitos envolvidos se baseou em informações que podem ser consideradas superficiais sobre os riscos, demonstrando que não houve um trabalho de gestão da percepção do risco e, com isso, não houve um processo de construção de uma consciência efetiva sobre os mesmos.

Quando se observa a ação da Shell, percebe-se, a partir da fala dos trabalhadores que, em nenhum momento foi comentado sobre a possibilidade de os riscos produzidos na planta industrial serem nocivos à vida dos seres humanos que iriam trabalhar em seus ambientes. Não foi valorizada a importância de decisões conjuntas e coletivas entre a organização e todos os expostos aos riscos.

As informações sobre os riscos, neste caso, foram omitidas e distorcidas. Quando foi perguntado aos trabalhadores sobre os possíveis processos desenvolvidos pelas organizações a fim de comunicar os riscos e gerar o entendimento sobre os mesmos, Beta respondeu:

As empresas sempre negando que poderia acontecer alguma coisa, que não tinha nada a ver com a vida laboral das pessoas lá, mas só que as doenças estavam...estão acontecendo... e tão acontecendo (BETA).

A Shell não foi ética e clara. Os envolvidos naquele ambiente não tinham consciência do perigo que estavam correndo; viviam em uma área de risco, “uma bomba que poderia explodir a qualquer momento” (ALFA), e não foram consultados e conscientizados sobre aquilo. Alfa no tópico anterior, relata que os trabalhadores acreditavam que estavam sendo compensados e remunerados pelos riscos, mas que tinham a saúde e a integridade física protegida, por conta do uso de EPIs.

Neste contexto, os trabalhadores e também os chacareiros, foram enganados e negligenciados, pois, a Shell tinha consciência de todos os impactos ambientais, sociais e à saúde dos seres humanos, que suas atividades poderiam gerar. O advogado do caso relata:

a gente fala bastante na Shell porque ela foi a originária de toda essa situação. Porque ela produzia nos Estados Unidos, e sabia dos riscos a saúde humana e da produção indevida; havia sido proibida de produzir nos Estados Unidos, e veio para o Brasil com esse conhecimento prévio. Então, para entrar no seu trabalho, na sua área específica, na minha opinião, a Shell cometeu um crime contra a humanidade. Porque ela já havia sido alertada, informada. O governo americano deixou claro pra ela que realmente esse

produto tinha que ser banido, e ela ignorou tudo isso e veio produzir no Brasil (ADVOGADO).

A Shell teria a possibilidade de transformar a história de todos os seus trabalhadores ao envolvê-los em tomadas de decisão sobre os possíveis riscos que poderiam gerar. Coletivamente outras alternativas poderiam emergir e evitar que alguns riscos não se materializassem, ou seja, não se tornassem uma realidade na vida dos trabalhadores e moradores da região, diminuindo as chances de adoecerem. Isso não aconteceu.

Como não houve essa postura por parte da Shell, coube analisar a atitude da Basf e as possíveis revelações da CR nas ações desta organização. Diante disso, foi percebido que a Basf continuou na mesma linha da Shell, omitindo e manipulando o sentido do risco. Apesar do gestor Gama relatar que houve uma série de ações de comunicação no sentido de trabalhar as questões dos riscos existentes, não se evidenciou práticas efetivas neste sentido, principalmente quando se observa os depoimentos dos trabalhadores.

Diferentemente da Shell a Basf admite que existe uma situação de risco instaurada, mas transfere a responsabilidade para Shell, se eximindo das consequências. Porém, a organização continuou trabalhando na mesma planta contaminada, onde os riscos ainda estavam presentes, e poderiam continuar contaminando as pessoas. Estudos realizados em 2007, segundo os trabalhadores, demonstram a existência de componentes nocivos nas paredes da organização. A Basf afirma ter sido transparente com seus funcionários e vizinhos, informando-os sobre todos os riscos a quem estiveram expostos e esclarecendo que já não precisavam mais se preocupar:

...buscou-se trabalhar os fatos, aí pra você entrar com evidências. E nos fatos, a gente precisava ser muito didático com as pessoas, porque falar de produtos químicos é muito difícil de entender, para todos nós. A indústria química trabalha com probabilidade. Então, esse é um tema, por isso que é muito importante você ter esta comunicação. Então a comunicação, se você olhar do ponto de vista da transparência, ela foi transparente. Ela foi transparente. Agora, ela foi transparente, agora ela foi transparente mas o tema é extremamente sensível (GAMA).

Embora a Basf afirme que desenvolveu ações de comunicação de risco, quando se analisa o relato dos trabalhadores evidencia-se que as informações sobre os riscos não condiziam com o que eles realmente representavam.

Sabe isso não ocorre dentro das empresas.... ocorre com uma linguagem assim de lavagem cerebral, a pessoa pensando que ele esta com segurança total e na realidade não está né...(BETA)

Além de serem omitidos, os riscos tiveram seu sentido manipulado, o que significa que a informação transmitida não revelou suas reais consequências e distorceu seu sentido verdadeiro. Com isso, a percepção constituída foi completamente divergente dos reais impactos dos riscos. Desta forma, a consciência sobre os riscos se pautou em distorções e omissão de informações, pois os sentidos atribuídos aos riscos não condiziam ao grau de impacto que exibiam.

Uma das principais ações da CR é gerenciar a percepção dos sujeitos sobre os riscos, pois Slovic e Sandman (1987 e 1987) revelam que, é por meio da compreensão de como os sujeitos percebem e entendem os riscos, que os trabalhos com vistas a gerenciar a situação de risco se iniciam. Os autores admitem que ao informar sobre o risco, a organização precisa ter conhecimento da realidade de seus sujeitos, pois cada um ou cada grupo de pessoas pode perceber o risco de maneira diferente, tudo depende de seu contexto social e histórico. Por isso, eles defendem que cabe à organização tornar a percepção condizente com o que o risco de fato representa.

Esse processo de gerenciar as percepções envolve a abertura de espaços de falas, diálogos autênticos e trocas de experiências. A partir desta interação é possível compreender as peculiaridades dos sujeitos envolvidos e a partir delas processar ações que visam gerar entendimento sobre os riscos existentes, conforme Slovic; Sandman (1987; 1987). Essa atitude pode evitar reações contrárias ao que realmente a situação de risco exhibe, como por exemplo, pânico e medo em situações onde o risco não é nocivo e tranquilidade em ocasiões em que a vida está completamente em perigo. A falta de conhecimento e entendimento gera estas incoerências.

No caso analisado, quando a Shell iniciou suas atividades os trabalhadores não tinham preocupações em relação aos riscos que estavam expostos, acreditavam estar seguros. Porém, diante dos acontecimentos que presenciaram na transição de uma empresa para outra, a preocupação e a insegurança foram mais fortes. Passaram a não entender o contexto em que estavam inseridos.

Neste contexto a Basf requisitava-se a responsabilidade de habilitar estes sujeitos para uma informação precisa sobre tudo o que viveram durante o período que trabalharam naquela planta industrial, pois toda região estava contaminada e dentro da organização não se comentava sobre isso.

Alfa, sobre a Basf, relata que:

Eu mesmo fui uma das pessoas que quase fui mandado embora da empresa porque eu, na minha curiosidade, catei um jornal do Estado de São Paulo, comecei a ler e tinha uma reportagem que eles tinham dado aqui fora por causa da Shell. Quando cheguei lá, a primeira coisa... que eu tava, comecei a trabalhar era sete e meia da noite, a primeira coisa que me fizeram foi chamar no departamento pessoal. Eu cheguei lá tava um grupo, o gerente, do meu turno, querendo saber onde que eu tinha comprado aquele jornal ... (ALFA)

Além da omissão da situação existente, havia uma preocupação da organização em transparecer a imagem de que todas as consequências negativas causadas pela Shell não eram mais uma realidade naquele contexto.

Essa postura da organização se assemelha ao que Aschraft, Kuhn e Cooren (2009) comentam sobre a comunicação numa perspectiva de transmissão da mensagem. Os autores demonstram que nesse sentido a comunicação tem o intuito de informar e não de gerar conhecimento, podendo dissimular e confundir as pessoas.

No cenário estudado houve intensão em manipular o sentido do risco. Não se evidenciou o intento de proporcionar conhecimento e entendimento dos *stakeholders* sobre a situação. Com isso, extinguiu-se a possibilidade de permitir que os sujeitos construíssem socialmente suas próprias realidades, ou seja, não tiveram opção de escolhas verdadeiras, já que todos os parâmetros que tinham estavam baseados em informações distorcidas sobre os riscos.

Ao omitir as informações sobre os riscos e comunicar mensagens de riscos com o intuito de manipular os sentidos construídos, torna-se difícil construir a consciência coletiva sobre o risco, conciliar percepções distintas e amenizar a sensação de medo e insegurança, desrespeitando, com isso, a própria natureza humana, que é a relação entre os sujeitos. Sobre isso Alfa e Beta relatam:

O homem é tratado como se fosse peça descartável, porque se não fecha a fábrica, falece o trabalhador, entra outro e daí em um certo tempo, e assim vai. Só que a venda da fábrica que criou essa situação que eles não imaginavam que nós íamos agir dessa maneira. Então foi uma luta muito difícil, mas a gente conseguiu alertar pelo menos o mundo acadêmico, mostrando para algumas classes de trabalhadores. A gente conseguiu atingir (BETA).

Dia 27 de dezembro de 2002 nós estávamos todos os 213, 180 mais ou menos, já tava tudo na rua... Sem nenhum respaldo.

Chegavam pra nós e diziam que estava tudo sobre controle, está tudo em PPB – parte por bilhões. Só que na realidade, depois do fechamento da empresa, para você ter uma ideia, a empresa parou de funcionar desde final de setembro de 2002 (ALFA).

Esses relatos evidenciam que não houve respaldo aos trabalhadores doentes. Eles se sentiram totalmente desamparados, tendo de recorrer à justiça, passando por longos processos de decisões judiciais. Depois de tantos anos, em 2013 os trabalhadores ganharam uma das causas das quais reivindicavam. Todo este tempo foi muito desgastante, considerando o estado de saúde em que se encontravam.

As falas retratam a indignação e a revolta destes trabalhadores com a Basf. Na realidade, apesar de culpabilizarem muito mais a Shell do que a Basf pelos impactos que sofreram, reconhecem que a Basf poderia ter agido diferente e poderia ter colaborado para que suas vidas tivessem outros destinos.

A postura da Basf relembra características presentes nas primeiras práticas de CR, que estavam relacionadas essencialmente à proteção da organização, ao sucesso das atividades organizacionais e à persuasão dos envolvidos, a fim de evitar confrontos e garantir que os objetivos organizacionais fossem atingidos (LEISS, 1996). Essa prática, apesar de ter sido discutida e modificada, ainda se fez muito presente na Basf. Não se pode dizer o mesmo da Shell porque pelo que foi evidenciado, não houve manifestações comunicativas neste sentido.

Pelo que se observa nos relatos, a Basf estava muito mais centrada numa perspectiva linear da comunicação do que em um viés constitutivo da realidade, que se pauta em uma comunicação dialógica da mensagem, a partir da interação e de decisões coletivas.

Isso revela que a CR não aconteceu nas ações da Basf, não houve ações reais a fim de minimizar os impactos dos riscos, tampouco a preocupação em envolver os sujeitos e favorecer a conscientização sobre a realidade em que estavam inseridos.

Analisando a fala dos entrevistados o anseio por um outro tipo de relacionamento com as organizações, é revelado que a existência de ações de CR nos contextos organizacionais poderia ajudar na construção de outras realidades, como a diminuição do impacto dos riscos, preservação da saúde dos trabalhadores, a morte precoce dos 70 indivíduos e o tratamento de saúde, por exemplo. Essas realidades que seriam pautadas no respeito, na ética, na prevenção e no cuidado, são também, princípios básicos para um pensar sustentável.

Nesse sentido, admite-se que a CR é um processo que requer a interação entre os grupos para que os riscos iminentes possam ser compreendidos e trabalhados em conjunto, no intuito de construir realidades que sejam capazes de diminuir os impactos ou situações que evitem sua incidência.

Assim, analisar a CR baseada nos principais anseios dos entrevistados traz uma evolução para própria teoria, revelando questões poucos debatidas teoricamente, por exemplo: não são evidenciadas situações de como uma organização que vive uma crise pode se reconstruir; e não se evidencia expressões relacionadas à reflexividade e à dialética. Estes são pontos que colaboram para melhor análise em termos de CR. Diante disso a CR pode ser pensada como uma prática de construção social e conseqüentemente, como um valor para sustentabilidade.

Além disso, os dados revelam uma preocupação com a saúde física e psíquica dos sujeitos, que na transição de uma empresa para outra foram “periculogizados” duas vezes, a primeira porque não souberam da real situação a que estavam submetidos e a segunda porque depois descobriram a situação que se encontravam e não tiveram a quem recorrer, tendo somente justiça. Foram totalmente desamparados.

Essas ponderações abrem um universo de discussão que faz emergir reflexões que podem contribuir com a comunicação de risco, mesmo em ambientes onde os riscos se materializam. Por exemplo, se concebermos a CR como um processo, que considera a possibilidade de novos ciclos pelas experiências vividas a prática da CR pela Basf poderia reverter o contexto encontrado e as conseqüências ocorridas posteriormente.

A partir das falas dos sujeitos evidenciou-se, por exemplo, que a percepção do risco, uma das primeiras atitudes no processo de CR não ocorreu. A preocupação em preencher a lacuna existente entre o significado técnico do risco e o que os sujeitos entendem e sentem do risco, não foi preenchida. A percepção que os envolvidos tinham do risco correspondia ao que era informado pelas organizações, que o risco não oferecia nenhum dano à saúde e à vida das pessoas.

A gestão da percepção dos indivíduos sobre o risco influencia diretamente na construção da consciência sobre o mesmo. Como o sentido do risco foi manipulado, a percepção sobre o mesmo não foi condizente com o que ele realmente significava. Com isso, princípios básicos da CR: prevenção e cuidado com a saúde e integridade física dos sujeitos, não foram evidenciados, revelando que a CR na essência não ocorreu em nenhum estágio do relacionamento entre a organização e seus *stakeholders*.

Diante disso, pode-se dizer que o caso Shell/Basf nos permite evidenciar conforme exposto, pontos que colaboraram para o aprimoramento do estudo teórico. Estes pontos enriquecem o valor da CR, ampliam o seu entendimento e prática nas organizações da contemporaneidade.

Dessa forma ao refletir sobre essa experiência de pesquisa apresenta-se uma discussão que concebe novos conteúdos teóricos que permitem amadurecer e oferecer uma releitura sobre a CR, fomentando a instauração de processos efetivos de CR.

7 DISCUSSÃO TEÓRICA

O processo de CR, pautado em uma visão interpretativa volta seu olhar para os sujeitos e para sua presença ativa nos processos de construção social. Organizações que têm essa visão como prerrogativa, têm a comunicação como um processo e vislumbram transcender suas próprias fronteiras, pois entendem que vivemos em uma constante construção entre as organizações e sujeitos.

Deste modo, chama-se atenção para a prerrogativa de que as organizações são os sujeitos que nelas existem, ou seja, são construídas por eles e a partir deles em relações. Portanto, cabe a elas o cuidado com a saúde e com a integridade física e psicológica dos envolvidos em seus ambientes.

Tendo como base estas premissas, foi possível evidenciar nos relatos, questões teóricas que permitem refletir sobre o processo de CR, impulsionando um pensar tanto no campo teórico quanto prático, uma vez que se valoriza movimentos pré-reflexivos entre os sujeitos, tornando-se premente nessas relações olhar o outro e refletir sobre si mesmo (MEAD, 1934). Com isso, as questões resumidas no quadro VIII e apresentadas na figura VIII, revelam a CR como aquela que constitui os contextos sobre as percepções dos riscos, principalmente por possibilitar a construção da consciência sobre os riscos e a opção de escolha sobre os diferentes futuros que possam emergir.

A partir destas reflexões, considera-se que o caso Shell/Basf permite evidenciar, pelas análises, posicionamentos teóricos que ampliam as discussões sobre CR como prática sustentável.

Quadro 8: Considerações teóricas que emergiram da análise do caso Shell/Basf

* Relacionamentos autênticos, respeito e ética	Base para prática da CR - comprometimento na relação entre organização e <i>stakeholders</i> ;
* Reflexividade	Princípio de observação de si mesmo no outro, o que favorece a recíproca, a responsabilidade e o respeito. Um olhar para o sujeito enquanto ser humano;
* Percepção do risco	Base para construção de sentidos que geram entendimento e conhecimento;
* Conhecimento e entendimento	Princípios fundamentais para construção da consciência sobre o risco;
* Consciência sobre o risco	Sujeitos conscientes sobre as situações de risco tornando-se habilitados a tomar decisões e têm a possibilidade de escolher e construir seus diferentes futuros.

Fonte: Autora, 2015

Olhar para os relacionamentos a partir destas considerações amplia as relações da CR, entre organização e *stakeholders*, uma vez que desperta práticas que valorizam o respeito, a cumplicidade e o comprometimento ético. Em ambientes em que estes valores não são evidenciados, as ações de CR não têm condições de acontecerem, pois requisitam primeiramente, outras formas de relacionamento, permeada por práticas idôneas e humanizadas. Por este motivo, as relações entre organizações e *stakeholders* são alicerce para se pensar a CR, pois nesse processo as ações se pautam na dinâmica dos relacionamentos entre os sujeitos.

Neste sentido, os sujeitos são simultaneamente emissores e receptores das situações de riscos e de suas percepções, pois ao passo que as informações são reais, há a necessidade de compreender o entendimento do outro e neste processo, aprender com o outro, somando conhecimentos e novos olhares. Por isso, a CR é observada, nesta dissertação como processo, portanto, como movimento contínuo (BERLO, 2003).

Nesta perspectiva, as relações dialógicas e dialéticas dos *stakeholders* sobre os riscos requisitam o entendimento das múltiplas percepções que permeiam as conversações, culturas, os valores que cada sujeito “carrega”, para proporcionar compreensão sobre as situações que emergem. Para isso, gerar e estimular espaços de fala, pautando-se em diálogos recíprocos, nos quais os *stakeholders* são também emissores das mensagens e tomadores de decisão com a organização.

A prática da CR incentiva a construção de uma consciência coerente com o real impacto dos riscos. Estar consciente possibilita a escolha, a mudança, a construção de

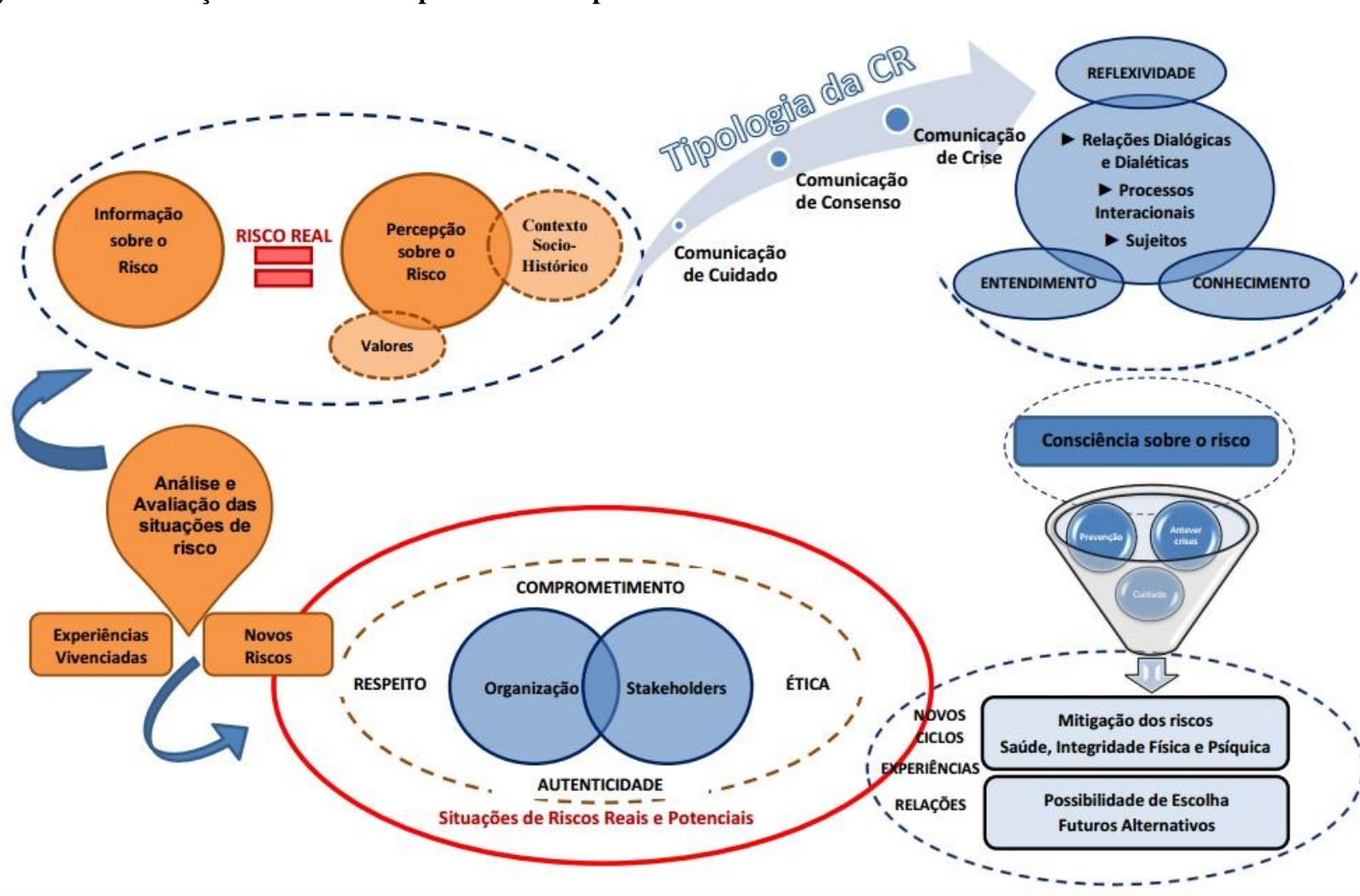
outras formas de vida, e a mitigação dos danos e dos potenciais riscos que podem emergir. Essa forma de conceber a CR justifica sua perspectiva interacional e dialógica.

Estas ações, por serem preventivas e valorizarem o relacionamento entre os sujeitos, estão aquém de cuidar apenas do presente, pois vislumbram um futuro sem danos e consequências dos riscos iminentes, sejam eles ligados a situações de riscos potenciais, ou situações em que os riscos são consequências de uma crise instaurada. Garantir a existência de um futuro que preze pela vida é, portanto, uma atitude sustentável, principalmente por compreender que sustentabilidade está relacionada à maneira como os sujeitos se relacionam entre si e com o meio em que vivem.

A prática do antever, do prevenir e do evitar que futuras crises emergjam enseja a garantia de um futuro livre das consequências dos impactos dos riscos do presente. Goldman e Michelsen (2011) defendem que dentre outras práticas sustentáveis, a CR se destaca, pois, falar em sustentabilidade significa olhar para o ser humano na essência e nas relações com a natureza. Portanto, esse pensar sustentável requisita atitudes que zelem pelas necessidades básicas desses sujeitos. Frente a estas reflexões, considerando a necessidade da existência de relacionamentos autênticos entre emissores e receptores e, portanto, de múltiplas vozes.

Diante disso, propõe-se um redesenho da figura 4, presente na fundamentação teórica deste estudo, chamando atenção para questões que corroboram para aprimoramento do campo teórico da CR embasado em revelações que emergiram dos relatos do caso Shell/Basf. A figura VIII ilustra este processo e demonstra o quanto as ações de CR são interdependentes e relacionadas entre si. Não há fases ou etapas a serem cumpridas, trata-se de um processo flexível e dinâmico. Porém, o que se evidencia são requisitos básicos que dão condições para que a CR efetivamente aconteça nas organizações.

Figura 8: Comunicação de Risco como processo: uma prática sustentável



Fonte: Autora, 2015.

Nota-se neste redesenho um movimento contínuo, sem início ou fim, pois indivíduos conscientes têm condições de recomeçar novas histórias junto à organização e a própria organização tem a possibilidade de se reconstruir, compartilhando experiências com seus *stakeholders*, isto é, quando há cumplicidade, compromisso, ética e idoneidade entre os envolvidos. Quando a CR acontece, um novo ciclo se inicia, com novas experiências compartilhadas, sujeitos ativos, mais conscientes e tomadores de decisões.

Para isso, reconhece-se a necessidade da existência de práticas reflexivas nas organizações, que se traduzem em um movimento onde o sujeito se enxerga no outro e se observa, refletindo sobre suas atitudes, conduta e modos de vida. Conforme apontado por Mead (1934), é a partir deste processo reflexivo que o sujeito expõe suas subjetividades e se habilita a transformar sua própria realidade, em um processo de construção social.

O processo de CR demonstra que o ato de se observar no outro e refletir sobre si é essencial em situações de riscos, pois torna os ambientes mais humanizados, considerando que situações de riscos e perigos exibem fragilidades, que requerem comportamentos que primem pelo cuidado, pelo respeito, e responsabilidade com o outro. Nesse sentido, Craig (1999) demonstra que a ideia de reflexividade está relacionada às experiências dialéticas entre todos os sujeitos, onde há um movimento dialógico, de olhar para o passado e refletir sobre o presente, buscando construir um futuro sustentável, ou seja, um futuro sem marcas dos impactos dos riscos iminentes.

Frente a estas questões, as informações que emergem da análise das situações de riscos reais ou potenciais da organização, são comunicadas em um processo que proporcione reflexão, a partir de um movimento onde os sujeitos estejam habilitados à reflexão e ao entendimento das mensagens. Isso significa que as informações sobre os riscos, quando tratadas na perspectiva da CR condizem com o grau de entendimento dos sujeitos que participam daquele processo. Neste contexto as percepções que emergem sobre os riscos se revelam.

Sendo assim, a CR traz à tona a discussão de que um dos principais trabalhos em momentos em que o risco está evidente, é revelar que podem emergir diferentes percepções, pois é justamente no campo das conversações que essas diferenças se ressaltam e possibilitam encaminhamentos e soluções antes não evidenciadas.

Palencar (2005) demonstra que apreciar as preocupações dos *stakeholders* é central na prática da CR, pois parte da perspectiva de que se o risco é percebido de maneira divergente ao seu real significado, sua percepção pode ser nula, ou intensa

demais, uma vez que considera que é o entendimento que cada sujeito tem sobre os riscos que poderá colaborar na tomada de atitudes.

Sendo assim, faz-se importante em um processo de CR levar em consideração os valores, a cultura e a história dos envolvidos, a fim de observar o grau de compreensão e nível de aprendizagem de cada um (SANDMAN;1987; SLOVIC, 1987). Essa análise possibilita compreender que as informações são permeadas pela comunicação, que por meio da linguagem promove o entendimento e o conhecimento das situações de risco.

Neste sentido, Goldeman e Michelsen (2011) comentam que para os sujeitos construírem sentidos ao que lhes foi informado requisitam compartilhar suas subjetividades e, que para isso, necessitam de espaços de falas que impulsionem a interação e o diálogo, que favoreçam a troca de experiências. Com isso, considera-se que a partir da percepção que se tem do risco o conhecimento e o entendimento do mesmo se constrói, a partir da troca de experiências vividas e práticas reflexivas, que se fazem por meio do diálogo.

O conhecimento e o entendimento sobre os riscos permitem a construção da consciência sobre a situação real de exposição (SLOVIC, 1987). Construir a consciência sobre os riscos é ponto crucial no processo de comunicação de risco, pois segundo Palencar (2005), conhecer e entender o risco oportuniza aos sujeitos a terem a chance de se conscientizarem, e quando conscientes podem escolher seus diferentes futuros. Além disso, o autor defende que o processo de conscientização deve ser construído pelo próprio indivíduo, e não imposto pela organização, pois a consciência se constrói no movimento em que o sujeito atribui sentido à realidade, gerando entendimento.

Para Palencar (2005), além de ter opção de escolhas sobre seus futuros, os sujeitos quando conscientes dos riscos reais, coletivamente podem encontrar soluções e tomar decisões conjuntas no sentido de mitigar os riscos e evitar possíveis crises. Por isso, comunicação de risco se concentra no antever crises.

No entanto, em situações onde a crise já está instaurada, como no caso estudado, a CR pode emergir como um processo que atua no sentido de comunicar os impactos dos riscos da crise existente, mitigando as consequências e prevenindo a partir de decisões coletivas, outros possíveis impactos (LUNDGREN; MCMAKIN, 2004), possibilitando que a organização se reconstrua e se readéque, levando em consideração as múltiplas vozes que permeiam seus contextos, pois, assim estaria vislumbrando relações que transcendam os contextos organizacionais, cuidando da vida, da história e da cultura de cada indivíduo.

Por isso, a cada novo momento em que a CR é praticada, considera-se os conhecimentos adquiridos em todo processo. Esta atitude diminui a falta de compreensão ou a distorção do sentido do risco, pois, nesta perspectiva, a CR é aquela que constrói os fatos, que posteriormente serão comunicados e por isso, está muito mais próxima de uma perspectiva da CCO, porque é anterior à concretização da própria ação da organização, e quando é anterior ela é constitutiva da organização, reconhecendo a importância e a necessidade de movimentos interacionais para que as experiências sejam compartilhadas em diálogos, trazendo a CR à uma perspectiva interacional da comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho se propôs a identificar como a CR se revelou no ambiente Shell/Basf. Com isso, percebemos que o ambiente encontrado e o relato dos entrevistados levam a identificar um ambiente de crise e não de um cuidado para que os riscos não se materializassem, emergindo inclusive manipulações de sentido.

Nos relatos constatamos claramente que os entrevistados anseiam serem tratados com respeito e com ética. Se o olhar se direcionar para uma situação de crise e a possibilidade de se evidenciar a CR como estratégia para reverter novas crises, observa-se também que a Basf não agiu pensando nessa possibilidade, muito pelo contrário.

Sendo assim, quando objetivamos compreender como a CR se revelou no caso, evidenciamos aspectos que desvelam a ausência da prática da CR, ao observar a preocupação e o respeito das organizações com a vida das pessoas; o relacionamento entre as partes – organização e *stakeholders*; o envolvimento em torno das discussões e decisões sobre a situação de risco; o conhecimento e o entendimento gerado; e a consciência construída.

Quando observado os princípios teóricos e todas as proposições dos autores, a CR em sua essência não ocorreu. Porém, se analisarmos este caso a partir de uma lente crítica, notamos que houve comunicação, inclusive pode-se afirmar que houve comunicação de risco, mas como um meio e uma ferramenta de manipulação dos sujeitos, com a finalidade de distorcer o sentido do que era comunicado, a fim de não criar uma consciência real sobre os riscos.

Isso nos possibilita fazer uma crítica à teoria da CR, pois esta não aborda situações que possam trazer à tona o quanto a comunicação pode ser usada para cumprir a finalidade da organização: a obtenção do lucro. Acredita-se, com isso que a partir desta dissertação há se iniciar um repensar da teoria da CR, propondo outros olhares e uma visão mais crítica das organizações produtoras do risco na contemporaneidade.

Diante disso, considera-se que essa pesquisa foi de grande experiência para o pesquisador, pois somente com a análise das entrevistas em profundidade é que se identificou a dificuldade de se descrever a Comunicação de Risco como um fenômeno presente, pois suas formas de comunicação, seu processo, e as ações que caracterizam a CR foram praticamente inexistentes nos relatos.

Percebemos que situações de risco tornam as relações laborais muito mais delicadas do que já são, porque envolvem instabilidade, ameaça, medo e perigo à vida

das pessoas. Estas questões transformam os ambientes em espaços de dúvidas e questionamentos, os quais requisitam processos que sugerem aproximações com *stakeholders*, no caso específico dessa dissertação, seus empregados e comunidade, que por meio da CR, podem compreender com consciência, as situações como as vivenciadas.

Refletir sobre estas dificuldades revelou questões que ampliaram o olhar para o processo de CR, trazendo à tona considerações sobre reflexividade, comunicação como constitutiva dos contextos, percepção que gera conhecimento e entendimento a partir da consciência, e sobre o relacionamento entre organizações e seus *stakeholders*.

Essas proposições representam novas possibilidades da CR se tornar uma constante nas organizações, pois considerar e valorizar os sujeitos e suas histórias se tornou a tônica deste trabalho, que pondera que todas as ações, sejam elas ligadas à economia, ao meio ambiente ou à aspectos sociais, devem se pautar nos sujeitos e nas relações que estabelecem com o meio em que vivem.

Assim, estudar o processo de CR como uma prática possível para sustentabilidade, em um caso como o da Shell/Basf, despertou reflexões sobre observar o sujeito enquanto aquele que atua de forma intensa, como um ser humano que tem uma história de vida, um contexto social e cultural que ao ser conhecido por outros, passa a ser valorizado e respeitado, em função das relações que possibilitam troca e crescimento conjunto.

Dentro desta prerrogativa poderíamos dizer que isso nos move para uma comunicação real, uma comunicação efetiva, onde há o entendimento dos sujeitos, trocas e experiências. Organizações que tem ambientes onde, por exemplo, manipulam as informações e não tornem seus processos claros, são ambientes que não condizem com práticas efetivas de CR.

Diante do que foi apresentado e discutido, novos estudos podem emergir no intuito de investigar porque a CR, ainda não é uma prática nos contextos organizacionais; o que leva organizações que se dizem sustentáveis agirem contrariamente ao ser humano e priorizar o lucro acima da vida; e como as organizações entendem a prática da CR, por exemplo, pois acredita-se que uma das dificuldades em não evidenciar práticas efetivas neste campo possa ser a falta de conhecimento sobre ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. L. C.; BERTUCCI, J. L. de O. Gestão estratégica de *stakeholders*: aspectos relevantes na definição de políticas de relacionamento. In: MARCHIORI, M. **Comunicação e organização: reflexões, processos e prática**, p. 191-207, 2010.

ALMEIDA, A. L. C.; SOARES, A. T.; OLIVEIRA, I. L. Comunicação no contexto organizacional: aspectos teóricos-conceituais. In: JESUS, Eduardo de (Org.); SALOMÃO, Mozahir (Org.). **Interações Plurais: a comunicação e o contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2008.

ATESQ – Associação dos Trabalhadores expostos a Substâncias químicas. In: Site do **Sindicato: Químicos Unificados**. Disponível em <http://www.quimicosunificados.com.br/5857/unificados-e-atesq-expoem-crime-shellbasf-na-universidade-federal-do-r-g-do-sul/>. Acessado em maio de 2015.

A&R – **Alino & Roberto e Advogados**. Disponível em: http://www.aer.adv.br/detalha_noticia.php?cod=8623. Acessado em maio de 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ASHCRAFT, K. L., KUHN, T. R.; COOREN, F. **Constitutional Amendments: “Materializing” Organizational Communication**. *Academy of Management Annals*, 3(1), 1–64, 2009

ATSDR. **Fundamentos de Princípios y Praticas para la Comunicación sobre Riesgos para la Salud**. Disponível em <http://www.atsdr.cdc.gov/es/HEC/riskprimer/es_index.html>, Acessado em fevereiro de 2014

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 32, v. 2, p. 14-24, Abr./Jun. 1992.

BASF. **Basf Brasil**. Disponível em http://www.basf.com.br/sac/web/brazil/pt_BR/index Acesso em agosto de 2014.

BECHMANN, G. Riesgo y sociedad post-moderna. In: LÚHAN, J. L.; ECHEVERRÍA, J. (Ed.). **Gobernar los riesgos**. Ciencia y valores em la sociedad del riesgo. Madri: Editora Biblioteca Nueva, 2009.

BECK, U. **Risk Society: towards a new modernity**. Londres: Sage, 1992.

_____. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECK, U.; HOLZER, B. (2007). Organizations in world risk society. In C. Pearson, C. Roux-Dufort, & J. Clair (Eds.), **International handbook of organizational crisis management**. (pp. 3-25). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. doi: <http://dx.doi.org/10.4135/9781412982757.n1>

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **The social construction of reality**: a treatise it's the sociology of knowledge. Garden City, NY: Anchor, 1966.

BERLO, D. **O processo de comunicação**: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BERLO, D. **O Processo de Comunicação**: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 2003, In: MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional**. 2.ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

BERNSTEIN, P. **Desafio aos Deuses**. A fascinante história do risco. EditoraCampus, 8 a.edição. 1997.

BLIKSTEIN, I.; ALVES, M., A.; GOMES, M., T. Nota Técnica: os estudos organizacionais e a comunicação no Brasil. In. Clegg, R; Hardy, C; Nord, W. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2009. V3. P. 126-150.

BOFF, L. **Sustentabilidade o que é**: o que não é. Editora vozes. Rio de Janeiro, 2012.

BRITO, O. S. de. **Controladoria de risco**: retorno em instituições financeiras. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARVALHO. D. F. Desenvolvimento Sustentável e seus limites teóricos-metodológicos. In. FERNANDES, Marcionilda; GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém. Associação de Universidades Amazônicas, 2013, p. 197-234.

CHENEY, G. **On the various and changin meanings of organizational mampership**: a field study of organizational identification. Communication Monographs, v. 50, p. 343 – 363, 1983.

CRAIG, R. T. **Communication Theory as a Field**. Communication Theory, 1999.

COSTA; D. V.; TEODÓSIO, A. S. S. Desenvolvimento Sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des) articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, V. 12, n. 3. Maio/Junho 2011.

COVELLO, V. **The perception of technological risks**: a literature review. Technological Forecasting and Social Change, 23:285-297. 1983.

COVELLO, V.; SANDMAN, P. **Risk Communication: facing public outrage**. EPA Journal, pgs.21-22, 1987.

_____. Risk communication: an emerging area of health communication Research. In. DEETZ, S. A. (Ed.), **Communication yearbook 15**. Newbury Park, CA: Sage, 1992.

COVELLO, V.; P. Sandman. Risk communication: Evolution and Revolution, in Wolbarst A. (ed.) **Solutions to an Environment in Peril**. Baltimore, MD: John Hopkins University Press, 2001: 164-178

COVELLO, V.; et al. Risk Communication, the West Nile virus epidemic, and bioterrorism: responding to the communication challenges posed by the intentional or unintentional release of a pathogen in an urban setting. **Journal of Urban Health, Oxford**, v.78, n.2, p.382-391, 2001

CVETKOVICH, G.T.; LOFSTEDT R. E. (Eds.) **Social Trust and the management of risk**. London: Earthscan. 1999.

DEETZ, S. Critical Theory. In MAY, S., MUMBY, D. (ed.). **Engaging organizational communication theory e research: multiple perspectives**. Beverly Hills, CA: SAGE, 2005, p. 85 – 111.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers**. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, California, 1982

DOUGLAS, M. **Risk Acceptability according to the social sciences**. Routledge & Kegan Paul, London, 1986

FISCHHOFF, B. **Risk Perception and Communication Unplugged: twenty years of process**, Risk Analysis, 15:137-145, 1995

_____, **Public Values in Risk Research**. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science May, 1996. 545:75-84

FISCHHOFF, B.; BOSTROM, A.; QUADREL, M. J. **Risk Perception and Communication**. Annu Ver. Public Health. 1993. Vol. 14, p.183-203, 1993.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GODOI, C. K. BALSANI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOI, C. K. Perspectivas de Análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 376-401.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-146.

GODEMANN, J.; MICHELSEN, G. (Editors). **Sustainability Communication: Interdisciplinary Perspectives and Theoretical Foundations**. Springer, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982

GOLDENBERG, M. **A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências**

sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONÇALVES, M. A. S. **Estudo de caso: reflexões sobre paradigmas**. Unirevista - Vol. 1, nº 1:19-22 - janeiro 2006. ISSN 1809-4651

GURABARDHI, Z., GUTTELING, J. M. & KUTTSCHEUTER, M. **The Development of Risk Communication: An Empirical Analysis of the Literature in the Field**. Science Communication, Vol. 25, Nº 4, June-2004

HANNIGAN, J. Sociologia Ambiental como um campo de pesquisa. In: HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Editora Vozes, 2009.

HATHAWAY, M.; BOFF, L. O Tao da Libertação: explorando a ecologia da transformação. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2012.

HEATH, R. L. Thousand Oaks. **Handbook of public relations**: Sage Publications, 2000.

HUBERMAN, L. **A História da riqueza do homem**. Editora Zahar. 16ª Edição. Ano. 1981.

IBGC - **Instituto Brasileiro De Governança Corporativa**. Guia de orientação para o gerenciamento de riscos corporativos. São Paulo: IBGC, 2007. Disponível em: < <http://www.ibgc.org.br/userfiles/3.pdf> > Acesso em: Abril de 2014.

JANES, M. W.; MARQUES, M. C. C. A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de Comunicação de risco via rádio na grande São Paulo. **Revista Saúde e Sociedade** – São Paulo, 2013. p. 1205-1215.

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) [online]. 2011, vol.12, n.3, pp. 21-50. ISSN 1678-6971.

KASPERSON, R. E., REN, O. SLOVIC, P. BROWN, H. S., EMEL, J., GOBLE, R., KASPERSON, J. X. & RATICK, S. The Social Amplification of Risk: A Conceptual Framework. In: **The Social Contours of Risk: publics, risk communication and the social amplification of risk**. Earthscan, London, 2005

KRIMSKY, S; PLOUGH, A. **Environmental Hazards: Communicating Risks as a social process**. Westport, Connecticut: Auburn House. 1988.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Discursos Sustentáveis**. Cortez Editora, 2010. São Paulo.

_____. **O Saber Ambiental**. Editora Vozes, 2013. Petrópolis, RJ.

LEISS, W. Three phases in the evolution of risk communication practice. Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 545, **Challenges in Risk Assessment and Risk Management**, 1996.

LEISS, W.; KREWSKI, D. Prospects and Problems in Risk Communication. Institute of risk research, 1992. In: Leiss, William. **Prospects and Problems in Risk Communication**. 1992.

LINSMEIER, T.; PEARSON, N. **Risk measurement: an introduction to value at risk**. 1996. Disponível em: < <http://www.exinfm.com/training/pdffiles/valueatrisk.pdf> > Acesso em: jan. 2014.

LUNDGREN, R.; MCMAKIN, A. Risk Communication. **A handbook for communicating environmental, safety, and health risks**. 3ed. Battelle Press, 2004.

_____. Risk Communication. **A handbook for communicating environmental, safety, and health risks**. 4ed. IEEE Press, 2009.

MACIEIRA, A. **Para combater a miopia organizacional / gestão de riscos**. 2009. Disponível em: <<http://www.brasiliano.com.br/blog/?p=1540>> Acesso em: out. 2013.

MARCHIORI, Marlene. **Comunicação e Organizações: reflexões, processos e práticas**. São Caetano do Sul, SP: Difusão editora, 2010.

MARCHIORI, M. Imbricating Organizational Culture and Communication: a Brazilian Case Study. Proceedings from 61th **ICA Conference, Boston, EUA**, 2011.

MARCHIORI, M; BULGACOV, S. Cultura e comunicação: perspectivas metateóricas. In. MARCHIORI, M. **Perspectivas Metateóricas da Cultura e da Comunicação**. São Caetano do Sul. SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac, 2013.

MARCHIORI, M. **Perspectivas Metateóricas da Cultura e da Comunicação**. São Caetano do Sul. SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac, 2013.

McCOMAS, K. A. Community Engagement and Risk Management. Risk communication. In: HEATH R. L. (Ed.). **Encyclopedia of public relations. Thousand Oaks, CA: Sage**; 2005.

MCPHEE, R. D.; ZAUG, P. **The communicative constitution of organizations: A framework for explanation**. Electronic Journal of Communication, 10, 2000.

MEAD, G. **Espiritu, Persona y Sociedad: Desde el punto de vista del conductismo social**. Barcelona: Paidós, 1934.

_____. **Mind, self, & society from the standpoint of a social behaviorist**. Ed. C. W. Morris. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

MILLER, K. **Communication Theories: perspectives, processes, and contexts**. New York: MC Graw Hill, 2005.

MOL, A. P. J. A globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: a teoria da modernização ecológica. In. HERCULANO, S. C.; SOUZA PORTO, M. F. de; FREITAS, C. M. de (orgs). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças nas teorias das

organizações. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O.. **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 12-33.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Improving Risk Communication. **National Academy Press**. Washington, D.C. , 1989.

NETTO, J., T., C. **Semiótica, Informação e Comunicação**. Editora Perspectiva, 1980.

OLIVEIRA, A. J. F. de. **Método para avaliação de risco operacional em bancos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, I.; PAULA, A. de. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** 2ed. São Paulus, 2008.

PADOVEZE, C. L.; BERTOLUCCI, R. G.. Proposta de um Modelo para o Gerenciamento do Risco Corporativo. In: **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 25., Anais... Porto Alegre, 2005.

PALENCAR, M. J. Risk communication. In: **HEATH R. L. (Ed.). Encyclopedia of public relations**. Thousand Oaks, CA: Sage; 2005.

PANHOCA, L. **Administração do risco de propostas e estudos de viabilidade na indústria aeronáutica brasileira: uma abordagem de controladoria**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PONT, C. **Analysis of information sources and respect for professional ethics in crisis situations: the media treatment of Barcelona's Carmel case**. Quaderns del CAC, n.31-32, p.127-33, July 2008 - June 2009.

PLOUGH, A.; KRIMSKY, S. **The Emergence of Risk Communication Studies: Social and Political Context**. Science, Technology, and Human Values 12. Nos. 3 and 4, pp. 4-10. 1987

PRESTES MOTTA, F. C. **Burocracia e autogestão: proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRESTES MOTTA, F. C.; PEREIRA, L. C. B. **Introdução à Organização Burocrática**. Editora brasiliensense s.a. São Paulo, 1983.

PUTNAM, L. L. The interpretative Perspective: na alternative to functionalism. In: PUTNAM, L. L.; PACANOWSKY, M. E. (eds.). **Communication and Organizations – An Interpretative Approach**, Beverly Hills, CA: Sage, 1983. P. 31 – 54.

RENN, O. **The role of stakeholder involvement in risk communication**. Center of Technology Assessment Industry. Stuttgart, Germany. 1991.

RENN, O.; LEVINE, D. Credibility and Trust in Risk Communication: In: R.E. Kasperson e P.J.M. Stallen (Eds.), **Communicating Risks to the public**. The Hague: Kluwer, 1991.

RENN, O. **Risk Communication: towards a rational discourse with the public.** Journal of Hazardous Materials, Vol. 29, p.465-519, 1992.

RESE, N.; CASALI, A. M.; CANHADA, D. I. D. Reflexões iniciais sobre comunicação organizacional na abordagem da estratégia como prática social. **Gestão e Sociedade**, vol. 5, n. 10, p. 4256, 2011.

RIBEIRO, R. R.; MARCHIORI, M.; CONTANI, M. L. Comunicação e reflexividade nas organizações. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Faces da Cultura e da Comunicação Organizacional: liderança e comunicação interna.** São Caetano do Sul: Difusão / SENAC, 2014. v. 6, p. 63-78.

RINALDI, A. **A Importância da Comunicação de risco para as organizações.** Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente) - Centro Universitário SENAC, São Paulo, 2007.

RINALDI, A.; BARREIROS, D. A importância da CRs para as organizações. **Revista ORGANICOM: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo, n. 6, v. 4, 1º sem., 2007.

SANDMAN, P. M. **Explaining environmental risk: some notes on environmental risk communication.** Washington: Environmental Protection Agency; 1986.

_____. Risk communication: facing public outrage, **Environmental Protection Agency Journal.** Nov. pp.21-22. 1987.

SANTOS, P. S. M. dos. **Gestão de riscos empresariais: um guia prático e estratégico para gerenciar os riscos de sua empresa.** São Paulo: Novo Século, 2002.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **A teoria matemática da comunicação.** 11. ed. São Paulo: DIFEL, 1975.

SHELL BRASIL – **Shell Brasil S.A.** Disponível em <http://www.shell.com/bra.html>. Acessado em agosto de 2014

SLOVIC, P. **Perception of Risk.** In Science, New Series, Vol. 236, Nº 4799, 1987.

_____. **The Perception of Risk. Risk, society and policy series.** Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA, 2002.

_____. **A difficult balance: Risk perception and risk communication in an age of terrorism.** Paper prepared for the Terrorism Task Force of the American College of Neuropsychopharmacology, 2003.

SLOVIC, P.; FISCHHOFF, B. e LICHTENSTEIN, S. **Facts and fears: understanding perceived risk.** New York: Plenum Press. 1980.

SMITH, R. C.; EISENBERG, E. M. **Conflict at Disneyland: A root-metaphor analysis.** Communication Monographs, 54, 367 – 380, 1987.

SMITH, K. **Environmental Hazards – assessing risk and reducing disaster.** Rowledge physical environment series. New York, 1992

SMITH, J. **Risk Communication Primer**. UVM Extension Dairy Specialist, September 2013. Disponível em: <http://www.uvm.edu/extension/eden/pdfs/2013-risk-communication-primer.pdf>. Acessado em maio de 2014.

SMIRCICH, L. Implications for management theory. In. PUTNAM, L.L.; PACANOWSKY, M. E. (eds). **Communication and Organizations**: na interpretative approach. Beverly Hills, CA: Sage, 1983.

SOARES, ANA. T. Comunicação e Organizações sob a influência da complexidade e do risco: uma análise conceitual. In: JESUS, Eduardo de (Org.); SALOMÃO, Mozahir (Org.). **Interações Plurais: a comunicação e o contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2008.

VAUGHAN, E. J. **Risk Management**. Hardcover, 1996

APÊNDICES

APÊNDICE I: PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DE RISCO (IMAGEM AUMENTADA)



APÊNDICE II: IMAGENS ATUAIS DA REGIÃO DO CASO SHELL/BASF (IMAGEM AUMENTADA)



**Planta Shell/Basf – Desocupada
Acesso impedido**

**Área restrita de reconstrução ambiental –
responsabilidade Shell**



**Entrada no Bairro
contaminado Local de
atuação Shell e Basf**



**Planta Shell/Basf – ao
fundo empresa Kraton
Polymers do Brasil S. A.**

ANEXOS

UNIFICADOS Crime Shell/Basf



Derrotadas, Shell/Basf assumem documento de obrigações no TST

Vitória histórica do Unificados/ Atesq cria referência na defesa da saúde do trabalhador

A Shell Brasil e a Basf S.A. assinaram e assumiram uma série de obrigações junto a seus ex-trabalhadores e à comunidade da região em audiência realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em Brasília, na manhã 08 de abril de 2013. O termo oficial foi também assinado pelo Unificados, Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (Atesq – formada pelos ex-trabalhadores Shell/Basf), Ministério Público, ministro-presidente do TST, Carlos Alberto Reis de Paula e ministra relatora Delaide Miranda Arantes.

Derrota formalizada

Assinar e assumir as obrigações significou a formalização da derrota da Shell e da Basf na luta que contra elas travaram por 12 anos o Unificados e os ex-trabalhadores das duas multinacionais, com a participação de diversas entidades do movimento

social, parlamentares e pessoas comprometidas com a defesa da saúde e do meio ambiente, em reação à contaminação ambiental e humana cometida por ambas na planta industrial situada no bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia/SP.

Em Brasília, a definitiva

Em 2002 o Unificados e os ex-trabalhadores das duas multinacionais entraram com ação na Justiça do Trabalho, em Paulínia. Elas foram condenadas e sentenciadas pela juíza da 2ª Vara do Trabalho do município, em agosto de 2010, em 1ª instância.

A Shell e a Basf recorreram então à 2ª instância. E em abril de 2011 o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Campinas, confirmou a condenação de Paulínia e manteve a sentença.

As duas multinacionais recorreram então à 3ª instância, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. Por meio do ministro João Antonio Dalazen, foram realizadas três audiências em busca de um acordo, ocorridas no próprio TST nos dias 14 e 28 de fevereiro e 5 de março últimos.

Vitória marcante contra dois adversários de peso

Esta ação contra a Shell/Basf é uma das maiores pendências trabalhistas, em valores e em número de envolvidos, na história da Justiça no país, conforme afirmou o ministro do TST João Antonio Dalazen. Uma vitória dos trabalhadores contra duas gigantes multinacionais, com poder econômico e político superiores ao de muitos países do planeta. E Shell e Basf não economizaram nesta batalha contra os trabalhadores. Desde o início, ainda em 2002, contrataram, com altos custos, peritos que negavam a real dimensão da contaminação.

As duas multinacionais contrataram advogados com reconhecimento nacional e internacional, como, por exemplo, os Dallari. Também contrataram como advogados, assessores, consultores e lobistas ex-integrantes de diversos níveis do poder judiciário brasileiro. Entre eles Almir Pazzianotto, ex-integrante do próprio TST e ex-ministro do Trabalho no governo do presidente José Sarney.



Ministros, segurando o documento oficial, já assinado, com os trabalhadores, sindicalistas e advogados do Unificados e da Atesq, ao final da sessão no TST, em 8 de abril, em Brasília

Luta cria referência na Justiça

Com o acordo no TST, após uma longa luta de 12 anos, as duas multinacionais finalmente pagarão pelo crime de contaminação por agrotóxicos (pesticidas, venenos), produtos que produzia, em seus ex-trabalhadores no período de 1974 a 2002 na planta industrial em Paulínia/SP.

Durante estes 28 anos, os trabalhadores nunca foram informados do risco a que estavam expostos e os exames médicos periódicos não eram divulgados de forma clara, precisa e objetiva.

Com o acúmulo de provas de que, desinformados, manipulavam substâncias químicas contaminantes e perigosas à saúde, com a dimensão que deram à luta na defesa de seus direitos e com a participação ativa e solidária na causa de várias entidades e pessoas comprometidas com a saúde e a vida, os trabalhadores não tiveram que provar o chama-

do "nexo causal" entre os sintomas de doenças que apresentam com o trabalho exercido na Shell/Basf. Foi a primeira vez que isso ocorre em tribunais.

Com essa dispensa do "nexo causal" ficou criado na Justiça trabalhista brasileira um novo paradigma, um

novo padrão: A simples exposição do trabalhador a qualquer substância ou produto contaminante já garante a necessidade de acompanhamento de sua saúde, uma responsabilidade que todas as empresas, em qualquer ramo de atividade, terão que assumir.

Na Regional Campinas do Sindicato Químicos Unificados, ao final da assembleia, trabalhadores votam e aprovam aceitação do acordo, em 08 de março de 2013



Os termos do acordo

- A Shell e a Basf pagarão indenização a título de dano moral coletivo no valor total de R\$ 200 milhões que serão revertidos a pessoas jurídicas, de reconhecido saber na área, indicadas pelo Ministério Público do Trabalho por petição nos autos. A entidade interessada deverá apresentar ao Ministério Público do Trabalho programa em que se explicita a atividade ou investimento destinado à pesquisa, prevenção e tratamento de trabalhadores vítimas de intoxicação ou adoecimento decorrentes de desastres ambientais, contaminação ambiental, exposição a substâncias tóxicas ou acidentes de trabalho que envolvam queimaduras, preferencialmente na região metropolitana de Campinas.
- Pagamento ao conjunto dos trabalhadores de 70% do valor da sentença a ser definido em cálculo judicial, com juros e correção monetária. Esse valor será encontrado a partir de uma equação individual que levará em conta o tempo trabalhado nas duas multinacionais mais o período em que os ex-trabalhadores e dependentes habilitados ficaram descobertos em relação à saúde.
- A Shell e a Basf reconhecem o total de 1.068 trabalhadores atingidos, conforme cadastro realizado e apresentado pela Atesq e pelo Unificados. Outros 76 ex-trabalhadores que entraram com ações judiciais individuais podem aderir a este acordo, caso desistam do processo que movem em nome próprio.
- A Shell assumirá o custeio prévio e integral da assistência ampla, plena e vitalícia à saúde, a ser prestada por entidades hospitalares, clínicas especializadas e consultórios médicos, psicológicos, nutricionais, fisioterapêuticos, odontológicos e terapêuticos no estado de São Paulo, inclusive com o fornecimento de medicamentos relacionados ao tratamento de saúde e constantes de prescrição médica, em favor dos trabalhadores e seus filhos nascidos durante ou após o vínculo empregatício, independentemente da comprovação denexo causal.

Resumo do documento

Para ler um resumo das principais cláusulas das obrigações assumidas pela Shell/Basf visite o site do Unificados: www.quimicosunificados.com.br >>> Crimes Ambientais (quase ao pé da capa) >>> Caso Shell, onde também se encontra toda a história desta contaminação e a lutas dos trabalhadores e do sindicato.



Trabalhadores, sindicalistas e seus advogados (de frente), os ministros (esq) e representantes das empresas (costas), em audiência no TST, em Brasília (à esquerda). Mauro Bandeira (esq) e Antonio de Marco Rasteiro, coordenadores da Atesq e ex-trabalhadores Shell/Basf, assinam o documento no TST, em Brasília (abaixo)



Valdir de Souza (em pé), Ariei Medeiros e Glória Nozella, dirigentes do Unificados, participam da assinatura do documento, junto com o advogado Vinicius Cascone (2º à esq)





Protesto contra Shell/Basf no Dia Mundial do Meio Ambiente em junho de 2005

Imagens da história

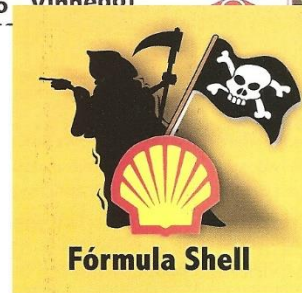
Algumas imagens destes 12 anos de luta do Unificados e dos ex-trabalhadores Shell/Basf.

Para ler tudo sobre este crime ambiental Shell/Basf e ver imagens, vídeos e documentos do processo acesse www.quimicosunificados.com.br >>> Crimes Ambientais (quase ao pé da capa) >>> Caso Shell.

Longa metragem contará a luta

“O Lucro Acima da Vida” será um filme longa-metragem que contará a luta dos trabalhadores e de suas entidades representativas contra o crime de contaminação ambiental e humana cometido pelas multinacionais Shell Brasil e Basf S.A., em Paulínia.

A Atesq, formada pelos ex-trabalhadores Shell/Basf para organizar suas lutas, é idealizadora deste projeto. Para mais informações sobre o filme acesse <http://casoshell.wix.com/lucro-acima-da-vida>.



Um dos primeiros logos criados pelo Unificados contra o crime Shell/Basf



Unificados e Atesq recebem premiação pela luta nos Estados Unidos, em 2009



Protesto em frente à Justiça do Trabalho de Paulínia-SP, em maio de 2009



Vídeo sobre contaminação Shell/Basf é premiado na 5ª Mostra CineTrabalho, na Unesp Marília, em maio de 2010



Reunião com ex-trabalhadores Shell/Basf para orientações sobre assistência médica, plano de saúde e indenizações, dia 16 de abril de 2013, em Campinas



→ Outras consequências

- ⊙ Trabalhador relata que teve dois filhos com má formação no cérebro (anencefálico), antes da segunda gestação. A gestante submeteu-se a tratamento rigoroso, com garantia de gestação saudável, mas não foi possível.
- ⊙ 2005 - Alterações na tireoide: os trabalhadores se apresentaram com limites 166 vezes acima do normal de um estudo realizado em Campinas, com vinte casos de câncer em homem. Uma alteração muito rara.
- ⊙ Um universo de 69 trabalhadores submeteu-se a exame de espermograma. Nenhum apresentou esperma suficiente para gerar filho.
- ⊙ O rio Atibaia, supre água para uma população em torno de dois milhões de pessoas, também recebeu contaminantes. Na margem oposta à planta industrial da Shell/Raizen e Basf foram encontrados 1,2 de cloro etano.
- ⊙ População do entorno: No bairro Recanto dos Pássaros, com 66 chácaras, foram contaminados cacimbas, criações, frutas, verduras, animais, paredes das casas e o solo.
- ⊙ Moradores do bairro com alterações de saúde. Em 2003, a prefeitura de Paulínia/SP interditou o bairro, realocando toda população.
- ⊙ 2007 Ministério da Saúde: Através de análise química na poeira contida nas paredes dos prédios industriais, foi confirmada a presença de dioxinas e furanos, substâncias extremamente tóxicas.

Hoje

Hoje, com a plena consciência da exposição de nossa vida laboral dentro do site, sabemos que fomos e continuaremos vítima de intoxicações crônicas, cujos efeitos são tardios, em períodos incertos e diferenciados em relação a cada trabalhador. Sabemos também que as alterações de saúde podem atingir, em tese, até nossa terceira geração.

Hoje, a nossa luta é para tentar reverter este quadro, em defesa da saúde dos trabalhadores que

ainda vivem. Queremos viver um pouco mais, mas sabemos que não estamos livres desta desgraça que nos atingiu.

Hoje, a expectativa de vida em nossa região é estimada em 72 anos. E também a Shell/Raizen e Basf nos tiraram este sonho.

Assim, pedimos: Sentença já! Sem direito à continuidade do uso de recursos protelatórios, no processo TST-RR-22200-28.2007.5.15.0126.

- Sindicato Químicos Unificados
- Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (Atesq)
- Federação dos Trabalhadores no Ramo Químico no Estado de São Paulo
- Intersindical

ANEXO IV: MATERIAIS ESTUDADOS SOBRE O CASO

A contaminação de trabalhadores e do meio ambiente no bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia/SP, pela Shell Brasil S.A.

A história

Contaminação de trabalhadores e do meio ambiente no bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia/SP



A exposição e contaminação por organoclorados Aldrin, Endrin e Dieldrin de 844 trabalhadores, de 220 moradores de 66 chácaras e do meio ambiente no bairro Recanto dos Pássaros e a do lençol freático próximo ao rio Atibaia, que serve como importante manancial de abastecimento de água para cerca de 2 milhões de moradores na Região de Campinas, é o resultado do crime ambiental cometido de forma deliberada pela Shell Brasil S.A. em sua planta de Paulínia/SP.

Esses produtos químicos, utilizados como agrotóxicos, são tidos como altamente persistentes, tóxicos, bioacumulativos no organismos humano e potencialmente carcinogênicos, significando dizer que, mesmo em microdosagens, elevam o risco de desenvolver intoxicação crônica insidiosa, com efeitos muitas vezes irreversíveis se não diagnosticada a tempo. É muito importante ressaltar que o agrotóxico produzido e manipulado por este contingente de trabalhadores foi desenvolvido e patenteado pela própria Shell, cuja criação e formulação é mantida em segredo pela empresa.

A comercialização desses produtos foi interrompida em 1985 por força da Portaria nº 329 de 2 de setembro de 1985 do Ministério da Agricultura, sendo permitida somente a comercialização de iscas para formigas e cupinídeos elaborados a base de Aldrin e, em 1998, através da Portaria nº 12 do Ministério da Saúde, foram completamente proibidos. Atualmente, tais produtos foram incluídos na lista dos 12 poluentes orgânicos persistentes (P.O.Ps) a serem banidos pela Organização das Nações Unidas (O.N.U.).

A contaminação vem ao conhecimento público

Quando em 1994 a Shell negociava a venda dessa sua planta industrial para a Cyanamid Química, para a conclusão das negociações foi obrigada a realizar uma perícia sobre as conseqüências para o meio ambiente dessa sua manipulação desses produtos. Essa perícia concluiu ter ocorrido contaminação no lençol freático devido à rachadura encontrada em piscina de contenção de resíduos.

A empresa precisou então fazer uma autodenúncia ao Ministério Público e foi então elaborado um Termo de Ajustamento de Conduta, no qual ela foi responsabilizada pela construção de uma estação de tratamento de toda a água que passa por baixo dessa área de terra. Mesmo assim, a Shell nunca admitiu qualquer contaminação ou vazamento de drins.

- O "Caso Shell" nos Estados Unidos

Em dezembro de 1970, a agência de defesa ambiental entrou com uma petição junto a agência de proteção ambiental visando o cancelamento e a suspensão de todos os registros de aldrin e dieldrin, dois inseticidas a base de hidrocarboneto cloridrado, ambas perigosas ao meio ambiente. Em março, a agência de proteção ambiental anunciou o cancelamento de todos os registros de aldrin e dieldrin, mas, tal qual o DDT, a suspensão foi recusada. Em virtude da Shell ter apelado desses cancelamentos não houve mudança nos procedimentos de uso, até decisão final.

Uma moção governamental para cancelar a ação da agência de defesa contra o conselho de recursos hídricos foi negada por um juiz distrital de Washington. No dia 08 de março de 1973, um juiz distrital do estado de Arkansas impediu a construção de um canal ligado a esse projeto, isso preveniu novo impacto ambiental. A companhia Shell, produtora destes pesticidas, confirmou o potencial cancerígeno durante recentes testes em camundongos. A conclusão que os camundongos não são animais próprios para avaliação de perigos ou de ameaças cancerígenas em humanos.

Aldrin e dieldrin são manufaturados pela Shell química, são primariamente usados para controlar pragas que atacam plantações de milho. Aproximadamente 13 milhões de libras destes inseticidas foram produzidos para uso doméstico no último ano, e quase 90% desta quantia foi usada nos milharais. Esses inseticidas são mais tóxicos que o DDT, devido ao fato de não se degradarem no meio ambiente, eles são absorvidos por plantas e animais, contaminado desta forma suprimentos alimentares humanos. Esses inseticidas se acumulam nos corpos dos humanos e dos animais.

No dia 23 de março, a agência de proteção ambiental a comercialização de aproximadamente 5 milhões de galinhas no Mississippi, porque estas continuam até 03 partes por milhão do inseticida dieldrin. Essa quantia é 10 vezes superior ao estipulado por essa agência. Dieldrin causa câncer em animais de laboratório em concentrações tão baixas como 0,1 PPM. O departamento de defesa do meio ambiente desde agosto de 1973 tem tomado parte em audiências referentes ao cancelamento de registros do aldrin e dieldrin. O aldrin se converte em dieldrin no meio ambiente, ambos pesticidas são fabricados pela Shell Química.

Audiências estão em andamento em Washington referente a intenção pela agência de proteção ambiental de suspender a produção dos pesticidas aldrin e dieldrin. O administrador desta agência, Russel e Train, descobriu que esses pesticidas são um perigo iminente para a saúde pública. Para evitar a suspensão a Shell terá de provar que esses pesticidas são seguros. A agência de proteção e a agência de defesa ambiental se opuseram a continuação da produção destes pesticidas devido aos mesmos causarem câncer em animais de laboratório e contaminam facilmente a alimentação humana. Evidências científicas apresentadas por essas agências incluindo autoridades em cânceres causados por produtos químicos indicam que experimentos laboratoriais dosagens de dieldrin abaixo de 0,1 PPM causam tumores malignos em camundongos e ratos. Alguns alimentos humanos contem dieldrin nesta concentração. Os experts afirmam sem sombra de dúvida que dieldrin representa um perigo extremo de câncer para o homem e que os níveis atuais destes pesticidas no meio ambiente são milhões de vezes maior do que poderia ser calculado como sendo um risco social aceitável de câncer. Devido ao fato destes pesticidas serem persistentes e hidrocarboneto cloridrado eles não são biodegradáveis, eles são absorvidos por plantas, animais, seres humanos.

Em abril, a corte de apelações dos distritos de Columbia, confirmou o fim da produção destes pesticidas. Esta corte também ordenou a agência de proteção ambiental para levar em consideração a requisição da agência de defesa ambiental de estender a venda e o uso dos estoques existentes destes pesticidas, como resultado da decisão desta corte, a companhia Shell produtora deste pesticidas, decidiu descontinuar a produção e venda para uso nos Estados Unidos. Quimicamente

- Resultados preliminares de exames realizados pelo sindicato em ex-trabalhadores

Sindicato prova contaminação da Shell



Dr. Roberto C. Ruiz (esq.); Arlei Medeiros, dirigente sindical e Antonio De Marco Rasteiro, ex-trabalhador da Shell Brasil S.A.

A Regional de Campinas do Sindicato Químicos Unificados provou com exames clínicos e laboratoriais que a Shell Brasil S.A. contaminou seus trabalhadores da fábrica em Paulínia, fato que a empresa se recusa a admitir mesmo com seu histórico de contaminações ambientais já comprovadas no Recanto dos Pássaros, em Paulínia, e na Vila Carioca, em São Paulo. Segundo trabalho do Dr. Roberto Ruiz, assessor médico do sindicato, em cerca de 72% dos trabalhadores examinados foram constatados resultados compatíveis com exposição e intoxicação com origem no local de trabalho, no caso a Shell. Em razão das dificuldades financeiras, já que esses exames são caros e foram custeados pelo próprio sindicato, 11 companheiros foram analisados do total de 840 que trabalharam na Shell. Em Ação Civil Pública movida pelo sindicato contra a Shell, a Regional de Campinas pede, entre outros pontos, que a empresa seja condenada pela Justiça a realizar exames em todos os trabalhadores, supervisionados pelo Dr. Ruiz, e a custear todo o tratamento necessário aos contaminados.

RESULTADOS PRELIMINARES DA INVESTIGAÇÃO ENTRE EX-TRABALHADORES SHELL

Limitações por imposições econômicas

- Amostra reduzida (total de 11 trabalhadores no resultado final);
- Ausência de mais profissionais na equipe (neurologista, psicóloga, hepatologista, etc.)

Objetivo

O objetivo desta nossa avaliação foi bem preciso:

- Ter uma possibilidade mínima de afirmar ou negar a probabilidade da ocorrência de intoxicações químicas entre os ex-trabalhadores da Shell;
- Demonstrar a necessidade da intervenção das autoridades públicas, no sentido da composição de equipe técnica isenta e idônea para avaliação e seguimento para o universo total de ex-trabalhadores.

Método

Os resultados ora apresentados foram concluídos a partir de:

- Exame clínico (realizado por um só médico, devido à limitação econômica para composição de uma equipe multidisciplinar);
- Análise de exames laboratoriais (usamos exames que os trabalhadores já tinham, em razão de não dispormos de recursos para a realização de novos exames);
- Análise de biópsia de tecido gorduroso, com dosagem de produtos organoclorados (financiado com recursos próprios do sindicato). Resultados
- 100% dos trabalhadores examinados têm uma ou mais alterações de saúde;
- Destes, 72,72 % têm sinais e sintomas que podem ser plenamente compatíveis com a exposição e intoxicação ocupacional.
- As alterações compatíveis com exposições ocupacionais encontradas são: alterações hepáticas

- A contaminação no Recanto dos Pássaros, em Paulínia/SP

A Shell Química fabricou agrotóxicos em Paulínia, cidade do interior do Estado de São Paulo entre 1975 e 1993. Durante este período, a empresa contaminou o lençol freático nas proximidades do rio Atibaia, um importante manancial da região, com os organoclorados aldrin, endrin e dieldrin. Três vazamentos destes componentes químicos foram oficialmente registrados durante os anos de produção. A comercialização destes produtos foi interrompida no Brasil em 1985, através da Portaria 329 de 02 de setembro de 1985 do Ministério da Agricultura, sendo ainda permitida a comercialização de iscas para formigas e cupinicida destinados a reflorestamentos elaborados a base de Aldrin. Entretanto a fabricação para exportação continuou até 1990. Em 1998, através da Portaria n.º 12 do Ministério da Saúde, estes produtos foram completamente proibidos. Hoje os “drins” também são banidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) por estarem associados à incidência de câncer e a disfunções dos sistemas reprodutor, endócrino e imunológico.

Em 1994, quando a Shell estava prestes a vender a área para a Cyanamid Química, foi realizado um levantamento do passivo ambiental da unidade para que a transação fosse concluída. Foi identificada uma rachadura numa piscina de contenção de resíduos que havia contaminado parte do freático. A empresa realizou uma autodenúncia junto ao Ministério Público, que deu origem a um Termo de Ajustamento de Conduta. A Shell teve que se encarregar da construção de uma estação de tratamento que processa toda a água que passa por baixo do terreno. Entretanto, ela não admitiu qualquer contaminação com drins, nem vazamentos para fora do seu terreno. A nova proprietária da unidade, a Cyanamid, acabou vendendo a fábrica para a indústria química alemã Basf em dezembro de 2000.

Em 1996, a Shell encomendou dois laudos técnico sobre a contaminação do lençol freático fora da área da empresa aos laboratórios do Instituto Adolpho Lutz, de São Paulo, e Lancaster, dos Estados Unidos. O laboratório brasileiro não detectou a presença de contaminantes, mas o norte-americano confirmou a presença de drins na água do subsolo. A Shell manteve em sigilo o relatório do laboratório Lancaster até março de 2000, alegando que o seu resultado foi um “falso positivo”. Na época, a agência ambiental paulista, a Cetesb, recolheu, pela primeira vez, amostras de poços e cisternas do bairro, que foram analisados pela própria Cetesb, pelo laboratório Ceimic, contratado pela Shell e pelo laboratório Tasqa, pago pela Prefeitura de Paulínia. Os exames constataram a presença de dieldrin na água.

Em dezembro de 2000, novas amostras foram coletadas pela Cetesb, o Instituto Adolfo Lutz e o laboratório Ceimic. As análises comprovaram a contaminação da água dos poços com níveis até 11 vezes acima do permitido na legislação brasileira. Diante de tais resultados, pela primeira vez a Shell admitiu ser a fonte da contaminação das chácaras da redondeza.

O caso ganha, definitivamente, espaço na imprensa. Em fevereiro de 2001, cerca de 100 moradores da região fizeram uma vigília de vários dias em frente à fábrica. Em abril, a Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública em Brasília para discutir o assunto e criou uma comissão para acompanhar seus desdobramentos. Na mesma época, um ex-funcionário da empresa confirma a existência de quatro aterros clandestinos dentro da área da fábrica, onde a Shell depositava cinzas do incinerador e resíduos industriais. Na seqüência, a Cetesb admite que errou ao não solicitar uma avaliação das condições do solo e da água do Recanto dos Pássaros.

Inicia-se uma etapa de avaliações da saúde dos vizinhos da fábrica. A Prefeitura de Paulínia pediu ao laboratório da Universidade Estadual Paulista (Unesp) para que realizasse exames de sangue.

- Resultados preliminares de exames realizados pelo sindicato em ex-trabalhadores

Sindicato prova contaminação da Shell



Dr. Roberto C. Ruiz (esq.); Arlei Medeiros, dirigente sindical e Antonio De Marco Rasteiro, ex-trabalhador da Shell Brasil S.A.

A Regional de Campinas do Sindicato Químicos Unificados provou com exames clínicos e laboratoriais que a Shell Brasil S.A. contaminou seus trabalhadores da fábrica em Paulínia, fato que a empresa se recusa a admitir mesmo com seu histórico de contaminações ambientais já comprovadas no Recanto dos Pássaros, em Paulínia, e na Vila Carioca, em São Paulo. Segundo trabalho do Dr. Roberto Ruiz, assessor médico do sindicato, em cerca de 72% dos trabalhadores examinados foram constatados resultados compatíveis com exposição e intoxicação com origem no local de trabalho, no caso a Shell. Em razão das dificuldades financeiras, já que esses exames são caros e foram custeados pelo próprio sindicato, 11 companheiros foram analisados do total de 840 que trabalharam na Shell. Em Ação Civil Pública movida pelo sindicato contra a Shell, a Regional de Campinas pede, entre outros pontos, que a empresa seja condenada pela Justiça a realizar exames em todos os trabalhadores, supervisionados pelo Dr. Ruiz, e a custear todo o tratamento necessário aos contaminados.

RESULTADOS PRELIMINARES DA INVESTIGAÇÃO ENTRE EX-TRABALHADORES SHELL

Limitações por imposições econômicas

- Amostra reduzida (total de 11 trabalhadores no resultado final);
- Ausência de mais profissionais na equipe (neurologista, psicóloga, hepatologista, etc.)

Objetivo

O objetivo desta nossa avaliação foi bem preciso:

- Ter uma possibilidade mínima de afirmar ou negar a probabilidade da ocorrência de intoxicações químicas entre os ex-trabalhadores da Shell;
- Demonstrar a necessidade da intervenção das autoridades públicas, no sentido da composição de equipe técnica isenta e idônea para avaliação e seguimento para o universo total de ex-trabalhadores.

Método

Os resultados ora apresentados foram concluídos a partir de:

- Exame clínico (realizado por um só médico, devido à limitação econômica para composição de uma equipe multidisciplinar);
- Análise de exames laboratoriais (usamos exames que os trabalhadores já tinham, em razão de não dispormos de recursos para a realização de novos exames);
- Análise de biópsia de tecido gorduroso, com dosagem de produtos organoclorados (financiado com recursos próprios do sindicato). Resultados
- 100% dos trabalhadores examinados têm uma ou mais alterações de saúde;
- Destes, 72,72 % têm sinais e sintomas que podem ser plenamente compatíveis com a exposição e intoxicação ocupacional.
- As alterações compatíveis com exposições ocupacionais encontradas são: alterações hepáticas